

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

AMANDA SOUSA DA SILVA

Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança

São Paulo

2016

AMANDA SOUSA DA SILVA

Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Mudança Social e Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Marcos Bernardino de Carvalho

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Silva, Amanda Sousa da
Jardim Pantanal : atores e interesses, desalento e esperança /
Amanda Sousa da Silva ; orientador, Marcos Bernardino de
Carvalho. – São Paulo, 2016
113 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola
de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Urbanização - São Paulo (SP). 2. Espaço urbano - São
Paulo (SP). 3. Jardim Pantanal. 4. Regularização fundiária -
São Paulo (SP). 5. Posse da terra - São Paulo (SP). I.
Carvalho, Marcos Bernardino de, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 307.10981611

Nome: SILVA, Amanda Sousa

Título: Jardim Pantanal: atores e interesses, desalento e esperança

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Ciências do Programa de Pós-Graduação
em Mudança Social e Participação Política

Área de Concentração: Mudança Social e
Participação Política

Orientador: Prof. Dr. Marcos Bernardino de
Carvalho

Aprovado em: ___ / ___ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Minha total gratidão aos meus pais, Antônio e Francisca, que com carinho, dedicação e compartilhando dos meus sonhos, apoiaram todas as decisões que me fizeram dedicar tanto tempo e energia para desenvolver esta pesquisa. Agradeço também a compreensão de meu irmão, Eduardo, e minha cunhada, Flavia, além das alegrias que me proporcionaram no convívio de meu sobrinho, João Victor. Agradeço a inspiração e exemplo de coragem e determinação da minha irmã, Fernanda.

A meu companheiro, Gustavo, que conheci no ProMuSPP e que agora dividimos nossa vida juntos. Ele que faz os momentos pesados e difíceis parecerem leves e coloridos, e que consegue encontrar a palavra e o gesto que faz mudar uma situação complexa em apenas uma oportunidade de aprender algo novo.

Ao meu orientador, Marcos Bernardino de Carvalho, que escutou minhas ideias, anseios, medos e pacientemente apontou as direções que foram decisivas para a realização desta pesquisa, sempre respeitando o meu tempo de elaboração e criação.

Ao Prof. Diamantino Pereira por compartilhar seu conhecimento no grupo Pesquisa Socioambiental e que também lançou luz ao desenvolvimento de todo o trabalho. Sou grata a todos os participantes desse grupo, especialmente a amiga Samira.

Foi andando nas ruas do Jardim Pantanal e em contato com os moradores que tive a inspiração de entender e contar a história daquele local, onde tudo parece belo, intenso e sofrido e é a comunidade do Jardim Pantanal que gostaria de também deixar registrado minha gratidão. Por fim, agradeço a confiança e ao respeito das lideranças comunitárias, em especial a Sônia (AMOJAP), Maria Consuelo (MCP), Seu Manezinho, Dona Maria (da rua: Manima) e todos os moradores que sempre me acolheram muitas vezes em suas próprias casas e nas associações de moradores, no período em que trabalhava na região.

RESUMO

SILVA, Amanda Sousa. **Jardim Pantanal**: atores e interesses, desalento e esperança. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão corrigida.

Na cidade de São Paulo a habitação regular e digna para a população de baixa renda é tema complexo. É grande o número de loteamentos irregulares e favelas na cidade. É sabido que morar em condições precárias trazem diversos prejuízos à qualidade de vida e a dignidade das pessoas que habitam nessas condições. Este trabalho busca a reflexão sobre o espaço urbano a partir da comunidade do Jardim Pantanal, considerando necessária a discussão sobre os conflitos por espaço, a ideia de território e de comunidade, movimentos sociais e remoções. Para tal, foi utilizado como caminho metodológico o mapeamento dos atores e interesses identificados no Jardim Pantanal. A ação dos atores apontaram possibilidades de reflexões e diversos esclarecimentos a respeito da própria dinâmica do espaço estudado. É também abordada a situação fundiária do Jardim Pantanal, bem como o processo de luta dos moradores e movimentos sociais e entidades para que a Regularização Fundiária ocorra. A Regularização Fundiária é o procedimento pelo qual se busca tornar lícita a ocupação da terra nos casos em que o acesso àquele bem tenha ocorrido de modo irregular. Os princípios da Regularização Fundiária visam à ampliação do acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental. Para conhecer o Jardim Pantanal é também necessário ter ciência das constantes inundações, enchentes e remoções já ocorridas no bairro e que continuam como possibilidade de acontecer. São apresentados os planos e projetos que visam a intervenção no Jardim Pantanal, tais como: plano de Manejo das Várzeas do rio Tietê, o Parque Várzeas do Tietê e o projeto urbanístico Renova São Paulo. São discutidas as possíveis consequências do processo de implantação de cada projeto. Foi identificado neste trabalho que o Jardim Pantanal apesar de ser conhecido, de modo geral, como um local difícil de viver, perigoso e com altos índices de vulnerabilidade social, possui também diversas potências e fatores positivos que fazem com que os diversos atores, ainda que com interesses diferentes, permaneçam envolvidos na dinâmica deste espaço. Desalento e esperança parecem marcar a história dos moradores e do território do Jardim Pantanal, onde os interesses dos atores envolvidos e as intervenções realizadas mudam, às vezes definitivamente, a trajetória de uma comunidade.

Palavras-chave: Jardim Pantanal. Questão urbana. Regularização fundiária. Problemas socioambientais.

ABSTRACT

SILVA, Amanda Sousa. Jardim Pantanal: actors and interests, discouragement and hope. 2016. 113 pp. Thesis (M.Sc.) - School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Corrected version.

In the city of São Paulo the regular and decent housing for low-income population is a complex subject. There are a great number of irregular settlements and slums in the city. As is well known that to live in precarious conditions may bring many losses to the quality of life and to the dignity of those people who have been living in these conditions. This work seeks to make a reflection on the urban space of Jardim Pantanal community, considering the necessary discussion on the conflicts for space, the idea of territory and community, social movements, removals and urban dispossession. For such, it was used as a methodological way the mapping of actors and interests identified in the Jardim Pantanal. The action of the actors pointed out possibilities of reflections and various clarifications regarding on its own dynamics of the studied space. It also addressed the agrarian situation of Jardim Pantanal, as well as the struggle process of the residents and social movements and entities for the Land Regularization works out. The Land Regularization is the procedure by which it seeks to convert lawful occupation of land in cases in which the access of that good has occurred in irregular terms. These principles of Regularization aimed at the increasing access to the urbanized land for the low-income population, priority for their stay in the occupied area, ensuring the adequate level of housing and improvement of urban, social and environmental sustainability. To know the Jardim Pantanal is also necessary to be aware of the constant flooding, floods and removals that have already occurred in the neighborhood and that continue as a possibility to happen. The plans and projects are presented aimed at intervention in the Jardim Pantanal, such as: the Tiete River Floodplains Management Plan, the Tiete Wetlands Park and the urban project Renew São Paulo. The possible consequences of the implementation of each design process have been discussed. It was identified in this work that the Jardim Pantanal, despite being generally known as a difficult place to live, dangerous and with high levels of social vulnerability, also has several potencies and positive factors that make the various actors still that with different interests, remain involved in the dynamics of this space. Discouragement and hope seem to mark the history of the residents and the Jardim Pantanal territory where the interests of stakeholders and interventions change, sometimes permanently, the trajectory of a community.

Keywords: Jardim Pantanal. Urban issue. Land Regularization. Social and environmental problems.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jardim Pantanal. Ligações Clandestinas de Água.....	19
Figura 2 - Rua Beira Rio no Jardim Pantanal.....	19
Figura 3 - Rio Tietê na rua Tietê, ao fundo da casa de moradora da região.....	20
Figura 4 - Rua João Alves de Amorim	21
Figura 5 - Em 1997, trajetória do Instituto Alana no Jardim Pantanal	42
Figura 6 - Em 2002, trajetória do Instituto Alana no Jardim Pantanal	42
Figura 7 - Em 2003, trajetória do Instituto Alana no Jardim Pantanal.....	43
Figura 8 - Em 2009, trajetória do Instituto Alana no Jardim Pantanal.....	43
Figura 9 - Em 2009, trajetória do Instituto Alana no Jardim Pantanal.....	43
Figura 10 - Em 2014, incêndio no Instituto Alana no Jardim Pantanal.....	44
Figura 11 - Em 2014, incêndio no Instituto Alana no Jardim Pantanal	44
Figura 12 - Em 2014, construção do novo Espaço Alana	44
Figura 13 - Em 2015, novo Espaço Alana foi inaugurado	44
Figura 14 - Logo da empresa e metodologia do trabalho da Terra Nova.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOJAP	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal
APA	Área de Proteção Ambiental
APAVRT	Área de Proteção Ambiental Várzea do Rio Tietê
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CONSEMA	Conselho do Meio Ambiente
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
ELETROPAULO	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
MCP	Movimento das Comunidades Populares
MULP	Movimento de Legalização do Jardim Pantanal
ONG	Organização Não Governamental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reservas Extrativistas
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RPPN	Reservas Particulares de Patrimônio Natural
RSA	Responsabilidade Social Ambiental
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria de Habitação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: OS ATORES SE APRESENTAM.....	10
1.1 Justificativa: vivendo e trabalhando no Jardim Pantanal.....	13
1.2 Caminhos Metodológicos: atores e regularização fundiária.....	14
2. O JARDIM PANTANAL.....	17
2.1 Inundações e Remoções.....	20
2.2 O Território do Jardim Pantanal.....	23
2.3 A Comunidade do Jardim Pantanal.....	27
3. O INSTITUTO ALANA.....	32
3.1 O Instituto Alana e o Governo do Estado de São Paulo.....	45
3.2 O Instituto Alana e a Responsabilidade Socioambiental.....	49
3.3 O Instituto Alana e o Desenvolvimento Local.....	54
4. OUTROS ATORES E INTERESSES IDENTIFICADOS NO JARDIM PANTANAL.....	59
4.1 Poder Público.....	59
4.1.1 Parque Várzeas do Tietê (Estado de São Paulo).....	59
4.1.2 O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzeas Tietê.....	62
4.1.3 O Renova São Paulo – concurso de projetos de arquitetura e urbanismo.....	65
(Prefeitura de São Paulo).....	65
4.2 A Empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias.....	68
4.3 Movimentos Sociais.....	75
4.3.1 A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal – AMOJAP.....	76
4.3.2 O Movimento das Comunidades Populares (MCP).....	80
4.3.3 A Sociedade Amigos do Jardim São Martinho e Vilas Reunidas.....	86
4.3.4 Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo.....	89
5. O ESPAÇO URBANO.....	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
7. REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	110

1. INTRODUÇÃO: OS ATORES SE APRESENTAM

Há dez anos conheci a comunidade do Jardim Pantanal, alguns achavam inclusive que morava na região, mas a grande maioria sabia que eu trabalhava numa ONG chamada Instituto Alana. O período de atuação no Instituto Alana me proporcionou um contato muito próximo com a dinâmica local, onde tive a oportunidade de conhecer as lideranças do bairro e vivenciar problemas como as constantes enchentes.

As intensas experiências vivenciadas no Jardim Pantanal e o reconhecimento dos problemas da região motivaram-me para a realização desta pesquisa.

Este trabalho busca a reflexão sobre espaço urbano a partir da comunidade do Jardim Pantanal, considerando necessária a discussão sobre os conflitos por espaço, a ideia de território e de comunidade, movimentos sociais e remoções.

Pretende analisar a região do Jardim Pantanal no processo de luta para a regularização fundiária. De maneira mais específica, busca identificar quais são as expectativas, os conflitos e interesses dos principais atores envolvidos nesse processo e compreender quais foram e quais são os fatores que tem contribuído ou dificultado para que a regularização fundiária ocorresse na região.

Em relação aos atores no Jardim Pantanal, é dado enfoque para a atuação do Instituto Alana e sua relação com os outros atores, por essa ser uma singularidade da região. A atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal remete ao conceito de responsabilidade socioambiental e desenvolvimento local que será abordado nesta pesquisa.

Pretende-se na pesquisa apresentar em relação ao Jardim Pantanal os movimentos sociais e as lideranças locais; as principais intervenções do Poder Público; a ONG Instituto Alana e a empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias.

Almeja analisar o contexto socioambiental relacionado à comunidade do Jardim Pantanal e as políticas públicas a serem implantadas na região, considerando o Plano de Manejo Várzeas do Rio Tietê; o projeto urbanístico do município - Renova São Paulo, e o projeto do Estado - Parque Várzeas do Tietê.

O Jardim Pantanal está localizado no extremo leste da cidade de São Paulo (Distrito do Jardim Helena, atendido pela subprefeitura de São Miguel Paulista) e seu processo de ocupação teve início em 1986. O bairro consolidou-se na várzea do rio Tietê e por isso faz

parte da Área de Proteção Ambiental Várzea do Rio Tietê. Hoje estima-se que a população aproximam-se a 29 mil pessoas¹.

O Jardim Pantanal possui até hoje condições de moradia muito precárias e carece de equipamentos e serviços básicos no que se refere à saúde, educação, cultura, saneamento e iluminação. Na busca para solucionar o equilíbrio entre o território (o solo das margens do rio Tietê) e a qualidade de vida das pessoas que vivem nesse espaço, os movimentos sociais da região e outros atores consideraram como a maior e talvez única alternativa a Regularização Fundiária.

Para que o território (Jardim Pantanal) tenha alguma chance jurídica de ser regularizado, ele depende da aprovação do Plano de Manejo Várzea do Rio Tietê que se encontra desde o ano de dois mil e catorze (2014) para análise e possível aprovação no Conselho do Meio Ambiente (CONSEMA). Essa questão será explicada em capítulo específico.

Decidiu-se apresentar nesse trabalho primeiramente um panorama sobre os principais fatos que compõem a história do Jardim Pantanal. Optou-se em seguida por apresentar o Instituto Alana e sua influência na dinâmica local. O trabalho segue expondo outros atores, tais como: os planos e projetos do Poder Público, a empresa Terra Nova - Regularizações Fundiárias e os movimentos sociais da região.

Optou-se para o desenvolvimento da pesquisa realizar uma descrição sobre as ações dos principais atores identificados no Jardim Pantanal, entendendo que as ações expressam a dinâmica da própria comunidade.

Como mencionado anteriormente será apresentado neste trabalho o projeto do Estado de São Paulo intitulado Parque Várzeas do Rio Tietê e também conhecido como Via Parque que por sua vez, pretende ser o maior parque linear do mundo. Com 107 km² de área compreende a região do Parque Ecológico do Tietê - localizado na Penha - até o Parque Nascente do Tietê - localizado em Salesópolis. O principal objetivo do programa, segundo o DAEE, é recuperar e proteger a função das várzeas do rio, além de funcionar como um regulador de enchentes, para evitar desastres ambientais e proporcionar enorme área de lazer. A implantação do Via Parque compreende parte do Jardim Pantanal, o projeto já foi aprovado, mas até o momento não houve alterações no bairro.

Outro importante projeto da região é previsto pelo município de São Paulo, trata-se do Renova São Paulo que prevê a reurbanização do Jardim Pantanal. O Renova SP foi um

¹ Dados obtidos no IBGE, censo 2010.

concurso público nacional de Arquitetura e urbanismo para a Requalificação Urbana e Habitação de Interesse Social de assentamentos precários em São Paulo. A área referente ao Jardim Pantanal é o Lote 17 chamado de Água Vermelha 2, cujo ganhador foi o Coordenador: Claudio Libeskind e o Coautor: Robert de Paauw. Este projeto é uma parceria com o escritório vencedor e a SEHAB – Secretária de Habitação, porém, o Renova São Paulo, somente poderá ser aplicado na comunidade, se o Plano de Manejo Várzeas do Rio Tiete, for aprovado no CONSEMA, conforme veremos no decorrer do trabalho.

No âmbito local destaca-se no Jardim Pantanal a atuação do Instituto Alana, que é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, e que atua no bairro há quase vinte anos, sua atuação é criticada e elogiada pela comunidade por conta da influencia que possui no Jardim Pantanal. Por ser uma especificidade do Jardim Pantanal a atuação do Instituto Alana terá maior enfoque nesta pesquisa.

Outro ator que será abordado neste trabalho é a Empresa Terra Nova - Regularizações Fundiárias, segundo informado pela empresa, é a primeira empresa social do país especializada em mediar conflitos de terra de áreas urbanas particulares ocupadas irregularmente. A parceria entre o Instituto Alana e a empresa Terra Nova será explicada no decorrer do trabalho.

Para melhor entendimento o trabalho seguirá a seguinte ordem: no segundo capítulo será apresentado o Jardim Pantanal e os contextos de ocupação e remoções que marcam sua história e as dificuldades já identificadas para a regularização fundiária. Deve ser considerada a importância do Jardim Pantanal estar numa região de proteção ambiental com o uso do solo altamente restritivo, contrastando com a realidade atual, de significativo adensamento populacional.

No terceiro capítulo será discutida a atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal, pois desde sua fundação almejou a regularização fundiária do Jardim Pantanal, porém após diversos entraves decidiu optar por outras ações e depois de quase vinte anos de atuação decidiu inovar e focar no objetivo de regularização fundiária.

O quarto capítulo apresentará outros atores identificados no Jardim Pantanal, que incluem primeiramente o mega projeto do Estado - Parque Várzeas do Tietê, o documento Plano de Manejo Várzeas do Rio Tietê, e o projeto urbanístico do município - Renova São Paulo. Será também abordada atuação da empresa Terra Nova - Regularizações Fundiárias, antes mesmo de atuar no Jardim Pantanal.

No quarto capítulo, ainda serão apresentados os movimentos sociais do bairro, dentre eles, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP), o Movimento das

Comunidades Populares (MCP), a Sociedade dos Moradores e Amigos do Jardim São Martinho e Vila Reunidas e o Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP).

No quinto capítulo será discutida a ideia de espaço urbano, cidade e regularização fundiária.

Pretende-se com essa sequência de capítulos, organizar a discussão que esse trabalho almejou realizar, entendendo que o Jardim Pantanal embora tenha suas especificidades não escapa de uma lógica global de espaço urbano, cidade e moradia.

1.1 Justificativa: vivendo e trabalhando no Jardim Pantanal

Na cidade de São Paulo a habitação regular e digna para a população de baixa renda é tema complexo. É grande o número de loteamentos irregulares e favelas na cidade. É sabido que morar em condições precárias trazem diversos prejuízos à qualidade de vida e a dignidade das pessoas que habitam nessas condições.

No ano de 2007 conheci o Jardim Pantanal e comecei a atuar no bairro em projetos sociais no Instituto Alana. Atuando nesse bairro tive a oportunidade de acompanhar e vivenciar de muito perto diversas dificuldades enfrentadas pela comunidade, dentre elas, os alagamentos e enchentes são as experiências mais difíceis que presenciei. O acesso à comunidade e o conhecimento dos diversos problemas enfrentados por essa população, inspirou-me para a realização desta pesquisa.

No período em que atuei no Instituto Alana (2007 a 2015) o trabalho que buscava desenvolver tinha como intuito fomentar o desenvolvimento local da comunidade por meio de atividades socioeducativas com crianças, adolescentes, famílias e idosos.

A partir de 2013 o trabalho que desenvolvia pelo Instituto Alana voltou-se também para uma discussão que evidentemente já ocorria na comunidade, ou seja, a luta pelo direito da moradia na cidade, pelo direito à cidade, pela propriedade e conseqüentemente pela regularização fundiária da região, visto que a regularização fundiária é a forma jurídica de se transformar uma moradia irregular em regular, garantindo segurança na posse, além de ser o primeiro passo para permitir que a área seja integrada à cidade, o que possibilita a reivindicação de melhorias sociais para área.

Conforme mencionado, a Regularização Fundiária Urbana, tem se apresentado como uma das maiores possibilidades de mudança social em regiões marginalizadas e negligenciadas como é o caso do Jardim Pantanal.

A Lei nº 15.720, de 24 de abril de 2013² regulamenta a Regularização Fundiária de Interesse Social no Município de São Paulo, de acordo com a Lei Federal nº 11.977, de julho de 2009. A nova lei traz a possibilidade de regularização de áreas como o Jardim Pantanal. Conforme disposto:

Art. 1º A regularização fundiária de interesse social consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social a moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

§ 1º Na hipótese de parcelamentos irregulares situados em área de proteção e recuperação de mananciais aplicar-se-à o disposto na legislação estadual específica, inclusive no que se refere à data limite de sua implantação, observando-se ainda o disposto na legislação municipal e federal, no que couber.

Em suma, essa pesquisa se justifica no entendimento de que o processo de regularização fundiária urbana traz o potencial de mudança social que poderá beneficiar as comunidades de baixa renda, mas que isso envolve também expectativas, interesses e conflitos de todos os atores envolvidos. Acredita-se que o entendimento desse território possa auxiliar inclusive no entendimento de outras áreas em semelhante situação.

O Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política mostrou-se o espaço ideal para a realização desta pesquisa por ser tratar de um programa interdisciplinar com possibilidades de múltiplos entendimentos, compreensões e análises.

1.2 Caminhos Metodológicos: atores e regularização fundiária

Partindo-se do fato de que a principal proposta deste trabalho é a de refletir sobre o espaço urbano no contexto das ocupações irregulares, da busca pela regularização fundiária, mapeando os atores e interesses envolvidos nesses processos a partir da comunidade do Jardim Pantanal, colocou-se a relação entre espaço urbano, cidade e sociedade.

A partir do mapeamento realizado será possível identificar melhor a ação e o interesse de cada ator e sua efetividade na comunidade.

² Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=25042013L%20157200000> Acesso em: 3 de abril de 2015.

A proposta desta pesquisa é a de refletir sobre os temas espaço urbano, cidade e sociedade na perspectiva da interdisciplinaridade, de acordo com o programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH) USP Leste.

Conforme Nicolescu (1999) a interdisciplinaridade tem o objetivo de trocar/transferir métodos de uma disciplina para outra considerando o grau de aplicação e o grau epistemológico.

Alvarenga et al. (2011 p.21), afirmam que a interdisciplinaridade apresenta-se a partir da década de 60 do século XX, como importante precursora na crítica e também na busca de respostas aos limites do conhecimento simplificador e disciplinar da ciência moderna. A interdisciplinaridade opera nas fronteiras disciplinares e nas ligações dos saberes com a finalidade de compreender fenômenos complexos, de diferentes naturezas. Busca responder problemas suscitados pelo próprio avanço da ciência moderna disciplinar quando ocorre da disciplina ser fragmentadora do real.

Um caminho que auxiliou no desenvolvimento da pesquisa foi a utilização da metodologia de Estudo de Caso. Segundo Yin (2014), a pesquisa de Estudo de Caso é uma das várias maneiras de realizar uma pesquisa nas ciências sociais. No Estudo de Caso as principais perguntas da pesquisa giram em torno de “como?” e “por que?”, o pesquisador terá pouco ou nenhum controle sobre os eventos comportamentais e o estudo terá como foco um fenômeno contemporâneo. Desta forma, o Estudo de Caso investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto real.

Yin (2014) pontua que o Estudo de Caso é utilizado em muitas situações na contribuição dos fenômenos grupais, sociais, políticos e relacionados. Assim essa metodologia auxilia o pesquisador no entendimento de estudos sociais complexos.

O mesmo autor acrescenta que o Estudo de Caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade no contexto em que estão inseridos, inclusive onde os limites entre o fenômeno e o contexto não puderem ser claramente identificados. Para Yin (2014) o Estudo de Caso enfrentará situações em que haverá muitas variáveis de interesse e por isso deverá contar com múltiplas fontes de evidência e como resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com líderes comunitários da região, e com um representante do Instituto Alana.

O trabalho de campo se constitui num desafio para o pesquisador, pois é necessário obter informações pertinentes a pesquisa, mas sem deixar de lado as impressões, percepções do pesquisador em relação à experiência vivida no espaço pesquisado.

Optou-se neste trabalho pela utilização do instrumento de entrevista semi-dirigida ou semi-estruturada. Segundo Duarte (2002) o uso do recurso da entrevista semi-estruturada como material empírico privilegiado na pesquisa, constitui uma opção teórico-metodológica que está no centro de vários debates entre pesquisadores das ciências sociais. De modo geral, a maior parte das discussões trata de problemas ligados à postura adotada pelo pesquisador em situações de contato, ao seu grau de familiaridade com o referencial teórico-metodológico adotado e à leitura, interpretação e análise do material recolhido no trabalho de campo.

Queiroz (1988) citado por Duarte (2002), afirma que a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Assim compreende que do informante só interessa aquilo que vem se inserir diretamente no domínio da pesquisa.

Foram analisados documentos de projetos, como no caso do Plano de Manejo, Renova São Paulo e Parque Várzeas do Tietê, cujo conteúdo relevante para a pesquisa encontra-se em capítulo específico.

Foram cedidos documentos pelo Instituto Alana, incluindo atas de reuniões, fotografias e mapas. Material que contribuiu para o aprofundamento e ampliação de dados sobre o Jardim Pantanal.

Na busca de compreender a dinâmica do espaço urbano do Jardim Pantanal, trilhou-se um caminho de referencial teórico que embora não tenha necessariamente seguido a forma aqui expressa, organizou-se da seguinte maneira: o conceito de território na visão de Bernardo Mançano Fernandes parece ser apropriado à situação do Jardim Pantanal. É refletido se de fato há uma comunidade no Jardim Pantanal, sendo valiosa a contribuição dos autores Mocelim e Zygmunt Bauman. Para as reflexões sobre desenvolvimento local recorreu-se a autores como Carlos Bernado Vainer, Amartya Sen e Francisco de Oliveira. As reflexões sobre cidade, regularização fundiária e espaço urbano ganham reforço, principalmente, nos autores, Milton Santos, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato e Arlete Moises.

2. O JARDIM PANTANAL

O Jardim Pantanal ficou conhecido em São Paulo e até nacionalmente por meio de diversas reportagens televisivas que mostravam as grandes enchentes ocorridas nos anos de 1992, 1997, 2006 e 2009. Nesse período diversas famílias tiveram suas casas parcialmente ou totalmente destruídas. Sabe-se que da última grande enchente ocorrida em 2009 partes das famílias receberam auxílio aluguel (que oscilava no valor de trezentos a quatrocentos reais), as famílias removidas foram incluídas ao Programa Federal Minha Casa, Minha Vida em parceria com a Companhia Metropolitana de Habitação - Cohab. Contudo, muitas famílias permaneceram no bairro. Estima-se que atualmente a população do Jardim Pantanal aproxima-se a 29 mil pessoas.

A história do Jardim Pantanal é composta por diversas lutas de moradores e movimentos sociais para a regularização do bairro e consequente melhoria de qualidade de vida da população que vive em situação de alta vulnerabilidade social.

Conforme pesquisa realizada em documentos do Instituto Alana³, até meados de 1970 a área situada entre o rio Tietê e a linha férrea da estação Engenheiro Goulart até Itaquaquecetuba era considerada área rural. Na Zona Leste, muitas famílias, principalmente de São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo, foram despejadas de suas moradias por não terem condições de pagar os alugueis. Essas famílias se organizaram em movimentos de moradias e constatando que não houve repressão nas ocupações dos mananciais da represa de Guarapiranga e Billings, deu início às ocupações nas várzeas do Rio Tietê, começando pelo terreno do Parque Ecológico do Tietê, região onde o rio havia sido “retificado” desde a Nitroquímica até a Barragem da Penha possibilitando assim, o acesso de caminhões com aterros para a várzea do rio que hoje é o bairro de União de Vila Nova.

No início da ocupação houve por parte do Poder Público Estadual a abertura de um processo de reintegração de posse, mas a reintegração não teve êxito porque o Estado não era o proprietário da terra. Acredita-se que a reintegração não ocorreu porque no ano de 1988 a Resolução do CONAMA 10 de 14/12/1988 regulamentou as Áreas de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo, criando critérios para zoneamento, desta forma, a região do Pantanal foi considerada uma APA mesmo não se tendo uma definição perimetral exata.

Conforme pesquisa realizada em documentos do Instituto Alana, em 1989 o movimento de moradia da região de São Miguel, começa a organizar um grupo para liderar a

³ Documento não publicado.

ocupação do Jardim Pantanal, sendo que a primeira região a ser ocupada foi à área que compreende as ruas Tietê, Manima, Cosme dos Santos, Árvore do Papel e Pinha do Brejo, que segundo a coordenação do movimento, já se sabia pertencer uma parte à Marinha e outra ao Banco Itaú. Sabe-se hoje por meio do estudo de Regularização Fundiária, desenvolvido através de parceria entre o Instituto Alana e a empresa Terra Nova Regularizações Fundiária, que o Jardim Pantanal num perímetro de 270 mil metros possui três proprietários com 90 mil metros cada um, sendo eles: os irmãos e herdeiros Ana Lucia Vilela e Alfredo Vilela, o empresário Paulo Lahud a massa falida do Banco Nacional.

Todavia, conforme documentação disponibilizada pelo Instituto Alana em ata do ano de 1998. Consta a informação de que os donos da área do Jardim Pantanal são: o Eudoro Villela e Paulo Lahud na época ambos concordavam com a venda simbólica dos seus lotes para que ocorresse a regularização, porém naquele momento não sabiam da posição do terceiro proprietário, conhecido por Sr. Zogbi.

Em meados de 1989 começa a demarcação dos terrenos pelas ruas Erva do Sereno, Samoa Ocidental, Dom Miguel de Bulhões e Rua Caninana. A área em que está instalado o Instituto Alana foi ocupada por último, pois o local era guardado por um caseiro, que era mantido pelo dono do terreno da família Vilella.

Os anos de 1990 e 1991 ocorreram construção de casas, abertura e aterramento das ruas, pois eram grandes as dificuldades de conseguir água potável, energia elétrica e, principalmente, a evacuação dos detritos de esgoto que no início eram direcionados para as próprias ruas. Conforme é apresentado nos registros fotográficos abaixo. Na figura 1, as mangueiras passam por meio do córrego levando água para diversas moradias, sendo essa a forma de distribuição de água até o momento ainda presente no Jardim Pantanal. Na figura 2, é possível identificar a falta de pavimentação na rua Beira Mar, além da criação de bois que circulam nas ruas do bairro, também é comum encontrar com cavalos, porcos e galinhas na região. A figura 3 foi tirada no fundo da casa de uma das moradoras, o rio nesse local encontra-se totalmente poluído, sendo muitas vezes depósito de entulhos, lixos e até carros.



Figura 1. Jardim Pantanal. Ligações Clandestinas de Água. Fonte: Instituto Alana.



Figura 2. Rua Beira Rio. Fonte: Amanda Sousa da Silva, 2014



Figura 3. Rio Tietê na rua Tietê, ao fundo da casa de moradora da região. Fonte: Amanda Sousa, 2015.

2.1 Inundações e Remoções

Para conhecer o Jardim Pantanal é necessário ter conhecimento das constantes inundações, enchentes e também remoções que compõem a história dos moradores dessa região.

Segundo relatos dos moradores e lideranças locais, até o ano de 1989 existia uma área verde, com campos de futebol e algumas lagoas, entre as ruas Tietê, Pinha do Brejo (antiga Rua São Paulo) e Árvore do Papel, mas com a necessidade de moradia da população desta área, e com os incentivos do movimento de moradia, a ocupação se ampliou. De 1989 a 1992 as casas foram construídas, mas já sofreram com a primeira enchente em 1992. Abaixo um registro fotográfico que ilustra a situação relatada pela grande maioria dos moradores do Jardim Pantanal que tiveram que enfrentar enchentes por diversas vezes e por muitos dias.



Figura 4: Rua João Alves de Amorim (Fonte: Disponível em relatório do Instituto Alana).

Depois dessa grande enchente as pessoas foram reconstruindo o que foi danificado com a inundação e aceleraram o processo de melhoria das ruas. Neste mesmo período começaram a surgir às associações de moradores e alguns equipamentos públicos como posto de saúde para atender a região.

A vila foi crescendo e a comunidade enfrentava, em praticamente todos os anos, enchentes. Porém em janeiro de 1997, ocorreu uma grande enchente que durou em torno de 18 (dezoito) dias, as águas circulavam nas ruas e nas casas do Jardim Pantanal. Nesse período houve uma grande cobertura da imprensa dos principais meios de comunicação do país.

Segundo relatos dos moradores e lideranças locais, no mesmo período das enchentes ocorridas a partir de 1997, aconteceram reuniões em todas as vilas do Pantanal Leste e a pauta dos encontros era a legalização das terras. Foram realizados seminários com a participação dos moradores e órgãos do governo, e no último foi criado o MUP (Movimento Unificado do Pantanal) - composto por 32 (trinta e duas) entidades. No dia 27 de outubro de 1997 estima-se que três mil pessoas foram ao Palácio do Governo protestar contra as remoções que estavam previstas.

Nesse mesmo dia, conforme relatado por lideranças comunitárias, as negociações não avançaram, e ficou marcada uma próxima reunião com a equipe do secretário de recursos hídricos da época (Hugo Marques da Rosa), no antigo Espaço Cultural Pantanal, atual Instituto Alana, em 10 de novembro de 1997. Nesta reunião o governo do Estado trouxe a proposta de remover 5.000 (cinco mil famílias) das vilas que formavam o Pantanal da Zona Leste.

Ficou acertado que o Governo removeria em uma primeira etapa 1.200 famílias das áreas consideradas de risco, e que limparia o rio Tietê da ponte Nitro química até Itaquaquecetuba em uma extensão de 10 km.

A decisão gerou um clima de muita tensão na comunidade, pois o risco das remoções era muito grande. Em todas as vilas as lideranças se organizavam para continuar as reivindicações e evitar as remoções. A negociação com o governo continuou e formou-se uma comissão de negociação, mas em fevereiro de 1998 no governo de Mario Covas criou-se o decreto de Lei 42.780⁴ que remove 5.000 (cinco mil) famílias do Pantanal da Zona Leste. Segue o trecho da lei que justifica as remoções.

MÁRIO COVAS, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Considerando o processo de expansão urbana ocorrido de forma irregular em áreas de várzeas do Rio Tietê, notadamente no trecho denominado "Pantanal da Zona Leste" na Região Metropolitana de São Paulo; Considerando a importância das áreas de várzea do Rio Tietê remanescentes em relação ao controle de inundações durante a ocorrência de eventos hidrológicos; Considerando a necessidade de recomposição das várzeas do Rio Tietê para fins paisagísticos, lazer e preservação do meio ambiente; Considerando a existência de população desprovida de infra-estrutura básica em função da ocupação em áreas consideradas de risco, população esta sujeita à endemias e prejuízos materiais decorrentes dos processos naturais de extravasamento do Rio Tietê. Considerando a existência de área não inundável nas adjacências, passível de utilização para fins de construção de habitações populares dotadas de infra-estrutura compatível com as necessidades da população, Decreta: [Artigo 1º](#) - Ficam declaradas de utilidade pública, a fim de desapropriação, por via amigável ou judicial, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, áreas situadas no Município de São Paulo.

A lei também prevê no Artigo 3º que nas áreas que compreende o Pantanal da Zona Leste deverão ser implantados equipamentos de lazer e parques, como forma de garantir a recuperação da várzea do Rio Tietê.

Conta-se que parte das famílias removidas foram para apartamentos da CDHU, no Conjunto Encosta Norte e Fazenda da Junta. Outras famílias foram levadas para alojamentos de madeiras. A contrapartida da prefeitura seria a construção de casas que os moradores dizem não terem recebido. Segundo depoimento de moradores da região, muitas famílias que foram removidas retornaram ao Pantanal porque já estavam alojadas por três anos dentro do terreno do Parque Ecológico do Tietê e vivendo em condições precárias, e as casas e apartamentos do CDHU não tinham sido construídos.

Quando a área do Jardim Pantanal foi desocupada ainda restaram vinte e quatro famílias e no decorrer de dois anos mais vinte famílias mudaram para o local, houve então, um processo de reocupação em massa perfazendo um total de setecentas famílias só na região do cotovelo do Pantanal.

⁴ Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/170258/decreto-42780-98>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

Atualmente a população do Jardim Pantanal ampliou-se para um número aproximado em 29 mil pessoas. Novas ocupações estão ocorrendo e a várzea do Rio Tietê continua a ser a cada dia mais ocupada.

O Jardim Pantanal parece estar dividido em duas situações. Na primeira está a população que já está praticamente consolidada na região - devido aos aterros e a infraestrutura urbana já conquistada, esta parte reivindica a legalização do bairro. Na segunda há as novas ocupações que iniciaram em 2013, ocupando uma área ainda mais próxima do rio e estão vivendo agora o processo de aterrar ruas para construir as próprias casas.

2.2 O Território do Jardim Pantanal

Se for perguntada para alguma pessoa uma referência sobre o Jardim Pantanal da Zona Leste, e considerando que a pessoa interrogada tenha algum conhecimento a respeito do local, é muito possível que o Jardim Pantanal seja referenciado primeiramente como um local próximo ao rio Tietê, um local que tem alagamentos e muitas ruas ainda são de barro, talvez um local que falta muitas coisas, incluindo equipamentos públicos, além de um local em que as pessoas insistem em morar mesmo com tantas enchentes.

Durante o período em que atuava no Instituto Alana, algumas vezes fui questionada sobre qual motivo as pessoas continuavam morando no Jardim Pantanal, mesmo com tanta precariedade e falta de recursos. Não seria mais fácil mudar de lugar, procurar um local mais seguro pra viver? Essa pergunta sempre me pareceu estranha, fora de lugar, provavelmente porque durante anos trabalhando no Jardim Pantanal, frequentemente percebia, um movimento para permanecer na região e não para partir. Quem investiria a maior parte de sua renda e sua própria força de trabalho para construir uma casa de alvenaria e depois desistir dela e partir para outro lugar? Por que será que não me recordo de nenhum morador relatando que desejava mudar de bairro? Naquele período a única resposta que me parecia possível, era baseada na ideia de noção de pertencimento. Tinha a impressão de que as pessoas que lá moravam faziam tanto parte daquele lugar tanto quanto o próprio rio Tietê.

Outros comentários constantes em relação aos moradores do Jardim Pantanal, consistia em que os moradores eram desunidos, desorganizados, despolidizados e que por isso a região não estava melhor. Então, vinha a questão: Que local é esse que mesmo sendo tão “ruim” para se viver as pessoas não pensavam em se mudar e onde, mesmo as pessoas sendo tão “desorganizadas”, tinha conquistado tantos avanços?

Na busca por um melhor entendimento sobre a dinâmica do Jardim Pantanal e se há uma comunidade de fato nesta região optou-se nesse trabalho por compreendê-lo a luz do conceito de território.

Para Santos e Silveira (2004) o território é comumente entendido como uma extensão apropriada e usada, o território no sentido restrito seria um nome político para o espaço de um país. Já a palavra territorialidade tem o sentido de pertencimento, trazendo a ideia de exclusividade e limite. A territorialidade se estende aos homens e animais implicando o sentido de área de vivência e de reprodução. A territorialidade entre os homens significa também a existência da preocupação com o futuro e seu destino. Desta forma, a existência de um país necessita de um território, porém uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Assim, é possível identificar a territorialidade sem Estado, mas seria praticamente impossível identificar um Estado sem território.

Segundo os autores Santos e Silveira (2004) com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior segregação das pessoas e maior especialização do trabalho. O mercado externo tem peso na vida econômica de um território, pois determina boa parcela dos recursos coletivos para criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho. Isso só acontece com uma regulação política do território e uma regulação do território pelo mercado. Esse mecanismo resulta na criação de regiões do mandar e regiões do fazer.

Os mesmos autores apontam que as técnicas que se tornaram território por sua incorporação ao solo são, por exemplo, as rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emissoras de rádio e TV etc. Os objetos técnicos ligados à produção são os veículos e implementos e os insumos, técnico-científicos seriam as sementes, adubos, propaganda, consultoria, todos destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. Desta forma, um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que ocorrem nele dependem da sua própria construção. No Jardim Pantanal, recentemente foi inaugurada uma linha de ônibus que liga a região do Pantanal ao trem Jardim Romano, essa linha possibilitou maior mobilidade aos moradores. O Instituto Alana parece também ter contribuído com consultorias, pesquisas e atendimentos aos moradores, mas esse assunto será melhor discutido em item específico no decorrer do trabalho.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008) os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando e produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações

da realidade, evidenciando os aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. Assim considera que “as interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições” (FERNANDES, 2008, p. 4). Nesse sentido, parece que as diferentes visões entre os moradores do Jardim Pantanal, que não expressam desejo de saírem de lá, e a visão de quem vem de fora, e não percebe o motivo dos moradores quererem permanecer, indica que se trata de diferentes maneiras de interpretar a realidade, diferentes pontos de vista e diferentes interesses.

Fernandes (2008) defende uma significação ampla para o conceito de território. Considera a multidimensionalidade como uma propriedade do significado do conceito de território. Apesar de considerar a multidimensionalidade do conceito de território entende que as teorias, métodos e práticas por fim a fragmentam. O autor explica que nas abordagens territoriais predominam análises da dimensão econômica e social. Esclarece que os órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios de um determinado projeto de desenvolvimento territorial, isto resulta na perda da multiescalaridade, considerando que estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. Desta forma, o conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressar com isso as relações de poder. Então, tanto a multidimensionalidade quanto a multiescalaridade passam a não se aplicarem porque seu reconhecimento também implicaria em reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

Para o mesmo autor, ainda que em seus diferentes sentidos o território sempre foi estudado a partir das relações de poder. Considera que na essência do conceito de território está a totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania, sendo impossível entender o conceito de território sem considerar as relações de poder que determinam a soberania. Assim:

Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios. (FERNANDES, 2008, p. 5).

No caso do Jardim Pantanal, este se refere a uma escala local, onde há propriedade particular (proprietários dos terrenos) e há os moradores dos terrenos que não possuem a posse jurídica. Todavia, nesse caso, não há por parte dos proprietários, ao menos dos herdeiros Vilellas o interesse de desapropriar a propriedade, mas sim, ao contrário, desejam doar os terrenos e participarem do processo de desenvolvimento local da região, conforme realizam há quase vinte anos, assunto que voltaremos a explicar no decorrer do trabalho.

No Jardim Pantanal o sentido político de soberania parece ser compartilhado e também disputado pela ação e autonomia tanto dos moradores/lideranças quanto pela ação dos proprietários. A princípio a atuação do Instituto Alana parece ter considerado mais coerente tomar as decisões pela comunidade apenas amparada com o respaldo técnico, todavia após anos de atuação decidiram atuar de modo diferente, dessa vez, mais recente optam por compartilhar as decisões com a comunidade por meio da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal e pontuando conforme será apresentado em entrevista que desejam doar os terrenos e que a comunidade siga atuando com total autonomia.

Fernandes (2008) enfatiza que há relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades, sendo que esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento. Assim cada território é uma totalidade, por exemplo, os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Tais totalidades são multidimensionais e só são completas relacionando sempre a dimensão política com a dimensão social, ambiental, cultural e econômica.

De acordo com Fernandes (2008) os sujeitos, as instituições e organizações desde que tenham poder político, constroem o seu território e o conteúdo de seu conceito. Os criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões e a decisão para tal é política. Explica que, ao se atuar numa dimensão do território, atinge-se todas as demais por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. Assim:

A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, nos possibilita entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional.” (FERNANDES, 2008, p. 5).

Fernandes (2008) pontua também que ao se pensar políticas territoriais é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade, pois se o território é concebido como apenas um espaço de governança, sem considerar os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, há uma concepção reducionista de território.

No caso o Jardim Pantanal as ações previstas pela Poder Publico, seja a construção de um parque linear (Parque Várzeas do Rio Tietê), ou projetos urbanísticos com novas propostas de infraestrutura para a região, até as ações das instituições, sobretudo na região o Instituto Alana e as ações dos movimentos sociais, todos parecem influenciarem de maneira decisiva sobre os rumos da região. A ação política de todos os atores parece ter também desdobramento em vários níveis/escalas.

2.3 A Comunidade do Jardim Pantanal

Para ampliar a perspectiva de entendimento em relação ao Jardim Pantanal, outro tema mostrou-se relevante, trata-se da ideia de comunidade.

O tempo de atuação no Instituto Alana e no Jardim Pantanal traz algumas lembranças, dentre elas a de um morador antigo da região que me abordou para conversar. Ele perguntou quais eram as novidades no Jardim Pantanal. Não me lembro da resposta, mas recorro de ter usado a expressão “comunidade do Jardim Pantanal”. Para minha surpresa o senhor respondeu: esse lugar aqui é tão difícil que nem de bairro é chamado, é chamado de comunidade.

Essa situação forçou a reflexão sobre o sentido da palavra comunidade. Dificilmente uma pessoa que não mora no Jardim Pantanal iria se referir ao bairro sem antes utilizar a palavra comunidade, todavia, para os moradores do Jardim Pantanal, a palavra não parece ter o mesmo sentido ou significado.

Mas afinal o que é ser uma comunidade? Será que há uma comunidade no Jardim Pantanal?

O entendimento prévio que obtinha sobre comunidade, refere-se à existência de um determinado local e de um determinado grupo de pessoas que por interesses comuns conseguem se organizar em torno de lutas para objetivos comuns. Quase sempre remetia a ideia de locais populares muitas vezes sofrendo com a ausência de equipamentos públicos.

É comum ser estampado nas manchetes de jornais notícias sobre determinados acontecimentos na comunidade x , y , z , por exemplo. A palavra comunidade às vezes parece

ser utilizada na função de um eufemismo com o objetivo de se evitar usar a palavra favela. Usar a palavra favela mais parece uma indelicadeza.

No dicionário Aurélio a palavra comunidade exprime um sentido de comuna, paridade, conformidade, lugar onde vivem indivíduos agremiados. A palavra comunidade parece carregar em si significados diversos.

Segundo Mocellim (2011) a comunidade é um dos conceitos de maior importância, desde o nascimento da Sociologia. Não existe uma definição hegemônica sobre comunidade, todavia, comunidade entre os teóricos sociais, evoca algo “positivo”. Isto porque a comunidade é sempre entendida como o lugar onde convivem os semelhantes, espaço de troca de valores, visões de mundo, espaço de encontros e proteção contra as ameaças externas.

O mesmo autor acrescenta que “a palavra comunidade sugere uma forma de relacionamento caracterizada por altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social” (MOCELLIM, 2011, p.106). Os vínculos são duradouros e as relações têm sua continuidade no tempo. O espaço é considerado importante na caracterização da comunidade, visto que a comunidade é localizada e envolve vínculos de proximidade espacial e também emocional.

O conceito de comunidade adquiriu nova importância, quando o modelo de indivíduo racional foi visto como limitado para a compreensão das ações motivadas por laços morais tradicionais. Todavia, a redescoberta se deu também à radicalização do modo de vida moderno e aos processos de urbanização e individualização, de modo que a vida tradicional veio a ser demarcada a partir de sua profunda diferença em relação às sociedades modernas. (MOCELLIM, 2011)

Para Mocellim (2011) a modernidade transformou profundamente as bases das relações sociais comunitárias. A globalização acabou com as possibilidades de uma demarcação clara dos limites de uma comunidade, dificultando assim a localização das relações e sua durabilidade ao longo do tempo. Considera que a expansão da cidade sobre o campo, a transformação do vilarejo em metrópole, levou a um deslocamento da centralidade do modo de vida comunitário. A personalidade da comunidade foi perdendo espaço para a impessoalidade da metrópole a medida que se aumentavam os contatos, mas se diminuía a sua importância, além da quantidade de pessoas com que um cidadão de uma cidade tem de lidar sem manter vínculo afetivo, principalmente se comparado com o morador de um vilarejo. Acrescenta que os indivíduos de uma metrópole dispõem de ampla gama de escolhas e opções, por outro lado, carecem de uma vida orientados por códigos morais específicos, e bem delimitados que são típicos da comunidade.

De acordo com Mocellim (2011) é comum a conceituação da comunidade em oposição à de sociedade. Enquanto a comunidade é tradicional, a sociedade é moderna; enquanto a comunidade agrega, a sociedade desagrega. Em uma forma de vida comunitária, a restrição relativa ao espaço refere-se diretamente ao grau em que é possível a manutenção do compartilhamento de valores, a ponto de as relações continuarem configurando um grupo coeso. Essa limitação não se refere apenas ao espaço, mas ao número de membros, considerando que os limites da comunidade são relativos aos limites da família, da aldeia e das pequenas cidades.

As teorias sociológicas que tratam sobre a comunidade, tanto clássicas quanto contemporâneas, entendem a comunidade sempre como algo situado no passado, há também certo consenso em torno da ideia de que os tempos atuais geram maior diferenciação significando uma dissociação dos grupos e outras vezes uma integração destes. Aponta que na Sociologia contemporânea, com maior distanciamento cronológico dessas questões, o problema passa a ser encontrar onde estariam as comunidades e se seria possível encontrar o que existia na comunidade mesmo após tantas mudanças ocorridas com o passar do tempo (MOCELLIM, 2011).

Guareschi também nos auxilia na reflexão sobre comunidade. Este autor se debruça sobre o entendimento de grupos e comunidade. Explica que o que define um grupo é a existência ou não de relações. Se não há relação entre as pessoas não haverá um grupo. Essas relações terão intensidades diferentes, em alguns casos, os grupos são identificados por características mais gerais como divisão de gênero, faixa etária, já em outras são intensas, coesas de modo que quando um membro do grupo se altera muda à dinâmica de todo o grupo. Então, para se mudar um grupo é necessário transformar as relações existentes nesse grupo.

Para Guareschi (1999), existem várias formas de relação. Analisando os tipos de relação é possível identificar de que grupo se trata, mas não é óbvio identificar uma relação, pois ela pode não ser evidente e os discursos velados. Indica-se a utilização de diversos instrumentos de pesquisa tais como entrevista, pesquisa participante, questionário para se identificar essas relações.

Discorre sobre a Relação de Dominação, e diferencia “poder” e “dominação”. O poder seria a capacidade de uma pessoa ou grupo para desempenhar alguma ação no mundo, desta forma, todos somos seres dotados de poder. Na dominação o enfoque está na relação entre pessoas ou grupos e a dominação ocorre na medida em que uma das partes se apodera do poder /competência de outros. Dominação, então, é uma relação desigual, sem justiça. (GUARESCHI, 1999).

Para o mesmo autor a Ideologia servia tanto para o surgimento de relações justas e éticas quanto para as relações injustas, não éticas, pois ela cria significados e sentidos que tem conotações de valor positivo ou negativo e a partir daí são criados juízos de valores, discriminação, estereótipos e preconceitos, relacionando as pessoas as características valorativas. Os estereótipos negativos criam e perpetuam as relações de dominação. Exemplifica que estereótipos como, por exemplo, as mulheres são mais emotivas e tem dificuldade de tomar decisão, acabam servindo de justificativa para remunerarem menos as mulheres do que os homens.

Para Guareschi (1999) há diversas formas de dominação. A dominação econômica é a forma mais geral de dominação, ocorrendo através da exploração do trabalho, sendo o trabalho a fonte de riqueza das nações. É a principal forma de dominação e tem como consequência a dominação política e cultural.

A dominação política é entendida como um conjunto de relações que se estabelecem entre pessoas e grupos na sociedade em geral. Temos relações políticas por vivermos em sociedade. A política é explicada como as relações entre pessoas, grupos e responsáveis pelo bem comum de toda a sociedade, ou seja, a relação entre Estado, o Governo, e os Cidadãos. Então, o ser humano é um ser político. A dominação política ocorre na medida em que as relações entre pessoas, grupos e governo não forem justas e democráticas (GUARESCHI, 1999).

Outro exemplo de dominação apresentado pelo autor é a dominação cultural, a qual é uma forma de dominação complexa de se identificar. Entende-se cultura como todo agir humano sedimentado e que se define durante o tempo, fazendo parte das pessoas e definindo características. Ocorre dominação quando essas características se tornam estereótipos negativos, como por exemplo, no racismo a dominação cultural se baseia na discriminação de um grupo racial. Outros exemplos seriam o Patriarquismo que consiste na dominação focada na questão de gênero e o Institucionalismo, onde uma instituição é considerada mais relevante que outra.

Guareschi (1999) considera que a comunidade faz ligação com a democracia. Somente é possível ter democracia quando há participação das comunidades, ou seja, quando os cidadãos tem a possibilidade de exercer seus direitos de participação e de serem respeitados. Só pode haver democracia se houver democracia em nível comunitário, assim o teste de uma sociedade democrática seria a existência de verdadeiras comunidades. As relações comunitárias que constituem uma comunidade implicam na possibilidade de voz e que todos sejam reconhecidos e respeitados por suas diferenças. As relações comunitárias implicam

também a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam estimadas e bem quistas.

Zigmund Bauman em sua obra “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” explana sobre a ideia de comunidade de uma forma abrangente. Entende que a palavra “comunidade” sugere coisa boa. No imaginário a comunidade seria um espaço de viver onde as pessoas seriam amigáveis e bem intencionadas, nas quais se pudesse confiar, e de cujas palavras e atos se pudesse apoiar. Ressalta que para nós que vivemos em tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, onde na convivência as pessoas pouco se interessam em ajudar-nos e que por diversas vezes recebemos advertências e desprezo em resposta a pedidos de ajuda, neste contexto, a palavra comunidade evoca tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes.

Para Bauman (2003) comunidade é o tipo de mundo que não está ao alcance da população, mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir. Diferencia a comunidade de nossos sonhos e a comunidade realmente existente. Assim uma coletividade que pretende ser a comunidade encarnada do sonho realizado, exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição.

Para Bauman (2003) existe, então, um preço a pagar pelo privilégio de viver em comunidade, que pode ser considerado pequeno enquanto a comunidade for um sonho. Todavia, o preço é pago em forma de liberdade e/ou autonomia, direito à auto-afirmação e à identidade.

De outro lado não ter comunidade significa não ter proteção, mas alcançar a comunidade poderá significar perder a liberdade.

A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para esse ajuste. O problema é que a receita a partir da qual as “comunidades realmente existentes” foram feitas torna a contradição entre segurança e liberdade mais visível e mais difícil de consertar. (BAUMAN, 2003, p. 10).

O mesmo autor pontua que não seremos humanos sem segurança ou sem liberdade, mas não podemos ter as duas condições ao mesmo tempo, na medida em que quisermos, porém isso não seria motivo para que deixemos de tentar.

Entende-se que apesar das dificuldades e dos conflitos enfrentados pela população do Jardim Pantanal, parece que a heterogeneidade das ações e a maneira como as pessoas que ali vivem, a meu ver, as constituem enquanto comunidade. Não uma comunidade idealizada, mas

sim uma comunidade possível. Essa comunidade possível seria uma comunidade que possui objetivos em comum, lutas em comum, enfim uma ideia de um bem comum. A busca pela infraestrutura do espaço e a luta pela regularização fundiária mantém, de alguma maneira, as pessoas determinadas em avanços coletivos.

3. O INSTITUTO ALANA

Nesse capítulo será exposto todo o material coletado a respeito da atuação do Instituto Alana na comunidade do Jardim Pantanal, segundo a visão do próprio instituto e dos documentos e relatórios por eles divulgados. A percepção de outros atores da atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal será descrita em capítulos seguintes.

O Instituto Alana⁵ é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolve projetos tendo como principal objetivo a garantia de condições para a vivência plena da infância e tem como missão honrar a criança. É mantida pelos rendimentos patrimoniais desde 2013. Teve o balanço financeiro divulgado no ano de 2013 até a data de 31/12/2013, (CNPJ 05.263.071/0001-09), balanço patrimonial – ativo e passivo no valor de R\$ 279.588.530,00.

Consta no relatório de atividades de 2013, que o Instituto tem como presidente Ana Lucia Villela e como vice-presidentes seu irmão, Alfredo Arruda Egydio Villela Filho, e o marido de Ana Lucia, Marcos Nisti.

A instituição é composta por um conselho consultivo que tem como um dos integrantes, Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto). Frei Betto é um importante militante de movimentos sociais no Brasil, adepto da Teologia da Libertação, tendo ocupado a função de assessor especial de Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República entre os anos de 2003 a 2010. Frei Betto foi coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero⁶.

Para se ter uma ideia mais ampla sobre o trabalho do Instituto Alana, é importante conhecer outros dois projetos do instituto, são eles: o Alanapar e o Alana Foundation.

Não foi possível localizar muitos materiais que falam a respeito desses projetos, portanto, as informações que aqui constam foram divulgadas pelo site da própria instituição. O Alanapar⁷ “é o braço de participações do Alana no mercado de negócios sociais”. Realiza novos empreendimentos e parcerias com empresas e fundos, visando criar impacto positivo de

⁵ Informações disponíveis em: <<http://alana.org.br/project/espaco-alana/>>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

⁶ Informações disponíveis em: <<https://sites.google.com/site/filosofiapopular/home/frei-betto>>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

⁷ Informações disponíveis em: <<http://alana.org.br/#programas>>. Acesso em: 3 de maio de 2015.

forma economicamente viável. São quatro os princípios que orientam o trabalho do Alapar, sendo eles: (1) os negócios sociais são aqueles que surgem da demanda da sociedade em solucionar um problema social ou ambiental; (2) os negócios sociais devem gerar impacto positivo na vida das pessoas, para além da geração de emprego e renda; (3) os negócios devem ser economicamente viáveis e gerar lucro, o qual será usado para reinvestir em atuais ou novos empreendimentos; (4) os negócios não devem incentivar o consumo não refletido e irresponsável ou por impulso, sobretudo em crianças.

O trabalho do Alana Foundation, conforme divulgado pela própria instituição, é totalmente filantrópico, surgiu em 2012. É baseada nos Estados Unidos e atualmente apoia a pesquisa com a *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a *Case Western University* sobre *Alzheimer* e *Síndrome de Down*. Estão previstos seis anos de estudo para ampliar as chances do desenvolvimento de novas terapias para pessoas com síndrome de *Down*. A parceria combina a investigação liderada pelo professor *Li-Huei Tsai*, diretor do Instituto de Aprendizado e Memória do MIT, busca entender o envelhecimento do cérebro, há também a participação do médico e pesquisador brasileiro Alberto Costa, professor-doutor da divisão de neurologia e desenvolvimento do departamento de pediatria da *Case Western Reserve University*, com pesquisas sobre a qualidade de vida de pessoas com síndrome de *Down*. O interesse do *Alana Foundation* parece ter surgido a filha da presidente do instituto, Ana Lucia Villela, nascer com síndrome de *Down*.

Essas informações servem para se ter ideia da dimensão dos investimentos do Instituto Alana em outros trabalhos para além das ações no Jardim Pantanal.

De todos os projetos desenvolvidos pelo Instituto Alana, interessa para esse trabalho o projeto atualmente conhecido como “Espaço Alana” ou “Comunidade”. Isto porque o projeto é desenvolvido no Jardim Pantanal.

Em 2013, conforme divulgado no relatório de atividades, o Instituto Alana atuou no Jardim Pantanal afirmando que desenvolvimento saudável de uma criança depende de um ambiente familiar e comunitário de qualidade e justifica que todas as ações derivaram desta crença. Consta também a informação de que o Instituto Alana atuou na comunidade por meio do Fórum Comunitário do Distrito do Jardim Helena, do Fundo Zona Leste Sustentável e na parceria com a empresa social Terra Nova Regularizações Fundiárias, que é um importante ator e será apresentado em capítulo específico.

Segundo consta no relatório de atividades, o Fórum Comunitário do Distrito do Jardim Helena era formado por moradores do bairro do Jardim Pantanal, sendo aberto para discussões voltadas para o Distrito do Jardim Helena. Por ação também deste fórum, junto ao

Instituto Alana e outras lideranças locais, foi possível a modificação no Plano Diretor do zoneamento previsto para um que converge com o Plano de Manejo, menos restritivo.

O Instituto Alana também investiu no Fundo Zona Leste Sustentável que é uma iniciativa que teve como objetivo apoiar micro e pequenos empreendimentos da Zona Leste da cidade de São Paulo por meio de parcerias, suporte à gestão, capacitação e investimentos financeiros. Em 2013 o Alana fez um aporte financeiro no valor de 150 mil reais ao fundo.

O apoio/parceria com a empresa social Terra Nova Regularizações Fundiárias se deu no ano de 2013 com o objetivo de que a empresa realizasse um estudo de viabilidade fundiária na região do Jardim Pantanal, a iniciativa conforme divulgado em relatório, era o de facilitar a autonomia da comunidade local.

A parceria entre o Instituto Alana e a empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias, fomentou a criação de uma Associação de bairro, isto porque a empresa Terra Nova já possuía uma metodologia para realizar regularizações fundiárias, numa espécie de consultoria, porém esse assunto será tratado em detalhes no item - A Empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias.

Para um melhor entendimento do início do Espaço Alana (que depois se transformou em Instituto Alana) e da visão da instituição a respeito do Jardim Pantanal, foi realizada entrevista com o diretor estratégico do Instituto Alana, Antônio Carneiro.⁸

Na entrevista realizada em 02 de março de 2015, Antônio Carneiro, explica que o Instituto Alana “surge a partir da experiência de ação social dos dois irmãos: Alfredo e Ana Lucia Villella”. Ambos são os principais acionistas do Banco Itaú e herdeiros de uma parte significativa do Jardim Pantanal.

Adachi e Balarin (2008), do jornal Valor Econômico, definem Alfredo Villella como um empresário da incorporação imobiliária que desenvolve projetos no Nordeste do país e sua irmã Ana Lucia Villella como dirigente de uma ONG voltada para a defesa dos direitos das crianças na Zona Leste da capital paulista. Explica que ambos são os maiores acionistas individuais de um dos maiores grupos empresariais do país. Possuem juntos ao menos 23% das ações com direito a voto da *holding* Itaúsa, que controla o Banco Itaú, a Duratex e a Itautec. Em 2008, Alfredo e sua irmã Ana Lúcia tinham 263 milhões de ações ordinárias da Itaúsa.

Milton Gamez da Revista Isto É⁹ Dinheiro, ressalta que tanto Alfredo Villella, como sua irmã Ana Lúcia, são os maiores acionistas individuais da *holding*, com uma participação

⁸ Entrevista realizada no Instituto Alana em 02 de março de 2015.

de 7,2% do capital total cada um. Como a Itaúsa tem um valor de mercado de quase R\$ 52 bilhões, a fatia de cada um supera R\$ 3,7 bilhões, o que os coloca entre os brasileiros mais ricos do país. A terceira maior participação na empresa é a da tia, Milú Villela, de 4,9%.

Em entrevista, Antônio Carneiro (diretor estratégico do Instituto Alana), relata que no ano de 1996, Alfredo Villela, descobre que é proprietário de um terreno localizado no Jardim Pantanal e que este já estava ocupado. Neste momento surge o interesse de realizar ações no território, primeiramente para concretizar o desejo pessoal de uma ação social. Ao se aproximar do local, Alfredo tem a ideia de tentar regularizar o terreno, urbanizar e entregar a área urbanizada para os moradores da região, que na época eram poucos.

Ao perceber as limitações legais do terreno (conforme explicado anteriormente, trata-se de uma Área de Proteção Ambiental) a iniciativa, que era a de regularizar, se transformou na ideia de organização da comunidade, o que culminou na criação do Espaço Cultural. Esse Espaço não era ainda uma instituição, pois não havia nenhuma figura jurídica, mas sim uma iniciativa pessoal do Alfredo Villela, que depois se afastou do Espaço por motivos pessoais e pela inviabilidade de regularização da região. Foi neste momento que sua irmã, Ana Lucia Villela, se aproximou.

Então, segundo o entrevistado, em um primeiro momento o motivador para a existência do que era o “Espaço Cultural” era a regularização do Jardim Pantanal. Pela inviabilidade da regularização foi surgindo um movimento de organização de um espaço pra organizar a comunidade em atividades socioeducativas. O entrevistado entende que o surgimento dessas demandas implicava na necessidade de uma instituição para apoiar essas ações e por isso o Instituto Alana foi fundado e acabou ficando responsável por toda a iniciativa que havia no Jardim Pantanal.

Explica que Ana Lucia Villela criou o projeto Criança e Consumo, desta forma, entende que o Instituto Alana nasce primeiramente do desejo da herdeira das terras em realizar uma ação social apoiando o Jardim Pantanal em seu desenvolvimento socioeconômico e também do projeto *advocacy*, que enfoca a questão do consumismo. Ambas as iniciativas exigiam a formalização de uma pessoa jurídica com CNPJ e endereço. Acredita que o Instituto existiu por cerca de 6 (seis) anos com ação no território, mas sem a figura jurídica. Somente em 2002 concretizou-se a formalização do Instituto Alana.

⁹ Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/644/imprime161942.htm>>. Acesso em: 6 de agosto de 2015

O termo *Advocacy*¹⁰, sem tradução literal para a língua portuguesa, consiste num conjunto de ações que tem como objetivo influenciar a formulação, aprovação e execução de políticas públicas junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para a sociedade, através do trabalho em redes e a mobilização da mídia. *Advocacy* é um termo muito utilizado pelas ONG's e pesquisadores e as áreas de interesse costumam ser saúde, meio ambiente, direitos humanos, crianças e adolescentes, educação entre outras.

Segundo informa o diretor do Instituto Alana, Antônio Carneiro, a principal motivação no início da intervenção no Jardim Helena era o de reurbanizar o espaço e fomentar a organização local. Explica que o objetivo era oferecer uma estrutura básica (água, luz, esgoto) para que as pessoas tivessem uma vida decente. Mas ao perceberem que isso não era possível, o pensamento foi o de fortalecer a comunidade no intuito de trazer políticas públicas e serviços de qualidade para a comunidade.

Segundo o entrevistado, um dos desafios do trabalho na comunidade eram as relações dentro do espaço, as quais considerou muito politizadas.

Você tinha diversas lideranças articuladas a diferentes partidos com uma baixa interlocução entre si, então, de alguma forma aquela região, aquela dor, aquele problema era disputado por lideranças políticas, por conta de base eleitoral pra ganhar vagas na nossa casa aqui de Vereadores. Então, acho que um dos desafios era não ter uma interlocução que realmente representasse a comunidade. Você não tinha dados com clareza. As diferentes associações e lideranças não tinham interlocução entre si, eram mal organizadas de alguma forma, você não tinha uma organização realmente madura ali que a gente pudesse entender. Então, era uma comunidade muito crua, muito fragmentada. (Antônio Carneiro, 2015)

Segundo relato do entrevistado, o Instituto Alana trabalhou no Jardim Pantanal durante quinze anos numa perspectiva de atendimento a comunidade do Jardim Pantanal. Em 2014 houve uma mudança de política institucional, e o Instituto Alana decidiu trabalhar com o que entende ser o desenvolvimento local da comunidade.

Em relação ao contato com a comunidade, lembra que conheceu a Maria do Pantanal uma liderança local que tinha forte articulação com o partido político PMDB e depois conheceu uma liderança local chamado Ronaldo e foi por meio dessas lideranças que iniciou o contato com a comunidade.

Detalha que em 1996 começou a iniciativa na comunidade. A primeira fase da intervenção na comunidade foi o levantamento de dados da população e o dialogo com a

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://www.dialogodigital.com.br/advocacy_digital-d479-1.html>. Acesso em: 9 de agosto de 2015

comunidade. Em 1997 e 1998 começaram os projetos de capoeira e projetos pedagógicos no até então chamado Espaço Cultural, nome dado até 2002.

Houve uma transição do Espaço Cultural para o Instituto Alana. O entrevistado explica o seu ponto de vista a respeito da transição.

Foi bem tranquilo. Foi bem suave, a equipe que montamos tinha o Fabio Santos, ele tinha uma delicadeza, então aos poucos ele foi construindo projeto a projeto. Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, a creche começou a ser desenhada, então foi muito suave a comunidade acolheu super bem, foi uma coisa orgânica de alegre e começou bem aos pouquinhos, e começou bem. Eu acho que teve um desgaste em um determinado momento porque o novo Espaço Cultural acabou não tendo espaço para as lideranças já existentes. De algum jeito acho que teve uma rusguinha com a liderança Maria do Pantanal, por exemplo, tipo: ficamos de fora, mas é que cada um queria se apropriar e agente queria criar um novo espaço que articulasse melhor com as pessoas. (Antônio Carneiro, 2015).

Em relação aos conflitos entre as lideranças por conta do espaço formalizado e transformado de Espaço Cultural em Instituto Alana, o entrevistado relata que cada liderança queria ser o dono da iniciativa, e da parte do Alana o desejo era que a iniciativa fosse coletiva.

Sobre as lembranças do Jardim Pantanal, o entrevistado relata que se recorda do Jardim Pantanal ser uma região menos densa em termos de casas e construção. Ressalta o destaque da maneira como era organizada a rede elétrica:

Era muito gato. Então, nos postes, me impressionava era uma malha maluca de fios muito grande. Um esgoto a céu aberto, isso eu não diria que variava tanto do que hoje, e não havia nada de rua asfaltada. Eu acho que tinha uma preocupação maior com as inundações, então aquele sistema de levantar fogão, geladeira, cama como isso me chamava muita atenção. É uma comunidade acolhedora, tinha uma sensação pacífica do lugar. (Antônio Carneiro, 2015)

Relata que nunca sentiu sensação de insegurança no Jardim Pantanal, pelo contrário, sentia muita tranquilidade e serenidade dos moradores.

Atualmente há no bairro muito mais comércio do que antes. Agora o entrevistado diz ter a sensação de como se tivesse diferentes tribos, diferentes segmentos da população. Considera o bairro diverso e de difícil entendimento, para ele:

Hoje já está institucionalizado pessoas que tem interesses, não só na própria comunidade. Refere que há no bairro um interesse político, de vender, de especulação, entende que há uma coisa capitalista dentro da pobreza. Então,

antes era mais de moradia. Agora é um bairro que tem negócios, que tem coisas tem outra dinâmica. (Antônio Carneiro, 2015)

Para o entrevistado a diversidade de interesses na comunidade dificulta a leitura do bairro.

Antes talvez a comunidade não tinha muita força pra lutar. Mas você tinha uma homogeneidade, hoje não vejo homogeneidade no bairro. Você tem origens distintas de região do país que veio. Você tem uma outra geração, sucessão, já tem um jogo político muito antigo. Têm a questão da violência, drogas, roubos. É uma malha muito mais complicada, não vou dizer complexa. Antes acho que era mais fácil, compreender. Hoje eu olho pra aquilo lá e falo Nossa! (Antônio Carneiro, 2015)

Ao ser questionado sobre as potencialidades do Jardim Pantanal, o entrevistado, acredita que a potência do bairro está nas pessoas.

Acho aquele local muito bonito. Ele tem uma possibilidade da natureza, ele é um local que pode ter uma plasticidade que o centro da cidade não tem mais, você tem uma questão de uma estrutura física que não dá mais. Lá está perdendo isso, mas acho que ainda é possível. É uma área que tem plasticidade, se se usasse uma inteligência urbanística pra uma ocupação de ajustes. Acho que ali, ainda seria um bairro planejado, a moda das cidades planejadas como Brasília, Maringá e outras. Ainda tem um espaço de organização que seja mais agradável ao bem viver. Fora a natureza, ter o rio ali perto é muito legal. Eu acho que é só agente querer que despolui o rio. Eu acho que o potencial da natureza, do espaço é muito legal. Você tem riqueza ali perto. Acho que a própria USP Leste, é um potencial. Acho que é um lugar que dá pra criar projetos urbanísticos. (Antônio Carneiro, 2015)

É questionado o interesse do Instituto Alana em focar na Regularização Fundiária. O entrevistado esclarece que a decisão tem relação com os proprietários. Explica que o herdeiro das terras Alfredo Villela, sendo Engenheiro Civil, tinha gosto pela questão urbanística.

Discorre o entrevistado que no início (1996) a regularização era o tema que convergia porque o Alfredo Villela gostava do tema e tinha um terreno que considerava mal ocupado. Teve a vontade de regularizar o que é hoje o Jardim Pantanal, mas quando percebe que há um problema político o desejo de regularização ficou de lado. Os irmãos Villelas tem contato com as necessidades comunitárias do Jardim Pantanal, percebem a carência de equipamentos públicos e daí começa a surgir a ideia do Instituto Alana.

Continua explicando o entrevistado que o Instituto inicia sua preocupação com as ações educacionais, funda uma creche e desenvolve trabalhos com idosos. Nesse momento Ana Lucia Villela se aproxima das atividades do Instituto Alana, isto porque, Alfredo se afasta por motivos que o entrevistado não soube relatar. Então, Ana Lucia Villela, de acordo com sua formação em pedagogia muda o foco da questão urbana para a transformação das

ações no Jardim Pantanal por meio da educação. É construído o espaço do Instituto Alana, amplia-se a creche e são iniciadas as ações de cultura, arte e educação.

O pensamento do Instituto Alana era que é possível transformar a comunidade se as pessoas da comunidade estiverem empoderadas com uma educação de qualidade, assim elas teriam condições de lutar por melhoria de qualidade de vida. Esse conceito tomou conta de 2002 até recentemente em 2010. Foram anos dessa ideia - da educação como instrumento de transformação.

Relata o entrevistado que em 2010 começa a surgir uma angústia pela própria experiência vivida pelo Alana. A instituição se questiona sobre qual mudança conseguiu promover no local. Entende que se a região continua sem esgoto, sem posto de saúde, sem equipamentos culturais após 14 anos de atuação do Instituto Alana, significa que não faz sentido a região não ter sido regularizada. É questionado pela instituição sobre qual seria a sua *expertise* ou especialidade de atuação. Por um lado perceberam que a comunidade não mudou e acreditam que deveria ter mudado e de outro lado consideram que a vocação do Instituto Alana era muito mais de inovação e *advocacy* e por isso decidiram ter outra prioridade.

Segundo Antônio Carneiro, em 2011 é retomada a ideia da moradia saudável, pensando na infância, então volta a prioridade da regularização fundiária e o foco no reordenamento da situação urbana do Jardim Pantanal. Justifica a preocupação da moradia na região, pois estavam preocupados com a casa/moradia das crianças do Jardim Pantanal. Acredita que se houver o ordenamento da região, se elevarão o Patrimônio Cultural e financeiro.

Para o mesmo entrevistado ter um patrimônio vira prioridade. O Instituto Alana entende que está “tamponando o Poder Público”, por investir dinheiro na comunidade e ter baixa contrapartida do Poder Público, decidindo-se mudar de estratégia. A estratégia consistia na articulação com outras entidades locais, como por exemplo, com a Fundação Tide Setúbal, as Diretorias de Ensino, as subprefeituras, empresas como Nitro Químico, além da participação em fóruns regionais. Portanto, o Instituto Alana se via como um ator no território, numa atuação macro e mais sistêmica.

Considera que embora o Instituto Alana não se arrependa do trabalho desenvolvido, perceberam que havia um equívoco na sua atuação. Assim o tema da educação era importante, mas no micro o foco é a regularização fundiária da região e com isso o Instituto Alana decide apoiar o fortalecimento da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP). O Instituto Alana tem como ação política:

Promover alguma coisa e deixando vivo um lugar que possibilite essas articulações, esses diálogos e também seja uma referência arquitetônica bacana, a gente tem toda uma nova ordenação do espaço para que ajude nesses fazeres de articulação. Apoiar as políticas públicas, as associações e as escolas da região, ajudando os jovens da comunidade.(Antônio Carneiro, 2015).

Em relação a expectativa de atuação do Instituto Alana, o diretor do instituto relata que o maior desejo é que a regularização ocorra:

e que a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP) seja uma associação inteligente, estratégica, que tenha uma abertura para a construção de um bairro lindo, eu digo esteticamente. Não é só a justiça, um bairro bonito com um articulação interessante. Eu acho que isso continua sendo um sonho do Alana, sem dúvida uma educação de qualidade, uma referência para educação no Brasil que passa por uma crise enorme. Eu acho que é isso, quando falo da articulação local tem a articulação da cultura, que ali seja um polo cultural, quando a gente fala de articulação política a gente pensa logo na regularização, mas eu queria que daqui a três anos a agenda dessa articulação fosse outra, articulação para cultura, desenvolvimento econômico, muito mais do conceito do que a gente quer viver do que do básico que a gente precisa viver (Antônio Carneiro, 2015).

E finaliza:

O Alana hoje retoma um movimento inicial na hora que o Alana foi migrando pra cuidar da comunidade ele enfraquece a ação política pelos direitos básicos, ele retoma essa agenda, e a vocação de ter que regularizar e a comunidade tem que ser forte pra trazer o que a comunidade precisa.(Antônio Carneiro, 2015)

Para além da entrevista realizada, tive contato com os registros fotográficos produzidos pelo próprio Instituto Alana para contar sua trajetória no Jardim Pantanal. Esse material foi utilizado na inauguração do novo prédio construído no Jardim Pantanal pelo Instituto Alana em 2015.

A figura 5 retrata o momento em que os próprios moradores do Jardim Pantanal se organizaram para construir o primeiro espaço do Instituto Alana, nesse período havia uma participação mais próxima e voluntária dos moradores junto ao Alana o que mudou nos anos seguintes, conforme é possível identificar nas figuras 6,7 e 8 e 9. Nestas imagens o Instituto Alana passa por reformas e os moradores que antes eram voluntários se transformam em funcionários do instituto, já outros que não aceitam a proposta se afastam da instituição. Esse é considerado um período de crise e transformação significativa na relação entre Instituto Alana e comunidade, visto que parte dos moradores não concordam com a nova relação que se estabelece entre ambos.

No período em que o Instituto Alana transforma parte dos voluntários em funcionários, há também a contratação de profissionais de fora do Jardim Pantanal, para assumir cargos de liderança como gerência e coordenação dos projetos.

Nas figuras 10 e 11, está registrado o incêndio que ocorreu num período em que o Instituto Alana passava novamente por outra transformação. Nesse momento o clima entre os funcionários e a comunidade era mais para incomodo, frustração e falta de perspectiva, isto porque o Instituto Alana decide acabar com praticamente todos os projetos que desenvolvia na comunidade, restando apenas o projeto de Regularização Fundiária (em parceria com a empresa Terra Nova, que será detalhada em capítulo específico), uma biblioteca e uma brinquedoteca. Comparando com tudo o que era desenvolvido antes, os moradores consideram em sua maioria que se tratava do fim do Instituto Alana na comunidade. Mulheres e idosos fizeram protestos em frente ao Instituto Alana, mas não houve alteração na decisão.

Em meio ao desalento da situação, praticamente quase todo o quadro de funcionários incluindo gestores, coordenadores e educadores são demitidos do Instituto Alana, sendo oferecido pela instituição um valor de bonificação e algumas premiações como, por exemplo, viagens, conforme afirmavam os gestores representantes do Alana, para demonstrar o quanto a instituição valorizava seus profissionais. Após, pouco tempo dos protestos dos moradores e da demissão dos funcionários, ocorre um grave incêndio no Instituto Alana que praticamente destrói todas as instalações (figuras 10 e 11). Não houve feridos no incêndio e a informação divulgada no período é que se tratava de um incêndio acidental.

Após esse incêndio, o futuro do Instituto Alana no Jardim Pantanal ficou ainda mais confuso, não se sabia se haveria interesse dos irmãos Villelas em continuar com projetos sociais na comunidade. Meses depois, foi divulgado à comunidade que tinha ficado decidido que seria novamente construído outro prédio no Instituto Alana, dessa vez, sem a participação dos moradores, pelo contrário, foi convidado para realizar o projeto de arquitetura do novo espaço Alana, o arquiteto Rodrigo Ohtake, filho do famoso arquiteto Ruy Ohtake, como é possível verificar nas figuras 12 e 13.

Em todo esse processo é possível identificar que existiu um desgaste na relação do Instituto Alana com a comunidade do Jardim Pantanal. De um lado, o Instituto Alana possui o potencial de ser uma instituição rica, que dispõe de muitos recursos. Soma-se a isso o fato dos presidentes serem também proprietários de parte significativa do próprio Jardim Pantanal. O Instituto Alana demonstra ao mudar o seu foco de atuação na comunidade mesmo sem a aprovação da mesma, que há uma relação de poder desigual entre ambos. Embora haja o discurso de que a ideia futura é da autonomia da comunidade, o Instituto Alana mantém quem

seria o foco dessa autonomia, ou seja, associação de moradores - AMOJAP, dentro de seu espaço físico (conforme será descrito mais adiante).

Nessa perspectiva as contradições na relação entre Instituto Alana e Jardim Pantanal ficam evidenciadas. Por um lado a comunidade, com diversas necessidades do ponto de vista jurídico e de infraestrutura, convivendo com varias formas de precariedade. De outro, o Instituto Alana, sendo os proprietários de parte dos terrenos, disponibilizando para a comunidade uma infraestrutura não encontrada em parte alguma na região.

Assim, a contradição nessa relação se coloca possivelmente entre de um lado o que necessita e do outro o de que tem os recursos para disponibilizar, mas para isso é necessário que a instituição acredite que em disponibilizar os recursos haverá transformação. Conforme todos os cortes de recursos do Alana para projetos no Jardim Pantanal, não parece que essa seja, nesse momento, uma prioridade para a instituição.



Figura 5: Em 1997, segundo documentação do Instituto, nesta imagem moradores fizeram um mutirão para erguer o Espaço Cultural Pantanal, que abriu as portas no dia 9 de agosto daquele ano com aulas de capoeira, recreação, artesanato e alfabetização para jovens e adultos. (Fonte: Instituto Alana, 2014).



Figura 6: Em 2002, Ana Lucia Villela e o irmão Alfredo Villela funda o Instituto Alana. (Fonte: Instituto Alana, 2014)



Figura 7: Em 2003, segundo informações do relatório institucional, ano que ocorre a profissionalização do Alana e a ampliação do espaço físico no Jardim Pantanal. Foi inaugurado o Centro de Educação Infantil, conveniado à Prefeitura de São Paulo. (Fonte: Instituto Alana, 2014).

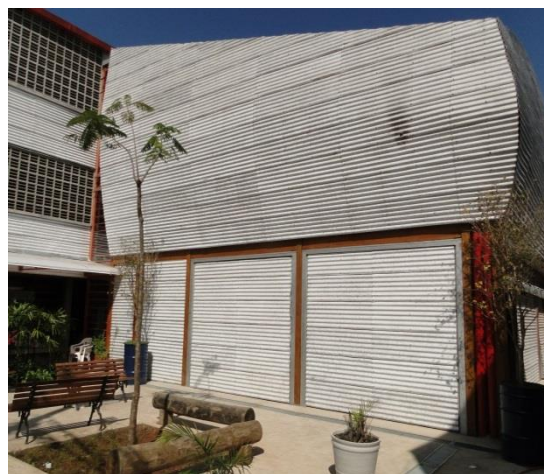


Figura 8 e 9: Em 2009, o Alana ampliou sua estrutura inaugurando a construção do Anfiteatro. (Fonte: Instituto Alana, 2014).



Figuras 10 e 11: No dia 24 de janeiro de 2014, partes das instalações do Alana no Jardim Pantanal incendiaram-se. O incêndio atingiu quase todas as instalações do Instituto Alana. (Fonte: Instituto Alana, 2014).



Figura 12: Em 2014, o Instituto Alana, conforme mencionado no relatório, decide investir na construção de um grande espaço de convivência comunitária para o Projeto Espaço Alana. A obra contempla uma biblioteca, brinquedoteca, um auditório, salas administrativas, sala para a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal, além de uma praça. (Fonte: Instituto Alana, 2014).



Figura 13: Em 2015, no dia 07 de março, o novo Espaço Alana foi inaugurado. Segundo informações do relatório institucional, o objetivo é de gestão compartilhada com a comunidade até que a Associação de Moradores do Jardim Pantanal possam assumir integralmente o espaço. (Fonte: Instituto Alana, 2014).

3.1 O Instituto Alana e o Governo do Estado de São Paulo

Para aprofundar ainda mais a pesquisa sobre a relação do Instituto Alana na comunidade do Jardim Pantanal, foram analisados documentos cedidos pelo diretor estratégico do Instituto Alana, Antônio Carneiro, o mesmo que concedeu a entrevista. Na maioria dos documentos cedidos trata-se de atas de reuniões ocorridas ainda no período em que o Instituto Alana ainda nem era formalizado juridicamente. Foram selecionados os documentos mais relevantes e que se relacionam ao objetivo dessa pesquisa.

Consta na Ata da reunião na época em que não havia Instituto Alana, mas sim Fundação Alana, ocorrida no dia 26 de novembro de 1996, informações importantes para o entendimento do início das ações dos irmãos Villela no Jardim Pantanal e a situação dos terrenos naquele momento, além dos interesses envolvidos nas ações.

Consta na documentação da primeira reunião comunitária da Fundação Alana, a finalidade da reunião, que consistia na apresentação das propostas para o desenvolvimento do Centro Comunitário e também a viabilização de regularização dos lotes da área. Estavam presentes trinta e duas pessoas. Neste documento uma liderança comunitária apresenta Alfredo Villela para os presentes como o proprietário dos lotes. Alfredo Villela falava sobre a criação da Fundação Alana e pedia a comunidade para assumir um compromisso de colaboração com os projetos da fundação Alana e com a própria fundação. O primeiro projeto citado refere-se à regularização dos lotes.

Alfredo Villela explicou na ocasião que os lotes estavam numa área de proteção ambiental, mas que já estava verificando junto aos órgãos competentes as possibilidades de regulamentação. Explicou também que dois dos donos, Sr. Eudoro Villela e Sr. Paulo Lahud, concordavam com a venda simbólica dos seus lotes para que ocorresse a regularização, porém naquele momento não sabiam da posição do terceiro proprietário, Sr. Zogbi. A comunidade foi alertada de que o processo era burocrático, que envolvia autoridades competentes e demandava tempo. Alfredo Villela explicou também que era de suma importância para a regularização dos lotes que as ruas estivessem de acordo com as normas da prefeitura.

O segundo projeto citado por Alfredo Villela, se referia a instalação do Centro Comunitário, que previa ser concretizado através de parcerias com entidades e com o trabalho voluntário dos moradores local. Em seguida, um líder comunitário, Sr. Bartolomeu, falou sobre as dificuldades do Jardim Pantanal, ressaltou a falta de escolas e creches e as dificuldades por não haver infraestrutura local.

Nesse encontro foi proposta por Antônio Carneiro (Neco) a formação de duas comissões de representação, uma para o projeto de regularização e outra para o centro comunitário. O objetivo das comissões era o de discutirem os passos de cada implementação, realiza-los e transmitir as ações à comunidade.

O conteúdo desta ata demonstrava o interesse de Alfredo Villela em organizar a comunidade realizando intervenções para que a população local apoiasse a Fundação Alana, transmitindo aos presentes que estava tomando as medidas necessárias para resolver a questão jurídica posta, mas sem envolver os moradores.

Outro documento cedido pelo próprio Instituto Alana contribuiu para entender a relação do Instituto Alana com o Estado no que se refere ao Programa Parque Várzeas do Rio Tietê. Conforme será mencionado em capítulo específico do Parque Várzeas do Rio Tietê, o Estado terá atuação decisiva no território do Jardim Pantanal no caso de realizar as obras previstas.

De acordo com as informações cedidas pelo diretor estratégico do Instituto Alana, Antônio Carneiro, que também forneceu entrevista para esse trabalho, consta um documento firmado entre o Governo do Estado de São Paulo (Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras) e o Instituto Alana - que na época assinava como Grupo Alana. Este documento datado de 1998 expunha primeiramente os Projetos Tietê e Calha do Tietê. Após, relatava a importância da Várzea do Rio Tietê, apresentando a Área de Proteção Ambiental – decreto 42.837 de 03/02/1998, regulamentando a Lei nº 5598 de 06/02/1987. Afirmava que a capacidade de acumulação das águas na região do Jardim Pantanal era de 1,5 milhão de m³. O documento trazia o histórico do “Problema Pantanal”, apresentado desta forma. Assim, explicava que em 1976 havia a declaração de utilidade pública das áreas atingidas (Dec. 7.868 de 30/04/1976). Em 1981, com a caducidade do Decreto de criação, iniciou-se o vácuo legal. Em 1987 é criada a APA da Várzea do Rio Tietê – Lei nº 5598 de 06/02/1987.

O documento traz também as informações históricas do Jardim Pantanal. Expõe que em 1988 ocorreram as primeiras invasões no Jardim Pantanal. Em 1995 ocorreu a grande inundação. Em 1997 foram desabrigadas 900 famílias e constava que houve esforço integrado entre SABESP, DAEE, ELETROPAULO, CDHU, SEADE para a formulação de soluções.

De acordo com o documento firmado entre Governo do Estado de São Paulo e Instituto Alana, há o cronograma de intervenção do Programa Parque Várzeas do Rio Tietê. Em 29/10/1997 ocorreu acordo entre lideranças dos núcleos de ocupações irregulares e Governo para remoção de 1.200 famílias. Em novembro de 1997, havia o levantamento do

grau de risco associado às áreas ocupadas. Em dezembro de 1997 o DAEE permitiu a utilização pelo CDHU de área em Ermelino Matarazzo para o assentamento das famílias (Dec. 42. 710 de 26/12/1997). Em janeiro de 1998 ocorreu delimitação das áreas de remoção pelo DAEE e ELETROPAULO.

Em fevereiro de 1998 ocorreu o cadastramento socioeconômico e físico das famílias residentes na área de remoção. Em março de 1998, houve a construção, pela Defesa Civil, de 700 unidades de alojamento unifamiliar. Em maio de 1998, ocorreu a avaliação das benfeitorias para fins de indenização dos proprietários, com a concessão de carta crédito para financiamento do imóvel do CDHU.

Ainda em 1998 iniciou-se o processo de atendimento aos moradores pelo CDHU e DAEE. Em agosto do mesmo ano estava previsto o início das remoções. O documento enfocava que os locais que estavam ocupados iriam ceder lugar à parques e áreas de lazer com equipamentos que poderiam sofrer com efeitos de inundação, como por exemplo, campos de futebol, bosques e outros, e que este projeto estava a cargo do DAEE. Constava também que as famílias removidas tinham destinação assegurada para locais de reassentamento, apartamentos do CDHU Fazenda da Juta e Encosta Norte (500 unidades) ou para os alojamentos (700 unidades), ao lado do local onde seriam construídas as unidades definitivas em sistema de mutirão.

Na minuta que será descrita agora, constava o acordo firmado entre Governo do Estado de São Paulo e Grupo Alana.

Considerando o processo de ocupação urbana ocorrido de forma irregular em áreas de várzea do rio Tietê, notadamente no trecho denominado “Pantanal da Zona Leste”, inserido na Região Metropolitana de São Paulo;

Considerando a necessidade de recomposição das várzeas do rio Tietê para fins paisagísticos, lazer e preservação do meio ambiente;

Considerando a existência da população desprovida de infra-estrutura básica em função da ocupação em áreas consideradas de risco, população esta sujeita à endemias e prejuízos materiais decorrentes dos processos naturais de extravasamento do rio Tietê;

Considerando a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea do Tietê, através do Decreto nº 42.837 de 03 de fevereiro de 1998, e a inserção do trecho em questão nesta APA;

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, mediante as seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Por este Protocolo de Intenções, as partes assumem o compromisso de tomar as medidas necessárias para a remoção e reassentamento das famílias atualmente em área com risco de ocorrência de inundações, a implantação de parques e áreas de lazer nestes locais, promovendo a recuperação e a preservação ambiental.

CLÁUSULA II – ATRIBUIÇÕES

O GOVERNO DO ESTADO pretende:

I – através do DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, remover a população das áreas identificadas como de risco, através do levantamento realizado pela Secretária do Estado da Habitação e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e Estatísticas – SEADE, indenizando as benfeitorias ou outro mecanismo jurídico que venha a ser definido oportunamente.

II – através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, realizar a construção das unidades habitacionais mediante regime de mutirão ou outro que venha a ser detalhado. O termo de quitação referido no item I deverá ser recebido pelo CDHU como parte do pagamento do financiamento do imóvel objeto de construção.

III – construir áreas de lazer e de recomposição paisagística/ ambiental nos locais então desocupados, para preservação das várzeas do Rio Tietê.

O GRUPO ALANA pretende:

I – Efetuar a doação das áreas desocupadas em favor do Governo do Estado, para que este execute suas pretensões;

II – que a população ocupante da área seja efetivamente contemplada quanto à destinação final, com a garantia de construção das unidades habitacionais, em regime a ser definido pelo GOVERNO.

Para a efetiva realização dos objetivos deste Protocolo, as partes pretendem celebrar contrato específico.

CLAUSULA III – DAS CONDIÇÕES

O GRUPO ALANA, durante a execução dos trabalhos concederá a título precário a posse do terreno ao GOVERNO, sendo esta efetivamente adquirida após a constatação do cumprimento dos propósitos deste protocolo, sendo então lavrados os compromissos de propriedade correspondentes.

A cessão de posse do terreno será feita de acordo com o cronograma apresentado pelo GOVERNO para a realização dos trabalhos.

Nesse protocolo de intenções fica claro o interesse do Grupo Alana em efetuar a doação das áreas desocupadas a favor do Governo do Estado. É sabido que em 1998 ocorreu a desocupação de grande parte do Jardim Pantanal. Contudo, não houve a implantação do Parque Várzeas, conforme previa o Estado e pouco tempo depois, ocorreram novas ocupações.

Na entrevista citada por Antônio Carneiro (diretor do Instituto Alana), há a percepção de um desalento sentido no Instituto Alana justamente por não terem conseguido alcançar o primeiro objetivo de intervenção no Jardim Pantanal, que era o de doar os lotes e regularizar a parte jurídica dos terrenos via regularização fundiária. Há também a percepção de que mesmo com todos os investimentos realizados na região do Jardim Pantanal, por meio de projetos educacionais e sociais, entre outros, não houve uma resposta esperada da comunidade.

Em 2014 quando o Instituto Alana decide se afastar da comunidade (conforme já mencionado anteriormente) fechando projetos, demitindo funcionários, há um grande desgaste na relação entre a comunidade e o Instituto. Muitos moradores protestaram e reivindicaram a continuidades das atividades. Afinal, o Instituto Alana fornecia para a região, creche, consultório dentário, atendimento psicológico, núcleo recreativo para adolescentes, atividades para idosos, além de núcleo de profissionalização para adolescentes e adultos. O Instituto Alana era dito por alguns como o “Oasis do Jardim Pantanal”, “ponto de esperança”, local disputado para se frequentar. Quando o Instituto Alana se retira da comunidade parece deixar um vazio que também não foi preenchido pelo Estado. Contudo, com a inauguração do novo espaço construído e cedido para a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP), parece também deixar uma esperança de um fazer diferente. Um novo começo, onde agora os protagonistas seriam a própria comunidade e sem interferência ou com pouca interferência do Instituto Alana.

A complexidade dessa situação aponta neste momento para algumas possibilidades de entendimento. Optou-se no trabalho por focar a análise da atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal sob a perspectiva da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento local, considerando serem esses os principais temas que guiavam a atuação da instituição no Jardim Pantanal.

3. 2. O Instituto Alana e a Responsabilidade Socioambiental

A pesquisa realizada para conhecer o trabalho do Instituto Alana no Jardim Pantanal apontou para a análise de que a ação do Instituto se revela enquanto perspectivas evidenciadas pelo autor Ricardo Abramovay. Esse capítulo se propõe a apresentar essas ideias, relacionando-as.

Primeiramente vale ressaltar que a responsabilidade social é muito conhecida como a ideia de uma ação social que as empresas desenvolvem, conforme uma preocupação que possuem e que vai para além do lucro da empresa. Eon (2015) explica que responsabilidade

social “é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo”. É uma prática voluntária porque não são ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos, como por exemplo, os incentivos fiscais. É necessário ter uma visão que envolve o benefício da coletividade, que pode se referir ao público interno - funcionários, acionistas - ou atores externos, que incluem as comunidades, parceiros, e a preocupação com o meio ambiente.

Na perspectiva de Eon (2015) o conceito de Responsabilidade Social Ambiental (RSA), é atual e abrangente porque ilustra não apenas o compromisso de empresas com pessoas e valores humanos, mas também preocupações genuínas com o meio ambiente. As empresas variam bastante na prioridade a ser dada a questões socioambientais, às vezes focando em certos públicos em detrimento de outras ações sociais igualmente relevantes.

A partir do relato do diretor estratégico do Instituto Alana (Antônio Carneiro), pode se apontar que desde o início da fundação do Instituto Alana havia uma preocupação dos fundadores (Alfredo Villela e Ana Lucia Villela) em relação à regularização fundiária do Jardim Pantanal, pois isso implicaria em um novo reordenamento daquele espaço, implicando numa nova relação entre os moradores e o rio Tietê. Havia também a expectativa de um acordo com o Estado de São Paulo, conforme mencionado anteriormente, para doar as terras ao Poder Público, em favor da construção do que seria uma parte a compor do Parque Várzeas do rio Tietê.

Conforme já mencionado, o Instituto Alana nasce também do desejo de ação social dos irmãos Villelas. Tanto a preocupação relatada por Antônio Carneiro sobre a reordenação do espaço no Jardim Pantanal quanto à preocupação e o desejo de uma transformação citada pela presidente e herdeira de parte dos terrenos, Ana Lucia Villela, apontam para uma intervenção do ponto de vista da responsabilidade socioambiental. O autor Ricardo Abramovay em sua obra *Muito Além da Economia Verde*, traz um novo conceito em relação a ideia de responsabilidade socioambiental, tais ideias convergem com a visão do Instituto Alana o que, conseqüentemente, influencia na ações efetivadas na comunidade.

Para Abramovay (2012) o mundo precisa de uma nova economia. Mas ao contrário do que entende a maioria dos líderes do setor privado, autoridades dos governos e dos organismos multilaterais e parte expressiva dos próprios dirigentes sindicais, a nova economia não teria como missão básica permitir o aumento na oferta de bens e serviços.

De acordo com Abramovay (2012) a maneira como se organiza hoje o uso dos recursos dos quais depende a reprodução social não atende ao propósito de favorecer a

ampliação permanente das liberdades substantivas dos seres humanos, mesmo considerando a imensa e crescente prosperidade material. Considera que mesmo havendo uma significativa redução da pobreza em países em “desenvolvimento”, bilhões de pessoas ainda enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades básicas. Pontua que ao mesmo tempo em que aumenta no mundo a desigualdade de renda também aumenta a desigualdade no uso da energia, no consumo e na produção. O autor critica a visão de que o aumento da produção de bens e serviços seria o suficiente para permitir a satisfação das necessidades básicas de bilhões de pessoas que ainda estão em pobreza, pois problematiza que a ideia de crescimento da produção e do consumo se confronta com os limites que os ecossistemas impõem à ampliação do aparato produtivo. Considera que o vínculo entre a expansão da produção de bens e serviços e a obtenção real de bem-estar para as pessoas, as comunidades e seus territórios, partindo de certo patamar de abundância, é cada vez menos óbvio.

Abramovay (2012) aponta que mesmo nos países mais ricos do planeta não é possível fazer uma relação direta entre o acesso de bens materiais e de renda com o sentimento de melhoria da qualidade de vida. A estratégia alternativa de mudança para uma nova economia, sem que o sentido da mesma esteja voltado para o seu próprio crescimento e pelo aumento no consumo, consiste na consideração da relação entre sociedade e natureza. O autor considera como questão central o reconhecimento dos limites dos ecossistemas, pois é nesse reconhecimento que se encontram grandes possibilidades para o processo de desenvolvimento e ressalta que já há um importante grupo de empresas que está se orientando nessa direção. Abramovay (2012) avalia que a inovação é importante para se mudar a relação entre sociedade e natureza. Pontua que a inovação não deve ser confundida com o aumento na produção. Inovação para o autor está relacionada a maneira de obtenção e transformação de energia, materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços que tenham utilidade para a sociedade. Sendo essa uma forma de sistemas de inovação orientada para a sustentabilidade. Para Abramovay (2012) uma nova economia tem a função de sinalizar que os recursos naturais não são infinitos, além de estimular a criatividade para se obter bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e econômico de matéria, de energia e da própria biodiversidade.

O mesmo autor pontua que “o segredo da nova economia está na emergência de um metabolismo social capaz de garantir a permanência e a regeneração dos serviços que os ecossistemas prestam às sociedades humanas” (p.20). Assim além de ser essencial para a nova economia a relação entre limite /inovação também é importante a relação entre economia e ética, pois entende que a ética ocupa lugar essencial nas decisões sobre uso dos recursos

materiais e energéticos. Acredita que a gestão empresarial atualmente não mede sua eficiência somente pelo seu lucro, mas começa também a considerar enquanto parâmetros de avaliação os efeitos que provoca na vida dos indivíduos, das famílias, dos territórios e dos ecossistemas. Entende que essa preocupação vai além da responsabilidade socioambiental corporativa. Tal preocupação consiste para o autor em colocar “a atividade econômica como parte de um processo regenerativo do tecido social e ecossistêmico” (p.22).

Aponta o autor como exemplos a ideia de usar o poder dos negócios para resolver problemas sociais e ambientais. Considera que a participação social na vida pública tem pouco espaço para interferir nas decisões empresariais e que a nova economia tem como objetivo aumentar a participação de indivíduos de vários tipos de comunidade nos processos de inovação e criação da riqueza, tudo isso proporcionaria o contato de universos sociais diferentes.

Para Abramovay (2012) a característica mais importante da nova economia:

está no empenho de imprimir visibilidade cada vez maior aos fundamentos e às consequências das diferentes maneiras de produzir e de medir a riqueza. Parte dessa riqueza passa por mercados e submete-se a uma abertura em seu ciclo de vida, expondo-se a uma contabilidade de fluxos materiais e energéticos. Parte dela vem de formas não mercantis de cooperação, sejam elas diretas (como no caso de cooperativas e grupos voluntários), sejam indiretas (como ocorre cada vez mais na sociedade da informação em rede).(p. 28).

A respeito da responsabilidade socioambiental corporativa, Abramovay (2012) pontua que ela consiste na resposta a um conjunto difuso de pressões que ampliam os riscos empresariais e obrigam as companhias a transformar os vínculos que terão como base para realizarem seus negócios, além disso, a responsabilidade socioambiental corporativa não está vinculada a ideia de ser um ato apenas do setor privado ou mesmo uma tática oportunista para lavar imagem da empresa.

Em relação a imagem da empresa há a ideia muito mais importante de reputação do que de imagem, pois imagem seria algo superficial, já a reputação está associada a construção de relações sociais duráveis que envolvem conteúdo informativo, concepções, pensamentos e valores sobre o significado de fazer negócio, métodos para alcançar o sucesso nos negócios, de modo geral, um conjunto de significados partilhados onde os atores se identificam como pertencentes a certo campo social (Abramovay, 2012).

Aponta que não estaria adequada a ideia de que as mudanças nos comportamentos empresariais são superficiais, pois escondem o seu principal objetivo que é o lucro. E que é na mistura de domínios até a pouco hostis entre o mercado e a cooperação social direta, que se

encontram um dos mais promissores caminhos para que, mesmo em uma economia descentralizada, os atores sociais possam nortear parte de seus comportamentos, e onde a ética e o respeito aos ecossistemas tenham um lugar de destaque, sendo esta a chave da transição para uma nova economia.

Abramovay (2012) cita um trabalho do *Institute of Economic Affairs* da Austrália, se contrapondo ao mesmo. Tal trabalho entende que as empresas são veículos de inovação e não precisam se preocupar com temas de interesse público, pois o lucro é o indicador da contribuição da empresa para o bem-estar social então, a ideia de responsabilidade social corporativa vai trazer mais danos que benefícios. Acrescenta que na mesma linha de pensamento dos adeptos da teoria da agência e da orientação das firmas, os interesses dos acionistas opõem-se à ideia de que ela possa ter objetivos em que as relações com atores não estejam direta e imediatamente envolvidos com o andamento dos negócios aos quais se dedica uma firma. Isto porque se trata de uma organização econômica para cujo desempenho o lucro é a única forma de avaliação. Nesta visão compreende que se a empresa pagou os impostos, os trabalhadores e os fornecedores, se está em dia com a entrega dos produtos aos seus clientes, se a empresa não está sendo processada por trabalho escravo ou por evasão de impostos e ainda assim a empresa consegue distribuir lucros e dividendos, então ela está cumprindo de maneira adequada sua função social.

Abramovay (2012) apresenta ainda as ideias, segundo ele, da esquerda política em relação a empresa e a responsabilidade socioambiental. A empresa busca o lucro e a única maneira de conter sua ira de exploração e devastação seria por meio do Estado. A noção de responsabilidade social corporativa seria uma espécie de cortina de fumaça que obscurece o papel imprescindível do Estado na organização social. Explica Abramovay (2012) que segundo esse argumento (de inspiração liberal ou de esquerda) é importante a noção de que tanto a empresa, quanto o mercado e também a economia demonstram uma esfera autônoma da vida social que funciona melhor quanto menos tiver a intervenção consciente e voluntária da sociedade. Por ser a natureza da empresa capitalista a busca incondicional pelo lucro, havendo alguma transformação, entende-se que certamente a transformação seria eventual, enganosa e cosmética.

Em suma para Abramovay (2012), na sociedade da informação em rede, os mercados deixam de ter apenas a participação de atores movidos estritamente por interesses econômicos e passam a ser compostos por uma mistura entre o público e o privado, individual e cooperativo.

Em relação a atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal, todo seu histórico aponta para uma visão similar a de Ricardo Abramovay. O Instituto Alana possui uma atuação, conforme todo material coletado e observações no decorrer desta pesquisa, que indica uma preocupação com uma intervenção comunitária no território do Jardim Pantanal que busca promover uma mudança radical na vida dos moradores e na dinâmica local. A doação dos terrenos para o Estado, a construção de um parque, a regularização fundiária das moradias seria provavelmente uma transformação almejada por todos os atores envolvidos. Embora, os donos do Instituto Alana sejam os principais acionistas do Banco Itaú, é possível perceber um constante cuidado com a imagem das diferentes instituições. O Banco Itaú aparece mais identificado com ações voltadas a cultura e lazer, como é o caso do Itaú Cultural, o projeto “Leia para uma criança” ou mesmo as bicicletas para locar disponível pelas cidades do país. Todos esses projetos parecem indicar a intenção do Banco Itaú de querer intervir na dinâmica social e cultural das cidades. Da mesma maneira, o Instituto Alana também possui seu espaço próprio, inclusive diferente juridicamente para realizar as ações que considera importante, seja na área de regularização fundiária do Jardim Pantanal, ora com investimentos em pesquisa na área da Síndrome de Dawn, ou em ações de Advocacy. Se o saldo dessas intervenções será positivo, aparentemente dependerá do interesse dos atores envolvidos nos objetivos em semelhantes ações, conforme continuaremos a verificar no decorrer deste trabalho.

3.3 O Instituto Alana e o Desenvolvimento Local

Outra perspectiva de análise da atuação do Instituto Alana em relação ao Jardim Pantanal refere-se ao conceito de Desenvolvimento Local.

Percebe-se pelo relato do entrevistado do Instituto Alana, Antônio Carneiro, e também pela documentação fornecida pelo próprio Instituto Alana para esta pesquisa que desde o início da fundação da instituição houve por parte do Instituto Alana uma preocupação e um conceito de desenvolvimento local que se almejava para o Jardim Pantanal. Há também a percepção que se tinha durante o período que atuei neste instituto, pois em muitas reuniões as pautas eram focadas na discussão do desenvolvimento da região. A preocupação girava em torno das questões em como agir na região e de que como fomentar ações no Jardim Pantanal para que a realidade local se transformasse.

É possível identificar a ideia de desenvolvimento local do Instituto Alana, quando Antônio Carneiro, afirma que a principal motivação no início da intervenção no Jardim Pantanal era o de reurbanizar o espaço e fomentar a organização local. O instituto visava

oferecer uma estrutura básica para que as pessoas tivessem uma vida decente. Mas ao perceberem que isso não era possível, o pensamento foi o de fortalecer a comunidade no intuito de trazer políticas públicas e serviços de qualidade para a comunidade.

O Instituto Alana parecia acreditar que por meio de suas intervenções seria possível transformar a realidade local, porém parece não ter se atentado na dinâmica a qual o local está inserido, ou seja, na dinâmica da cidade e que também implica em todos os processos de exclusões que ela produz.

O entrevistado relatou que em 2010 surgiu uma angústia pela própria experiência vivida pelo Alana. O Alana se questionou sobre qual mudança conseguiu promover no local. Entendeu que se a região continuava sem esgoto, sem posto de saúde, sem equipamentos culturais após 14 anos de atuação do Instituto Alana isto significava que não fazia sentido a região não ter sido regularizada.

O Instituto Alana, então se questionou sobre qual seria a sua *expertise*, ou seja, qual seria o seu foco de atuação. Por um lado perceberam que a comunidade não mudou e acreditavam que deveria ter mudado e de outro lado consideraram que a vocação do Instituto Alana era muito mais de inovação e *advocacy* e por isso decidiram ter outras prioridades que não incluía o Jardim Pantanal.

O Instituto Alana parece ter tentado implantar uma ideia de desenvolvimento local no Jardim Pantanal, mas sem obter os resultados esperados, desistiram deste investimento e optaram por outro modelo (*advocacy*) que não se relaciona necessariamente a um território.

Buscou-se nesse trabalho referências de desenvolvimento local e que também envolve a cidadania no intuito de refletir esse conceito e sua relação na atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal.

Amartya Sen (2010), um notável escritor e economista indiano, e que recebeu o prêmio Nobel em 1998, apontou que para combater os problemas que enfrentamos, deve-se considerar a liberdade individual como um compromisso social. A ideia de desenvolvimento é enxergada como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Essa concepção vai além da ideia de desenvolvimento relacionado e mensurado por meio do Produto Interno Bruto (PIB), aumento de rendas pessoais, industrialização e avanço tecnológico. Assim desenvolvimento e liberdade estão relacionados à liberdade humana e seria o objetivo maior de desenvolvimento. Porém as liberdades dependem de determinantes como as disposições sociais e econômicas e os direitos civis. São consideradas como as principais dificuldades para o pleno desenvolvimento e consequente privação de liberdade: a pobreza e tirania a falta de oportunidade econômica e social, negligência dos serviços

públicos e interferência de Estados repressivos. O autor acrescenta que apesar da riqueza global o mundo atual nega liberdades a talvez a maioria das pessoas que perdem a liberdade de terem alimentação adequada, ou mesmo o acesso a remédios, a moradia digna, água tratada e saneamento básico, além da privação do acesso a serviços públicos e assistência social e tudo isso se relaciona diretamente com a pobreza econômica. A negação das liberdades implica também na falta de programas epidemiológicos, de um sistema de assistência médica, de instituições eficazes e de um planejamento de ações educacionais. E por fim, a violação das liberdades apresenta-se enquanto privação das liberdades políticas e civis por regimes autoritários e da impossibilidade de participação da vida social, política e econômica da comunidade. Sen (2010) recorre a exemplos para ilustrar a ideia de desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades. É investigado o processo de desenvolvimento considerando questões econômicas, sociais e políticas e ainda reconhece o papel dos valores sociais e costumes que podem influenciar as liberdades desfrutadas pelas pessoas.

O autor aponta que há cinco tipos de liberdades, vistas de uma perspectiva denominada como instrumental, são elas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Afirma que cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa, atuando mutuamente e se complementando.

No caso das Políticas Públicas, foca e fortalece o aumento das capacidades humanas. Assim liberdades políticas para a liberdade de expressão e eleições livres ajudariam a promover a segurança econômica. As liberdades sociais apresentam-se na forma de serviços de educação e saúde. As facilidades econômicas ajudariam para a abundância individual, enfim, liberdades de diferentes tipos para fortalecerem umas as outras.

Desta forma, podemos entender que não é possível pensar em desenvolvimento local se não houver uma garantia de estruturas básicas. No caso do Jardim Pantanal, a escassez de serviços públicos e a infraestrutura precária já dificultam que as liberdades políticas, econômicas e oportunidades sociais sejam realizáveis nesse espaço.

Os projetos que eram desenvolvidos no Jardim Pantanal promovidos pelo Instituto Alana, em sua maioria focavam fortalecimento dos indivíduos por meio de processos educativos, sobretudo com crianças e adolescentes.

Para continuar a reflexão sobre o desenvolvimento local recorreremos ao autor Carlos Bernardo Vainer que explana sobre as escalas de poder e o poder local.

Segundo Vainer (2001) em confronto com o que tem proclamado agências multilaterais e consultores internacionais, o campo de possibilidades dos governos locais é ao mesmo tempo mais amplo, porque as cidades não estão condenadas a adotar estratégias empresariais competitivas e menos amplo, pois qualquer projeto econômico, político e/ou cultural fracassará se ficar restrito à escala local.

Segundo Vainer (2001) a revisão do debate sobre as escalas da ação política completa-se, com a menção dos que reivindicam a centralidade da escala nacional como única capaz de propiciar resistência efetiva ao processo de dissolução das soberanias e, ainda de dissolução cultural e societária a que parece nos condenar a globalização.

Os localistas acionam permanentemente uma espécie de senso comum em que o local se constitui a escala mais pertinente para o exercício da cidadania pela razão de que o cidadão vive no local, na cidade, no município. Na esfera local os problemas são identificados com mais facilidade e por isso torna-se mais possível encontrar uma solução adequada. Esta redução da cidadania à escala local encontra apoio também numa sociologia mais sofisticada em que a experiência e agência parecem operar unicamente ou principalmente nesta dimensão. No entanto há o argumento utilizado contra a cidadania local e global. Só o Estado nacional instaura um espaço e um conjunto de relações no contexto dos quais a noção de cidadania faz sentido. Nesta visão o lugar de nascimento ou residência não atribui cidadania, sendo esta uma realidade político-institucional inescapável (VAINER, 2001).

Do ponto de vista da perspectiva localista, ter o controle da administração local, que quase sempre é erradamente confundida com o poder local, significa ter todo o poder do mundo - ou pelo menos, segundo algumas perspectivas, todo o poder possível, já que o capital globalizado de tal forma ter-se-ia desterritorializado que estaria imune a qualquer forma social de controle, mesmo que no mero sentido regulatório. Do ponto de vista globalista, a conquista de uma prefeitura é muitas vezes percebida como uma armadilha que enreda as forças progressistas na administração localizada da crise, vitória de Pirro através da qual a engrenagem sistêmica coopta e incorpora à sua dinâmica as forças contestatórias emergentes. (VAINER, 2001,p.147).

Em relação ao Poder Local, Vainer (2001) esclarece que são fundamentais os limites das conquistas materiais e imateriais que os movimentos e lutas populares são capazes de alcançar na escala global, pois considera que a estrutura social, econômica e política que opera na interação entre as escalas nacional e internacional, é o principal determinante das condições de vida das classes subalternas em nossa sociedade, e somente mudanças estruturais serão capazes de abrir possibilidades para uma mudança do quadro de desigualdades e de miséria social. O autor rejeita a pretensão neo-localista de conceber o

local, quase sempre a cidade, como campo de um desenvolvimento local alternativo e de construção de alternativas societárias.

Afirma Vainer (2001) que a cidade não é somente o reflexo da sociedade, a cidade é em si um universo social, econômico e político que produz riquezas, além de produzir e reproduzir relações econômicas, políticas, culturais, etc. A cidade não é uma reprodução, localizada e reduzida, da estrutura social, mas sim um complexo de relações sociais, relações econômicas e também de relações de poder.

A cidade, além de herdar desigualdades da estrutura social, as aprofunda. Há uma ampla luta contra a desigualdade que é estritamente urbana e que deve ser travada na esfera local. Neste raciocínio o autor considera que a cidade produz, ela mesma, mecanismos de poder e de apropriação de recursos, pois a cidade constitui espaço de afirmação de legitimidades e valores simbólicos. A disputa pela cidade deveria ser a disputa por este conjunto de recursos de que ela é origem e depositária, eternizando, como em suas ruas e edificações, mecanismos de reprodução da exploração e da dominação. Por outro lado, as formas de dominação e acumulação que a caracterizam não podem ser percebidas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e também internacionais (VAINER, 2001).

Essa discussão de cidade e espaço urbano será aprofundada adiante em capítulo específico. Embora, seja nesse momento um fato que o Jardim Pantanal seja um espaço em que diversas dificuldades estão postas como a falta de infraestrutura, a não regularização fundiária dos lotes, além da ausência de equipamentos públicos. Há também uma perspectiva de desenvolvimento local que se apresenta como uma forma de transformação deste espaço. No caso do Instituto Alana o caminho de desenvolvimento local foi pensado, primeiramente, a partir do desejo de regularização e reordenamento da região, depois, após o entendimento de que era necessário um processo que envolvia mais atores, percebeu-se que outros caminhos poderiam ser trilhados. A transformação via educação (por meio de investimentos em creches, projetos sociais em diversas faixas etárias e ações culturais) foi a alternativa encontrada de intervenção. É possível que diversas transformações tenham ocorrido durante o período de intervenção do Instituto Alana nessa perspectiva focada na educação, todavia é de difícil mensuração. Provavelmente seria necessário um trabalho acadêmico específico para identificar esse fim. Para essa pesquisa em questão importa deixar registrado que transformações ocorreram tanto que houve diversas manifestações dos moradores reivindicando que o Instituto Alana mantivesse suas atividades. Até o momento não parece que o Instituto Alana conseguiu alcançar o seu objetivo principal no Jardim Pantanal (regularização fundiária). O que demonstra que o desenvolvimento local em sua

complexidade, está muito além do interesse de apenas um ator. O desenvolvimento local e a cidadania parecem exigir a determinação de diversos atores em diversas escalas de poder.

4. OUTROS ATORES E INTERESSES IDENTIFICADOS NO JARDIM PANTANAL

Para alcançar o objetivo desta pesquisa fez-se necessário o conhecimento das instituições que influenciam e fazem parte da dinâmica da comunidade do Jardim Pantanal, inclusive, no que se refere, à luta pela regularização fundiária da região. Durante o desenvolvimento desta pesquisa foram identificadas a presença da ONG (Instituto Alana), da empresa privada (Terra Nova Regularizações Fundiárias), lideranças comunitárias, movimentos sociais, planos e projetos do Poder Público que influenciam diretamente no processo de regularização fundiária do Jardim Pantanal. Será apresentada a continuidade do mapeamento realizado destes atores - já que o Instituto Alana já foi trabalhado em item acima - e o entendimento de cada um a respeito do Jardim Pantanal.

4.1 Poder Público

Nesse capítulo serão apresentadas as principais intervenções propostas pelo poder público mapeadas, as quais poderão transformar toda a dinâmica do Jardim Pantanal. Primeiramente será apresentado o Parque Várzeas do Tietê, projeto do Governo do Estado de São Paulo que encontra-se em fase de implantação. Será também apresentado o documento do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzeas Tietê e sua potência de transformação no Jardim Pantanal. Por fim, será exposto o Projeto Renova São Paulo, projeto do município que busca a reurbanização do Jardim Pantanal.

4.1.1 Parque Várzeas do Tietê (Estado de São Paulo)

Nessa parte do trabalho será apresentado o projeto que prevê o maior impacto no Jardim Pantanal e também por isso movimenta a dinâmica das associações de bairro e lideranças comunitárias para a discussão de sua implantação. Trata-se do Programa Parque Várzeas do Tietê.

O Parque Várzeas do Tietê, conhecido também como a Via Parque, é um projeto do Estado de São Paulo, que prevê a implantação do maior parque linear do mundo. Com 107

km² de área, compreende a região do Parque Ecológico do Tietê - localizado na Penha - até o Parque Nascente do Tietê - localizado em Salesópolis.

O principal objetivo do programa, segundo o DAEE (2014), é recuperar e proteger a função das várzeas do rio, além de funcionar como um regulador de enchentes, salvando vidas e o patrimônio das pessoas e proporcionar área de lazer.

O investimento previsto é de R\$ 1,7 bilhão para um prazo de 11 anos, até 2020, sendo que a programação de trabalho está dividida em três fases. A primeira, de 5 anos, entre 2011 a 2016, que refere-se a ações no município de São Paulo e Guarulhos, será implantada num trecho de 25km entre o Parque Ecológico do Tietê até a divisa de Itaquaquecetuba. A segunda etapa tem 11,3 quilômetros e abrange a várzea do rio em Itaquaquecetuba, Poá e Suzano, com previsão de término em 2018. A terceira fase, de 38,7 quilômetros, se estenderá de Suzano até a nascente do Tietê, em Salesópolis e deverá ser concluída em 2020 (DAEE, 2014).

Para esse trabalho interessa-nos focar na primeira fase de implantação do projeto que compreende os municípios de São Paulo e Guarulhos, isto porque o projeto implicará em intervenções diretas na região objeto de pesquisa deste trabalho – Jardim Pantanal.

Conforme publicado em relatório oficial “Programa Várzeas do Tietê” (2009), a área de estudo do programa compreende toda a várzea do rio Tietê, a montante da Barragem da Penha. Destacam-se para análise as áreas incluídas no perímetro da APA da Várzea do Rio Tietê. No Município de São Paulo, essa área de estudo encontra-se totalmente inserida na porção norte do antigo aldeamento indígena de São Miguel, que constitui atualmente a Zona Leste da Capital. Nas décadas de 50, 60 e 70, o antigo distrito de São Miguel que engloba os atuais distritos de Ermelino Matarazzo, Ponte Rasa, Vila Jacuí, São Miguel, Jardim Helena, Vila Curuçá e Itaim Paulista tiveram grande explosão demográfica, passando de 37,7 mil habitantes, em 1950, para 686,8 mil, em 1980, chegando ao ano 2000 com 942,6 mil moradores. Acrescido do distrito de Cangaíba, na Penha, com 137,2 mil moradores em 2000, esses distritos, limitados pela linha férrea da CPTM constituem o que o programa classifica como entorno expandido da área do programa na capital de São Paulo.

Consta no relatório oficial “Programa Várzeas do Tietê” (2009) que em 2008 a população dos 8 (oito) distritos, pode ser estimada em 1.285.250 habitantes, assumindo-se a manutenção das taxas de crescimento que eles apresentaram no período 1991-2000. Dentro desse recorte, destaca-se a faixa localizada entre o rio Tietê e a linha férrea da CPTM, nesse trecho acompanhando a margem esquerda do rio, que constitui o entorno imediato da área de intervenção.

O relatório apresenta também indicadores socioeconômicos da região de intervenção; segundo consta no mesmo, o conjunto de oito distritos analisados se consolidou nas últimas décadas do século XX como uma região populosa e caracterizada por inúmeros déficits, no que diz respeito à oferta de empregos, transporte e equipamentos institucionais de educação, saúde, assistência social, esportes, cultura e lazer. Trata-se de famílias cuja renda é predominantemente média baixa e baixa, com altas demandas quanto a equipamentos e serviços públicos.

Como justificativa da proposta de intervenção, o Estado de São Paulo, explica via documento¹¹ que com a crescente industrialização da região leste da cidade de São Paulo, bem como dos municípios a montante da barragem da Penha ao longo do rio Tietê, a planície aluvionar formada pelas várzeas tornou-se apropriada à ocupação por população de baixa renda, de trabalhadores sem qualificação e imigrantes recém-chegados, num processo de favelização. Com isso, a população em busca de trabalho foi ocupando de forma acelerada as margens do rio e córregos, vivendo em situações insalubres e/ou de risco como única opção residencial. Consta no documento que estes processos dirigem-se às cabeceiras dos mananciais existentes e iniciam-se por desmatamentos abrangendo áreas até densamente vegetadas, não importando se as mesmas estão ou não protegidas por Leis de Preservação Ambiental. Acrescenta que os loteamentos não consideram quaisquer princípios de planejamento urbano. Aponta que os arruamentos, quando existentes, são desordenados e casuais, geralmente implantados em total desacordo com as peculiaridades topográficas da área. Os lotes, com áreas de 20 a 50 m² são justapostos, sendo cada um deles ocupado integralmente para a construção de cômodos conjugados. A fim de se obter maior espaço útil, acrescentam-se uma ou mais lajes, projeções verticais das plantas baixas do piso térreo, ou seja, com a mesma área do lote que é assim totalmente edificado.

No mesmo documento consta que nas áreas varzeanas, a ocupação urbana constitui-se num dos principais fatores da interferência danosa à macrodrenagem da bacia. Isto porque os aterros lançados nas várzeas, para sobrelevar as áreas baixas antes naturalmente inundáveis, reduzem a eficiência do abatimento natural dos picos das cheias.

Assim o Estado de São Paulo, considera como fato que as ocupações irregulares das várzeas têm se expandido em ritmo acelerado - criando situações praticamente irreversíveis, com a instalação de milhares de moradores, revelando a impotência da fiscalização do poder público para conter esse processo. Desta forma, a ação antrópica na planície de inundação do

¹¹Disponível em: Programa Várzeas do Tietê, 2009

Tietê acabou descaracterizando-a totalmente, criando uma autêntica barreira ao escoamento das águas, o que conflita com a função natural da várzea, de servir como depósito de sedimentos e possibilitar o livre trânsito das ondas de cheias (PROGRAMA VARZEAS DO TIETÊ, 2009).

O Programa Várzeas do Tietê tem como objetivo geral:

(...) a recuperação, para efeito de amortecimento de ondas de cheias, das várzeas remanescentes na bacia do Alto Tietê, a montante da Barragem da Penha, assim como, a atenuação dos efeitos de sua ocupação desordenada e dos consequentes problemas ambientais, urbanísticos e sociais, ensejando obter, de forma progressiva, a gestão integral de toda a várzea e melhor qualidade de vida para a população no entorno urbano da área de intervenção e consequentemente da RMSP. (PROGRAMA VARZEAS DO TIETÊ, p.40, 2009).

Nesse momento o DAEE dialoga com a comunidade do Jardim Pantanal para a realização de um cadastro que será realizado em todo o bairro e servirá como base para as próximas ações do Estado na região no que se refere a implantação da proposta. As lideranças locais, a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal, o Terra Nova – Regularizações Fundiárias, o Instituto Alana e outros grupos acompanham essa discussão.

A implantação do Programa Parque Várzeas Tietê, conforme análise documental poderá trazer diversos benefícios para o território do Jardim Pantanal, considerando todo o contexto socioambiental que ele está inserido. Há a constante indagação de quantas casas e consequentemente quantas famílias serão removidas da região, além da dúvida de qual suporte as famílias receberão.

Acompanhar todo esse processo tem sido uma realidade dos moradores e dos movimentos sociais da região do Jardim Pantanal. Tal dinâmica remete ao tema trabalhado pela autora Arlete Moysés Rodrigues sobre a cidade enquanto um espaço de direito. Esse tema será abordado no capítulo que se refere ao espaço urbano.

4.1.2 O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzeas Tietê

A intenção de apresentar o Plano de Manejo APA Várzeas Tietê neste trabalho, refere-se à importância que esse estudo tem para a região do Jardim Pantanal. A regularização fundiária almejada para a região está condicionada a aprovação deste documento. Aqui será explicado o que é e o que significaria a sua aprovação para o Jardim Pantanal.

A Fundação Florestal apresenta as Unidades de Conservação como uma busca de preservação dos recursos naturais e da sustentabilidade ambiental. No Brasil a Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000, estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, sendo o primeiro grupo focado nas Unidades de Proteção Integral (parques estaduais, estações ecológicas, reservas biológicas) e o segundo grupo focado nas Unidades de Uso Sustentável que compreendem Áreas de Proteção Ambiental (APA); Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reservas Extrativistas (RESEX); e Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).

Em relação a APA Várzeas do Rio Tietê (APAVRT) segundo dados da Fundação Florestal (2013), a APAVRT possui uma área de cerca de 7.400 hectares, foi criada pela Lei Estadual nº 5.598, de 06 de janeiro de 1987, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.834/98. Esta unidade de conservação engloba regiões urbanas e rurais de doze municípios ao longo do Rio Tietê: Santana do Parnaíba, Carapicuíba, Barueri, Osasco, Guarulhos, São Paulo, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis.

Consta no documento da Fundação Florestal (2013) que o solo pantanoso e úmido caracterizava originalmente toda área da APAVRT, onde predominavam as formações arbustivo-arbórea, com espécies como a pindaíba, pimenta do brejo. Nas matas ciliares, a fauna típica era composta por capivaras, catetos, lontras, mamíferos menores como a paca e mão-pelada, além das aves migratórias, como a garças e quero-queros.

No processo de desenvolvimento paulista com a expansão da cidade e dos municípios, ocorre intensa ocupação nas margens do rio o que traz consequências de desequilíbrio, degradação ambiental e sofrimento da população durante as cheias com as enchentes e alagamentos. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2013).

Retornando ao Plano de Manejo, no artigo 27º do Sistema Nacional de Conservação (SNUC) decide-se que toda Unidade de Conservação deve possuir um Plano de Manejo. Conforme o SNUC, o plano de manejo trata-se de um documento técnico que possui fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelecendo o zoneamento e os regulamentos que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, o que inclui a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade de Conservação.

Segundo dados da Fundação Florestal, o Plano de Manejo teve o intuito de ser construído por meio de um processo integrado e participativo. O objetivo do documento era o de auxiliar na destinação e obtenção de recursos para a implementação das medidas e intervenções propostas. A Fundação Florestal desde 2007 por meio do Núcleo Planos de

Manejo (NPM) gerencia os Planos de Manejos das Unidades de Conservação, sendo ela responsável pelo Plano de Manejo Várzeas do Rio Tietê.

Ainda conforme os dados da Fundação Florestal, embora haja diversas publicações, estudos e pesquisas acerca dos atributos ambientais da Unidade de Conservação da Várzea do Rio Tietê, o Plano de Manejo foi a primeira contribuição que consolidou em um único documento dados primários e secundários. Esses dados balizaram as ações de manejo sustentável dos atributos ambientais, destacando o mapeamento das áreas de vulnerabilidade à inundação que caracteriza o território.

Neste mesmo documento consta que o Plano de Manejo Várzeas do Rio Tiete passou por um processo de revisão de seus zoneamentos e diretrizes, com o intuito de flexibilizar os zoneamentos vigentes dando maior permissividade do ponto de vista do parcelamento do solo, regularização fundiária, saneamento básico e recuperação urbana.

O Zoneamento vigente na região do Jardim Pantanal é caracterizado como Zona de Cinturão Meândrico que compreende parte da faixa de terreno da planície aluvial do Rio Tietê, constituída geralmente por solos hidromórficos não consolidados, sujeitos a inundações frequentes por transbordamento do canal fluvial, podendo apresentar, em alguns trechos, áreas de solos mais consolidados e ligeiramente elevados em relação ao conjunto. Tem por finalidade o controle das enchentes, considerando suas características geomorfológicas, hidrológicas e sua função ambiental.

Dentro da zona de cinturão meândrico são vedadas novas instalações, obras ou empreendimentos, inclusive habitacionais. A ampliação de obras, instalações ou empreendimentos já existentes ficam condicionadas à eliminação ou à redução da sua desconformidade. O novo zoneamento proposto pelo Plano de Manejo na região do Jardim Pantanal é o de Zona de Reordenamento Socioambiental e da Paisagem (ZRAP), que tem como objetivo reorientar o uso e ocupação atual, considerando a integração entre desenvolvimento econômico, educacional, socioambiental e as funcionalidades hidrológicas e ecológicas das planícies fluviais, articulando políticas públicas, setores e instâncias governamentais e da sociedade civil; mitigar os impactos decorrentes dos usos urbanos sobre os atributos naturais e sua exportação às zonas adjacentes e reduzir a vulnerabilidade das populações residentes aos riscos de inundações para promover melhorias na qualidade de vida.

O Plano de Manejo é também acompanhado pelo Conselho Gestor das Várzeas do Rio Tietê, o qual trata-se de um conselho criado pelo Decreto Estadual 42.837, de 3 de fevereiro de 1998. Têm caráter consultivo e tem como objetivo promover o gerenciamento

participativo da Área de Proteção Ambiental (APA), implantar políticas públicas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de proteção do meio ambiente e do Sistema nacional de unidade de Conservação (SNUC) Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2.000. É integrado por vinte e quatro titulares e seus suplentes, sendo composto por seis representantes do Governo do Estado, seis representantes dos municípios, que compõem a APA, e doze representantes da sociedade civil organizada, eleitos entre os seus pares, em reunião convocada para esse fim.

Em suma, o Plano de Manejo flexibiliza o zoneamento da região de APA do Jardim Pantanal em relação ao zoneamento vigente – mais restritivo - permitindo a inserção de infraestrutura urbana e melhoria de condições sanitárias, reduzindo a vulnerabilidade da população local. O Plano de Manejo foi entregue para avaliação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) no ano de 2014 e até o momento de desenvolvimento dessa pesquisa, há a informação de que ainda está aguardando posicionamento desse órgão, ou seja, ainda não foi aprovado.

O plano de manejo configura-se enquanto objeto de luta da população e dos atores envolvidos no processo de regularização fundiária do Jardim Pantanal. A aprovação deste plano implicaria a real possibilidade de transformação de todo o espaço já ocupado. O plano permanece no campo de luta e esperança da comunidade.

4.1.3 O Renova São Paulo – concurso de projetos de arquitetura e urbanismo

(Prefeitura de São Paulo)

O Renova São Paulo, é mais um ator identificado no território do Jardim Pantanal. Trata-se de um projeto arquitetônico do município de São Paulo. Faz-se necessário o entendimento desse projeto porque ele trouxe a novidade de reurbanização no espaço do Jardim Pantanal, porém sua aplicação está condicionada a aprovação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) Várzeas Tietê. Existe grande mobilização no bairro para acompanhamento desse projeto, que implica também em remoções.

Em 2011 foi publicado o livro “Renova SP concurso de projetos de arquitetura e urbanismo”. Neste livro consta a experiência da realização do concurso público nacional de Arquitetura e Urbanismo para a Requalificação Urbana e Habitação de Interesse Social de assentamentos precários em São Paulo.

Segundo Ricardo Pereira Leite (2011), ex-secretário Municipal de Habitação, em São Paulo há muitos bairros segregados se integrando à cidade formal, mas, para que esse processo ocorra, entende que é necessária uma transformação urbanística. No passado o

objetivo era a transformação apenas física do espaço, mudando, por exemplo, as construções precárias de madeira para conjuntos habitacionais de alvenaria com água encanada, luz e esgoto. No entanto, a implantação dos conjuntos habitacionais não repercutiu na transformação social esperada, desta forma, o problema de habitação passou a ser visto na secretária de habitação de maneira abrangente considerando a habitação um problema sociológico e não apenas construtivo. Para Leite, a questão habitacional é vista pela Secretária Municipal de Habitação (Sehab) como uma questão social, econômica e ambiental.

Em 2011, a Sehab abriu o concurso - O Renova São Paulo, com o objetivo de que fossem apresentadas propostas que estivessem de acordo com o “Planos de Ação Integrada (PAIs)”. Tratam-se de 248 PAIs que compõem o Plano Municipal de Habitação, cada um caracterizado conforme sua prioridade de intervenção, os recursos necessários para a implantação das obras, o número de famílias em situação de risco, a necessidade de novas unidades, entre outras demandas.

O Renova SP selecionou 17 projetos arquitetônicos para 22 perímetros. O Jardim Pantanal foi objeto de intervenção do projeto, fazendo parte do Lote 17 chamado de Água Vermelha 2, cujo 1º Lugar ficou com a equipe de Arquitetura: libeskindllovet arquitetos.

O projeto define o perímetro Água Vermelha 2, como Loteamento Irregular, que segundo o Plano Municipal de Habitação, é um assentamento:

onde se caracteriza a existência de um agente promotor e/ou comercializador, cuja tipologia e morfologia do parcelamento do solo estejam voltadas ao uso unifamiliar e multifamiliar de pequeno porte, que tenham sido implantados e ocupados sem prévia aprovação pelos órgãos públicos responsáveis ou, quando aprovados ou em processo de aprovação, implantados em desacordo com a legislação ou com o projeto aprovado (Renova SP, 2011).

Os Loteamentos Irregulares constam no Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, como habitação de interesse social que corresponde aos domicílios cujas famílias recebem até seis salários mínimos de renda mensal.

Segundo documento do Renova SP (2011), o primeiro prêmio, proposta 61.606, teve como ideia a recuperação e a regeneração das áreas inundáveis ao longo do rio Tietê, compatibilizando com enfoques urbanos e ambientais; assim; busca a recuperação de sistemas naturais existentes reinterpretados, urbanização de favelas, melhoria da acessibilidade geral conectando as ocupações preexistentes com a cidade e as novas propostas, a criação de um sistema de espaços públicos e pólos de centralidade. Nas áreas de provisão, se destaca a interessante articulação dos blocos e a modulação dos edifícios. (p. 88)

Segundo documento do Renova SP (2011), o Perímetro de Ação Integrada Água Vermelha 2 situa-se na região Leste da cidade, nas sub-bacias Água Vermelha e Lageado. O documento considera que a ocupação por assentamentos precários iniciou-se na década de 1980, pela formação da favela José Martins Lisboa. O estudo aponta que o perímetro conta com 23 assentamentos: 10 favelas com 5.444 domicílios, e 9 loteamentos com 10.853 domicílios e 4 núcleos urbanizados, com 676 domicílios.

O mesmo documento prevê como os principais desafios para a urbanização no perímetro citado eliminar áreas de risco, para preservar os cursos d'água; criar espaços de convivência e lazer para a população; planejar sistemas de drenagem, contando com inovações tecnológicas e de materiais, buscando resgatar propostas ambientais que ajudem a trabalhar relações com o meio ambiente local; e conectar as comunidades de favelas e loteamentos, em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com as propostas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e com as propostas do Plano Diretor Estratégico e do Plano Municipal de Saneamento, que prioriza os coletores troncos.

Segundo avaliação do Projeto Águas Vermelhas (2011) a cidade informal tem crescido sobre o rio e ao mesmo tempo negando-o, o que o torna um lugar inóspito e sujo. Desta forma, o objetivo principal do projeto é “redescobrir o rio reconhecendo suas riquezas e suas dinâmicas”. O projeto pretende sensibilizar os moradores através de nova interpretação, aproximando o rio da população ao retomar o valor que ele pode representar para o bairro.

Consta no mesmo relatório que a estratégia para alcançar o objetivo do projeto será a construção de um grande parque linear que potencialize o corredor verde fluvial e faça uma transição entre este ecossistema e o tecido urbano. Pondera que a multiplicidade de serviços oferecidos à comunidade consolida os eixos cívicos e permite à população reconhecer o delicado sistema ambiental que a rodeia e que conforma a identidade principal do lugar junto ao rio Tietê.

O projeto compreende que o paisagismo tem papel relevante nesta operação já que se propõe potencializar a identidade do bairro consolidando a qualidade ambiental. Por meio do estudo detalhado dos sistemas fluviais, se propõe desenvolver operações de controle das inundações. Dado que a zona de projeto pertence a uma Macrozona de Proteção Ambiental, a qual prevê densidade muito baixa, foi uma decisão de projeto realocar um grande número de domicílios para outras regiões.

O que se sabe até o momento em relação à implantação do projeto Renova São Paulo no Jardim Pantanal, é que ainda não foram iniciadas as intervenções na região e que também

não ocorreram remoções, porém as várzeas do Rio Tietê na região do Jardim Pantanal, conforme já mencionado, tiveram novas ocupações, o que provavelmente trará novas implicações para o projeto Renova São Paulo ser aplicado.

Tal qual o projeto Parque Várzeas do Tietê e o Plano de Manejo Várzeas do Tietê, o Renova São Paulo situa-se num espaço de expectativa para os atores envolvidos na dinâmica do Jardim Pantanal, pois ele se configura tanto como uma possibilidade de transformação na comunidade, como também pode ser compreendido como mais uma ação que poderá resultar em diversas remoções aos moradores.

4.2 A Empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias

Neste capítulo será apresentado outro ator que desenvolve uma ação direta no Jardim Pantanal, focada no interesse em comum na maioria dos atores – a regularização fundiária.

Não foi possível identificar quando se deu o primeiro contato do Instituto Alana com a Empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias, mas é de conhecimento que o Instituto Alana tinha optado, conforme descrito no capítulo específico, por retomar suas ações no Jardim Pantanal focando a Regularização Fundiária, porém não possuía uma equipe na instituição que soubesse como conduzir um trabalho desta natureza. Então, em 2013 foi firmada parceria entre o Instituto Alana e a empresa Terra Nova.

Segundo informações da Terra Nova o intuito da parceria entre Instituto Alana e Terra Nova consistia no compromisso da empresa realizar uma espécie de consultoria para o Instituto Alana onde constasse quais eram as possibilidades de regularizar a região do Jardim Pantanal, sobretudo no que diz respeito a região em que estão localizadas as terras dos proprietários Ana Lucia Villela e Alfredo Villela. Num primeiro momento a ideia não era divulgar a chegada da empresa na região. A empresa optou por realizar pesquisas a respeito da matrícula dos terrenos e contato com a subprefeitura de São Miguel Paulista.

Outra estratégia da Terra Nova foi a de conhecer as lideranças comunitárias, pois após o vínculo da empresa com as lideranças através de técnicos do Instituto Alana, foi realizada a proposta de formalização de uma Associação de Moradores que deveria ter como objetivo central a regularização fundiária do Jardim Pantanal. A empresa Terra Nova em parceria com o Instituto Alana fomentou por meses a oficialização da associação que acabou por se formalizar em Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal. O processo de fomento da associação estará mais detalhado em capítulo específico.

A Terra Nova Regularizações Fundiárias, segundo documento¹² da própria empresa, é a primeira empresa social do país especializada em mediar conflitos de terra de áreas urbanas particulares ocupadas irregularmente. Pertence ao setor dois e meio da economia, o que significa que a empresa, embora vise lucro, também visa uma ação social. Segundo informações do site dois e meio¹³, em dezembro de 2006, o economista bengalês Muhammad Yunus ganhou o Prêmio Nobel da Paz por desenvolver um trabalho inovando com um modelo bancário de microcrédito e negócios sociais. Em informação no site de Yunus¹⁴, consta que em 1976, Yunus iniciou experiências com o fornecimento de pequenos empréstimos para população de baixa renda sem as garantias e exigências tradicionais dos bancos comerciais. O projeto foi chamado de *Grameen Bank*. Em 1983, tornou-se um banco oficial para fornecer empréstimos a população de baixa renda, focando principalmente nas mulheres na zona rural de Bangladesh. Atualmente o Grameen Bank tem mais de 8,4 milhões de mutuários, 97% são mulheres, e possui um lucro de 1,5 bilhões de dólares por ano. A ideia de Yunus está sendo utilizada em diversos países.

A empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias se baseia nesse tipo de negócio. Acredita que o trabalho de regularizar áreas ocupadas ilegalmente é ao mesmo tempo um trabalho que gera lucro, mas que tem como finalidade uma causa social, sendo essa a maneira com a qual normalmente os representantes da empresa se apresentam e justificam seu trabalho nas comunidades que pretendem realizar intervenções.

Conforme divulgado em documento da empresa, a Terra Nova - Regularizações Fundiárias realiza trabalhos de regularização e tem como missão facilitar o acesso ao título de propriedade, a melhoria da qualidade de vida de comunidades que vivem em assentamentos precários no Brasil e indenizar proprietários de terras em litígio. Hoje, a empresa está presente em três Estados brasileiros dentre eles, Paraná e São Paulo. Trabalha na regularização de mais de 2,5 milhões de m² de áreas urbanas particulares. A empresa possui uma metodologia que inclui mediar conflitos entre os interesses dos proprietários e dos ocupantes. Trabalha com referências nas diretrizes urbanísticas e ambientais ditadas pela legislação vigente e pelos órgãos competentes - conforme dados divulgados em documento da empresa.

A Terra Nova tem como conceito a realização da Regularização Fundiária Sustentável o que implica:

¹² Relatório fornecido pela empresa, porém não publicado.

¹³ Disponível em: <http://www.doisemeio.com/setor_conceito.asp>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

¹⁴ Disponível em <<http://www.yunusnegociossociais.com/#!muhammad-yunus/cgqf>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2016.

conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (s/n).

Segundo informações de material divulgado da própria empresa, a metodologia da Terra Nova consiste em trabalhar principalmente os aspectos jurídicos, urbanísticos, sociais e ambientais para a regularização. No aspecto Jurídico está amparada no artigo 1.228, § 4º e 5º do Código Civil Brasileiro, que prevê: artigo 1.228 – “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.”

§ 4º O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicando consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevantes.

§ 5º No caso do parágrafo antecedente, o juiz fixará a justa indenização devida ao proprietário; pago o preço, valerá a sentença como título para o registro do imóvel em nome dos possuidores.

A empresa divulga os possíveis instrumentos jurídicos utilizados para a regularização, sendo eles: Usucapião Judicial, Usucapião Administrativo, Desapropriação por Interesse Público e a Desapropriação Judicial.

Nos aspectos urbanísticos, prevê a elaboração e aprovação de projeto de parcelamento para a incorporação da área regularizada à cidade formal. Busca o desenvolvimento urbano sustentável, o que inclui adequação da área irregular ao planejamento urbanístico do município, por exemplo, alargamento de vias, disponibilização de áreas para construção de equipamentos públicos, etc. Prevê também a participação direta e indireta da comunidade na implantação e manutenção da infraestrutura (mutirões, fundo de reserva para pequenas obras).

Nos aspectos ambientais o trabalho da Terra Nova está voltado para a desocupação de áreas de preservação e de risco, para a realocação de famílias através do reordenamento de moradias e/ou reintegração de lotes subutilizados. Na metodologia da empresa, trabalhar a revitalização de áreas degradadas implica no envolvimento direto ou indireto da comunidade. Focam também em atividades destinadas a adequação do lixo doméstico, estimulando-se a comunidade para ações voltadas ao tema- dados divulgados em documento da empresa.

Segundo informações da empresa, nos aspectos sociais o trabalho da Terra Nova prevê a organização comunitária para que haja participação da comunidade no processo de

regularização. A empresa sugere à comunidade a criação de uma câmara técnica. A ideia é que a câmara técnica seja uma instância de deliberação e participação dos moradores, para garantir a gestão democrática do processo. Ainda nos aspectos sociais, a empresa diz realizar adequação à condição socioeconômica das famílias, considerando o pagamento das indenizações de forma diferenciada para os mais carentes, isto quando a região já estiver regularizada.

A empresa sugere também a construção de um Centro Comunitário, com o intuito de ser um espaço em que a comunidade poderá desenvolver projetos socioambientais e atividades de lazer, além de ampliar e melhorar o acesso da população aos equipamentos públicos de saúde, educação, lazer e segurança, dentre outros.



Figura 14: Logo da empresa e metodologia do trabalho da Terra Nova (Disponível em: <http://grupoterranova.com.br/metodologia/>)

Conforme mencionado anteriormente, a metodologia utilizada pela Terra Nova, no estudo de viabilidade fundiária do Jardim Pantanal, sugeriu a criação de uma Associação de Moradores no Jardim Pantanal, que teria como objetivo principal a regularização do bairro.

O comprometimento da Terra Nova seria o de prestar assessoria à Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal para que ela conduzisse o processo de regularização fundiária, mas tendo o aporte técnico na parte jurídica e social da empresa Terra Nova.

A empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias parece estar ocupando um espaço que deveria ser de responsabilidade do Estado. Uma das justificativas da existência da empresa é a de ser uma ponte entre os moradores de regiões ocupadas e o poder público, já no caso dos terrenos de propriedade privada, a ponte se dá entre os moradores e os proprietários. De qualquer maneira, apesar do interesse mencionado pela empresa de realizar uma ação social, é possível entender que a necessidade da existência de empresas com esses objetivos

demonstram falhas no Poder Público e também reforçam a ideia da terra enquanto mercadoria e não enquanto direito.

Considerando a regularização fundiária enquanto o maior ou um dos maiores objetivo(s) da comunidade do Jardim Pantanal, e entendendo que a regularização fundiária é objeto de discussão do ponto de vista social e jurídico, foi realizado levantamento bibliográfico que apontam a direta relação entre regularização fundiária e direito a cidade, o qual será discutido na sequência.

Segundo Rolnik e Klink (2011), os primeiros avanços relacionados ao campo do direito à moradia e direito à cidade se deram com a incorporação à Constituição dos artigos 182 e 183 que constituem o capítulo da Política Urbana e de sua regulamentação, por intermédio da Lei Federal 11257/01 – Estatuto da Cidade. Trabalha a noção da função social da cidade e da propriedade, o reconhecimento e direitos de posse de moradores das favelas e periferias das cidades do país.

Segundo Oliveira (2001), a rapidez do processo de urbanização provocou sérias consequências no agravamento histórico de exclusão social. Com a expansão das cidades mais densas formaram-se as regiões metropolitanas, ocupadas pela população pobre que não conseguiam permanecer nas regiões centrais ou até mesmo que vinham de outras regiões do país em busca de empregos. Esse quadro foi pouco alterado, inclusive até mais intensificado. Para a autora, a aprovação do Estatuto da Cidade que ficou onze anos em tramitação no legislativo foi uma vitória dos movimentos sociais e entidades civis. Em suma, o Estatuto da Cidade reúne instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pela política urbana na esfera municipal e pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

O artigo 182 estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, definindo que o instrumento básico desta política é o Plano Diretor. O artigo 183, por sua vez, fixou que todo aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirirá o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Este artigo abriu a possibilidade de regularização de extensas áreas de nossas cidades ocupadas por favelas, vilas, alagados ou invasões, bem como loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias urbanas, transpondo estas formas de moradia para a cidade denominada formal (OLIVEIRA, 2001).

A Regularização Fundiária está prevista como um Instrumento no Estatuto da Cidade. Segundo Oliveira (2001), os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade visam o controle do uso do solo urbano. Muitos deles são conhecidos no país, porém sua utilização tem sido restrita. São vários motivos que explicam sua não adoção, dentre eles se encontram impedimentos culturais, históricos, jurídicos e principalmente, os impedimentos decorrentes dos interesses políticos em jogo. Entretanto, os instrumentos são capazes de realizar o enfrentamento político. A autora considera que sendo cada cidade um caso particular e único, justificam-se as atuações experimentais com as composições e adaptações necessárias e adequadas a cada um dos lugares. Acrescenta que o Estatuto da Cidade dedica grande parte de seu conteúdo aos instrumentos para a promoção da política urbana, em especial na esfera municipal, classificados, de acordo com sua natureza, em tributários, financeiros ou econômicos; jurídicos; administrativos e políticos.

Oliveira (2001) explica, em relação à regularização fundiária, que este é o procedimento pelo qual se busca tornar lícita a ocupação da terra nos casos em que o acesso àquele bem tenha ocorrido de modo irregular. Explica que normalmente a expressão “regularização fundiária” é utilizada para indicar a atuação destinada a revestir com maiores proteções a posse existente sobre determinado imóvel. Tal situação pode ocorrer mediante a instituição de um título de propriedade ou de outro direito real.

Para maior entendimento do aspecto jurídico da Regularização Fundiária, faz-se necessário o conhecimento da Lei Federal nº 11.977/ 2009 que trata da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos.

Importante conhecer o capítulo III da Lei nº 11.977/2009, segundo dados do Ministério das Cidades,¹⁵ é o primeiro marco jurídico de caráter nacional a dispor sobre a regularização fundiária em áreas urbanas de maneira abrangente.

A Regularização Fundiária é definida, conforme documento do Ministério das Cidades como um processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais com o intuito de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades e garantir o direito social à moradia de seus ocupantes. O documento aponta que a regularização fundiária busca enfrentar o problema da irregularidade dominial, referente às situações em que o possuidor ocupa uma terra pública ou privada sem um título que lhe dê segurança jurídica sobre essa posse. As dimensões urbanística e ambiental objetivam superar o problema dos assentamentos

¹⁵Informações disponíveis no relatório: Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009. Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013.

implantados sem o licenciamento e em desacordo com a legislação urbana e de proteção ao meio ambiente. A dimensão social foca nas ocupações de baixa renda e busca ampliar o direito à cidade, o exercício da cidadania e assegurar sustentabilidade a todo o processo de regularização fundiária.

Os princípios da Regularização Fundiária, segundo documento do Ministério das Cidades, são: (a) ampliação do acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área ocupada, assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental; (b) articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo e com as iniciativas públicas e privadas, voltadas à integração social e à geração de emprego e renda; (c) participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização; (d) estímulo à resolução extrajudicial de conflitos; e (e) concessão do título preferencialmente para a mulher.

Outro importante marco jurídico é a Lei Municipal nº 15.720, de 24 de abril de 2013, lei que regulamenta a Regularização Fundiária de Interesse Social no Município de São Paulo e esta de acordo com a Lei Federal nº 11.977, de julho de 2009.

No capítulo I das Disposições Gerais, consta no Art. 1º que a regularização fundiária de interesse social consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que tem em vista a regularização de assentamentos irregulares e a titulação dos ocupantes. No art. 2º aponta que essa lei somente poderá ser aplicada aos parcelamentos do solo para fins urbanos implantados irregularmente no Município de São Paulo até 30 de abril de 2000. Consta que, na hipótese de parcelamentos irregulares situados em área de proteção e recuperação de mananciais, será aplicado o disposto na legislação estadual específica.

No caso do Jardim Pantanal existe uma maior possibilidade de regularização fundiária, se for considerada a Lei Municipal nº 15.720, de 24 de abril de 2013, isto porque o Jardim Pantanal se enquadra nos atributos necessários para a regularização prevista nessa lei.

Os atores do Jardim Pantanal continuam em seu processo de luta para a regularização fundiária. Mesmo com a parceria entre as empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias e o Instituto Alana, não houve nenhuma alteração na parte fundiária da região.

4.3 Movimentos Sociais

No Jardim Pantanal há diversas associações, coletivos, lideranças comunitárias e movimentos sociais organizados que atuam ativamente em diversas frentes, seja pela educação, cultura, saúde, sendo que todos possuem em comum a questão da moradia enquanto pauta de seus encontros.

Neste trabalho constam alguns dos movimentos sociais identificados no Jardim Pantanal. Não foi possível apresentar todas as ações que são realizadas na região, porém a seguir serão apresentados provavelmente os mais antigos movimentos, o que contribuirá no aprofundamento da dinâmica do território, a partir dos próprios atores.

Os movimentos sociais de moradia da região focam sua conquista na regularização fundiária, buscando a urbanização do bairro e sua inclusão/oficialização na cidade.

Segundo Gohn (1997) os movimentos sociais urbanos foram uma novidade no cenário latino-americano nas décadas de 70 e 80 do século XX, considerando sua expressividade numérica. Houve uma concentração de pesquisas nessa área que foi muito mais intensa nos anos 80, já nos anos 90 houve um declínio considerável dos movimentos em geral e dos populares em especial. O estudo dos movimentos sociais realizados nesse período enfrentaram dificuldades no desenvolvimento das pesquisas, ora porque não encontravam referenciais teóricos apropriados a análise da situação brasileira e por isso recorriam a esquemas teóricos pertencentes a outras realidades socioeconômicas e político-culturais, ora pelas descrições realizadas sem análises, além de abordagens teóricas que desconsideravam a importância do papel do Estado. Somava-se a essas dificuldades o estudo isolado dos movimentos urbanos e rurais, e o não entendimento do conceito de movimento social urbano, que por vezes era utilizada para lutas de outra natureza.

Para a mesma autora (1991) os movimentos sociais urbanos no Brasil surgem como objeto central de investigação para os cientistas sociais na década de 70 do século XX. Neste período os movimentos começavam a se projetar na cena política basicamente devido ao agravamento da precarização de infraestrutura urbana e o rebaixamento salarial, diretamente relacionada a exploração econômica e a espoliação urbana, somadas à repressão do regime político militar e a consequente perda de espaços de participação popular. Os estudos desenvolvidos neste período conseguiram compor um paradigma analítico sobre os Movimentos Sociais Urbanos em que consistia entendê-los que (a) os movimentos sociais urbanos são compostos das classes populares, (b) considerados como fenômenos novos na sociedade, (c) centrados na esfera do consumo, (e) nascem nos locais de moradia, (f) sua

composição social é heterogênea, (g) surgem espontaneamente, (h) autônomos e alternativos, (i) almejam uma transformação social, (j) surgem pela constatação de contradições urbanas, (k) são contra o Estado.

Considerando essas afirmações, é possível identificar algumas contradições, sobretudo por entender os movimentos como um todo homogêneo. Para tanto a autora apresenta algumas diferenciações. Os movimentos sociais urbanos possuem uma problemática urbana, relacionada ao espaço urbano, seu uso e sua apropriação, sua reivindicação principal está relacionada à habitação, uso do solo, e aos serviços e equipamentos de consumo. A heterogeneidade dos movimentos apresenta-se então pelas suas diversas temáticas como, por exemplo, os movimentos feministas, os ecológicos, dos negros, etc.

Percebe-se também que os movimentos urbanos não estão ligados tão somente às classes populares, não sendo homogêneos por possuírem entendimentos diferentes em relação aos processos de transformação social e a importância dos movimentos neste processo. O que significa que os movimentos populares urbanos possuem perspectivas ideológicas, políticas, e culturais diversas de acordo com as articulações que possuem, sejam com o Estado, Igrejas, Partidos Políticos e/ou outros.

Recentemente Gohn (2011) entende que os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social e criam propostas. Atuando em redes, estabelecem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. A autora define que os movimentos sociais possuem identidade, tempositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade.

4.3.1 A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal – AMOJAP

Em agosto de 2013 uma nova equipe no Instituto Alana foi formada para atuar junto a empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias, pois conforme explicado anteriormente houve uma parceria entre a empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias e o Instituto Alana. A equipe teria como principal objetivo a articulação comunitária, fomentando a regularização fundiária, entendida como uma das maiores demandas da região. A equipe foi composta no Instituto Alana por três técnicos e um estagiário, o primeiro técnico trataria das questões jurídicas, o segundo um agente administrativo, o terceiro técnico, com a atribuição de mediação de conflitos e mapeamento das demandas sociais e completando a equipe um estagiário de arquitetura que teria como principal atribuição o desenho dos lotes a serem regularizados.

Com a equipe formada, passou-se por um período de formação com a assessoria técnica da empresa Terra Nova, apresentando sua metodologia de regularização fundiária a qual pretendia ver replicada no Jardim Pantanal.

Conforme já mencionado, a ideia principal da parceria entre Instituto Alana e a Terra Nova foi à realização de um estudo de viabilidade para a regularização fundiária do Jardim Pantanal. Esse estudo consistiu primeiramente na busca pela documentação original da área para a identificação de quem são os proprietários que possuem a posse legal da região. Foram estudadas as matrículas dos terrenos, realizando pesquisa em cartório. Outro estudo foi o de mapeamento das lideranças comunitárias do bairro. Todos esses estudos foram realizados em um período aproximado de seis meses.

Na primeira parte dos estudos foram identificados os proprietários da região que se pretendia regularizar. Foram identificados três principais proprietários, sendo eles os irmãos Vilellas, o empresário Paulo Lahud, e uma massa falida não identificada¹⁶. Conforme contato realizado, pela empresa Terra Nova com os proprietários, há a intenção da doação dos terrenos por parte da Ana Lucia Vilella, todavia até o momento parece não ser consenso a doação dos outros proprietários. Até o momento a empresa realiza contatos com os mesmos e nenhum pronunciamento oficial foi realizado aos moradores do Jardim Pantanal.

A segunda parte consistiu no mapeamento das lideranças formais e não formais da região. Nesse mapeamento foram visitadas lideranças do bairro que fazem parte de associação de bairro, ou que fazem parte de algum movimento social na região. Foram contatadas, inclusive, as “lideranças informais” que seriam as pessoas que participam ativamente das discussões no bairro, porém não estão ligadas especificamente a nenhum grupo formal.

A terceira parte consistiu na apresentação da metodologia da Empresa Terra Nova à comunidade e a realização da proposta da formação de uma nova Associação de bairro na região que tivesse como principal objetivo a regularização fundiária do Jardim Pantanal. Essa foi a fase que mais demorou, foram praticamente 10 meses de reuniões com a comunidade e lideranças locais para esclarecimentos a respeito da metodologia da empresa que seria aplicada na região.

A equipe do Instituto Alana promoveu palestras onde o trabalho da Terra Nova pôde ser divulgado. Destaca-se a participação da equipe Alana e Terra Nova no 11º Encontro do Fórum Comunitário do Distrito do Jardim Helena ocorrido em dezembro de 2013. Esse

¹⁶ Conforme acesso a documentação disponibilizada pelo Instituto Alana, em ATA no ano de 1998, consta o registro dos seguintes proprietários: Eudoro Villela, Paulo Lahud e terceiro proprietário, conhecido por Sr. Zogbi, portanto há duas informações distintas a respeito dos proprietários.

encontro foi aberto a toda comunidade. Nessa ocasião a Terra Nova apresentou sua metodologia, informou sobre novas possibilidades de regularização de moradia e desenvolvimento local, possibilitadas pela nova Lei Municipal 15.720. Estavam presentes mais de 50 pessoas entre líderes comunitários e moradores do bairro.

O Instituto Alana promoveu espaço para que a Terra Nova também apresentasse seu trabalho na subprefeitura de São Miguel. O auditório ficou lotado por cerca de 100 pessoas que compareceram ao evento. Estavam presentes: o subprefeito, na ocasião, Aldo Sondré; Servilho - supervisor de habitação -, além de líderes comunitários e moradores do bairro Jardim Pantanal e outros bairros na região da Zona Leste.

Nesses encontros a comunidade decidiu por investir e aceitar a metodologia proposta pela Terra Nova e oficializar uma associação que tivesse como objetivo principal a regularização fundiária e o desenvolvimento local. Ficou firmada a parceria com o Instituto Alana e a Terra Nova – Regularizações Fundiárias para aporte técnico.

Após fomentar a criação de nova associação iniciou-se o processo de discussão de como seria fundada. O Instituto Alana ficou responsável pelo fortalecimento e capacitação da associação que seria realizada pelos técnicos do Instituto Alana.

Foi discutido pela equipe técnica do Instituto Alana que atuava na comunidade do Jd. Pantanal de que, para a participação de todos da comunidade, deveriam ser convidados todas as lideranças do bairro, de diversas associações e movimentos, além de qualquer outra pessoa que estivesse interessada.

O Instituto Alana visitou todas as lideranças identificadas, convidando-as para participarem da 1ª reunião que iria discutir a criação da associação. Foram realizadas diversas reuniões com a comunidade.

Em 13 de junho de 2014, foi fundada a Associação dos Moradores e amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP). Na assembléia de fundação estavam presentes moradores do bairro, lideranças locais, técnicos do Instituto Alana e também representantes da Empresa Terra Nova Regularizações Fundiárias.

Na Assembléia de fundação da Associação foi lido e aprovado o Estatuto da Associação onde constam os principais objetivos da mesma, as perspectivas de atividades a serem realizadas e as funções dos membros da diretoria.

A diretoria foi composta pelos seguintes cargos: Presidência, Vice-presidência, 1ª Secretária, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e Conselho Fiscal, composto por presidente, secretário e suplente.

No dia da fundação todos os membros da diretoria expressaram o quanto almejavam realizar em parceria com a comunidade ações para beneficiar a todos, a fim de promover o desenvolvimento local, entendendo, inclusive, que uma Associação não existe somente para solicitar demandas à administração pública, mas também para realizar ações e serviços que visam à melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade.

Ficou definido que a AMOJAP tem por finalidade (a) realizar esforços para a Regularização Fundiária da área, nos termos da Lei Federal nº 11.977/09 e Lei Municipal nº 15.720/13, representando os moradores no processo, (b) promover programas destinados a atender os reclamos dos seus associados nas áreas de habitação, saúde, educação, saneamento básico e transportes, e servir de assessora ou representante dos associados em projetos ou programas implementados pelo poder público ou em convênio com a iniciativa privada; (c) promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores do bairro, principalmente dos associados; (d) estudar as condições sociais, econômicas, ambientais, sanitárias, assistenciais e outras da comunidade, pleiteando recursos e soluções; (e) representar os moradores do bairro em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; (f) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade; (g) receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; (h) colaborar com os poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas do bairro e pleiteando as respectivas soluções; (i) desenvolver trabalho com as crianças, adolescentes e idosos do bairro, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida; (j) administrar e manter uma rádio comunitária, creches, casa de idosos e outras entidades filantrópicas; (k) desenvolver cursos de alfabetização e cursos de capacitação para jovens e idosos; (l) desenvolver atividades esportivas e recreativas.

Foram aprovadas regras para a admissão e exclusão dos sócios. No capítulo VI “Dos Departamentos ou Comissões” consta que a AMOJAP poderá criar os departamentos e comissões que julgar necessários, visando aprimorar o atendimento das suas finalidades.

Para finalizar, no Capítulo VII, “Das Disposições Gerais”, consta no Art. 28º que a Associação não remunera nem distribui lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, mantenedores e associados sob qualquer forma ou pretexto. No Art. 29º - que todos os sócios terão acesso ao Estatuto da Associação. No Art. 34º consta que é proibida a participação da Associação em campanhas político-partidárias, ficando, no entanto, seus dirigentes liberados para participarem destas campanhas, desde que não o façam em nome da Associação. Outros artigos: Art. 35º - Toda e qualquer participação da Associação em eventos, festas ou outras

atividades religiosas poderá ocorrer, desde que aprovada em Assembléia Geral Extraordinária convocada para este fim, preservando, no entanto a liberdade religiosa dos associados.

Fundada, a AMOJAP tem se organizado para a captação de sócios. O Instituto Alana doou um Patrimônio para a Associação - uma quadra esportiva. Além disso, o Instituto Alana cedeu uma sala com infraestrutura de quatro computadores e uma impressora que foi oficializada a entrega no dia 07 de março de 2015 na inauguração do novo espaço do Instituto Alana.

De fato, a fomentação da AMOJAP, surgiu primeiramente de forma artificial, no sentido de ter sido uma sugestão exterior a comunidade e não uma demanda vinda da própria comunidade. Por um lado a AMOJAP parece querer e precisar de autonomia para as suas ações, todavia há também a necessidade de apoio justamente daqueles que foram os seus idealizadores, ou seja, da empresa Terra Nova e do Instituto Alana.

O Instituto Alana parece ter tentado realizar um movimento de empoderamento da comunidade por meio da criação da associação, mas sendo o seu interesse o de se retirar da comunidade, tal ação parece provar o contrário, porque o instituto se tornou também responsável pela criação da nova associação. Um efeito possível seria que agora o Instituto Alana deixaria de ser protagonista das ações e passaria esse papel para a associação.

Tal experiência não parece ser comum, por isso o Jardim Pantanal apresenta em sua dinâmica que há novas formas de intervenção via ONGs, inclusive de empresas, como é o caso da Terra Nova.

4.3.2 O Movimento das Comunidades Populares (MCP)

Em 17 de dezembro de 2014, foi realizada entrevista semi-dirigida com uma importante liderança da região: Maria Consuelo. A liderança local falou sobre sua história de vida morando no Jardim Pantanal e sobre todas as dificuldades que enfrentou com sua família, além de sua relação com o Instituto Alana.

Maria Consuelo contou que chegou no Jardim Pantanal em 25 de janeiro de 1993. Nessa época fazia pouco tempo que o Pantanal estava ocupado, ressaltou que ele foi ocupado em 1988.

Tinha pouquíssimas casas, as ruas eram muito precárias, parecia caminho de roça e não uma rua. As casinhas eram só de um cômodo aqui e outro acolá. As ruas eram demarcadas, mas pouca gente morava. Chegamos aqui tinha muita lama. Esgoto a céu aberto. A energia era gambiarra. Os fios eram puxados da Cosme dos Santos. Fios e mais fios empilhados. (Maria Consuelo, 2015)

Relembrou que ao chegar ao Jardim Pantanal o caminhão em que estava derrubou os fios da rua gerando uma situação muito constrangedora. Além da família chegaram alguns companheiros do movimento social que Consuelo participava. Na época moravam no Conjunto Águia de Haia, perto do bairro AE Carvalho, as quais eram conhecidas como as casinhas do Quércia. Ao ser questionada, sobre o que a motivou a vir para o Pantanal, Consuelo explicou que veio motivada a fazer trabalho social na periferia, porque na época o movimento da qual fazia parte atuava mais em entidades, sindicatos e após diversas discussões do movimento decidiu-se dar prioridade a periferia porque naquela época o movimento operário estava muito fraco e muito difícil, então tiveram a conclusão: “os operários moram nas periferias, então nós temos que organizar as comunidades/ periferias/ bairros/ favelas.”

Esclareceu que onde ela morava (Águia de Haia) em pouco tempo de atuação do movimento, ocorreu a conquista de asfalto, escola, assim como já havia uma infraestrutura bem avançada, e, dessa forma, o movimento optou por ir a regiões mais periféricas. Consuelo ressaltou que a sua vinda ao Jardim Pantanal foi uma decisão do movimento, de que os militantes deveriam ir para a periferia.

O movimento ao qual Consuelo se refere é o Movimento das Comunidades Populares (MCP), mas conforme relatou a entrevistada, na época tinha o nome de Movimento das Comissões de Luta (MCL). No período em que chegaram ao Pantanal era o MCL e depois mudou para MCP. A mudança de nome está relacionado à ideia de que a luta do movimento social deveria ser adaptado para as comunidades. De 1992 a 2008 era MCL e depois mudou em 2008 para MCP.

Consuelo contou que sua casa tem quatro aterros. Sofreu a primeira enchente em janeiro de 1993 até março do mesmo ano. O MCP estava fazendo pesquisa com os moradores para entender quais eram os problemas da comunidade e o que precisava melhorar. Consuelo estava voltando com a pesquisa em mãos quando vivenciou uma grande enchente e essa era uma situação nova para Consuelo que antes morava no nordeste e relatou nunca ter visto tanta água. Em 1993 foram 10 dias de enchente.

Em 1994, veio outra enchente e com ela os moradores perderam todos os pertences na casa, porém a grande enchente veio em 1995. O marido de Consuelo chegou a fazer um andaime dentro de casa onde colocaram as camas em cima, porque mesmo com enchente a família não saía da casa. Relembrou que a maioria das pessoas ficava em escolas da região para terem abrigo. Na época Consuelo já tinha os quatro filhos e permaneceu com toda a família por 40 dias debaixo de água. Nessa época grande parte do Jardim Pantanal ainda não

era ocupada. Para se locomover os moradores transformavam capa de perua em barco. Consuelo era funcionária pública, trabalhava no hospital Leonor de Barros, no Departamento Pessoal. Tirou a maior parte das licenças nessa época porque não tinha como trabalhar. Agora esta aposentada como agente administrativa.

Consuelo se recordou que devido às enchentes ficava com a água na altura da cintura, inclusive acredita que o reumatismo que tem no joelho foi consequência dessa situação. Nesse período organizava a comunidade e constantemente estava na prefeitura para reivindicar mudanças no bairro.

Na entrevista foi solicitado que Consuelo falasse mais sobre o MCP. A entrevistada explicou que o Movimento das Comunidades Populares(MCP) surgiu em 1969 e era um movimento das igrejas, fazia parte da Juventude Agrária Católica (JAC). O JAC se transformou em Movimento de Evangelização Rural (MER), depois passou a ser a Corrente de Trabalhadores Independente (CTI). Nesse período a atuação era no meio rural, depois passou a ser no rural e urbano, já com atuação nos sindicatos.

O JAC e o MER tinha como foco o meio rural, a partir do CTI que se tem o enfoque também no urbano, e depois do CTI passou para MCL que é o Movimento das Comissões de Luta. O MCP é considerado novo, ou seja, desde agosto de 2011.

O MCP, segundo Consuelo, tem como objetivo “organizar o povo para resolver os seus problemas. Organização e Mobilização esse é o objetivo maior. Isso a curto prazo. A longo prazo é a transformação da sociedade , a mudança para uma sociedade igual e justa.”

A participação de Consuelo no MCP é antiga, começou na época do MER em 1980, mas antes atuava na Igreja Pastoral de Bairro, na Paraíba. Consuelo participava na Paraíba, na cidade de Cajazeiros, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A entrevistada relatou que teve influência no início de sua militância através de uma freira que a convidou a atuar no bairro em que morava na época, bairro da Esperança, em Cajazeiro da Esperança, no Ceará. Recordou que a religiosa (freira) chegou ao bairro da Esperança e começou a convidar jovens e crianças para refletir sobre o evangelho e depois pensar no plano de luta. “A gente começou a luta, lá o bairro não tinha calçamento, não tinha luz, não tinha água, e foi toda uma luta pra gente estruturar o bairro e a gente conseguiu.” Em 1977 considera que iniciou de fato sua militância. Em 1979, conheceu Zé Alvez, seu esposo e que também atuava na Pastoral estudantil e militava há mais tempo que Consuelo. O encontro se dá no Diocesano, que era para a troca de experiência entre os movimentos CEBS, movimento estudantil e movimentos da igreja. A partir de então se cria uma coordenação chamada Coordenação da Pastoral Estadual. Havia um representante do movimento

estudantil, do movimento de bairro e Consuelo era representante do movimento de bairro, relatou a entrevistada.

Consuelo e Zé Alves conhecem o Movimento de Evangelização Rural- MER e passam a participarem do movimento. No Recife esse movimento atuava enquanto encontro de irmãos, liderado por Dom Elder Câmara. A luta se efetiva em 1983 quando o casal começa a atuar de fato no MER e nunca mais deixaram de atuar até os dias de hoje, isso porque Consuelo explicou que concorda com as estratégias e os objetivos do movimento: “a gente concorda com o que a gente acha que é o certo. Que é organizar o povo a partir das suas necessidades, mobilizar, organizar e desenvolver a consciência de classe”.

O MER deixa de ser um movimento de evangelização rural, quando a atuação vai para a cidade, neste momento o MER se transformou em Movimento das Comunidades Populares - MCL. No período de 2000 a 2011 o movimento atuava nas comunidades e acaba se transformando em Movimento das Comunidades Populares - MCP. As lutas reivindicatórias são diminuídas, pois o movimento buscou “organizar o povo no coletivo para as pessoas se juntarem e tentarem resolver seus problemas no coletivo, não só na luta reivindicatória”.

Consuelo explicou que reivindicava ao Poder Público, principalmente a regularização do Jardim Pantanal e a infraestrutura básica (água, luz, esgoto), além de fomentar a luta coletiva para resolver os problemas da comunidade em mutirão e de outras formas.

Quando questionada sobre o MCP, Consuelo explicou que o movimento social atua a nível nacional, hoje são de 12 ou 13 Estados (RS, MG, RJ, SP GO, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia). Há também ações nos Estados do Ceará e Mato Grosso do Sul.

Consuelo considerou como principais conquistas do MCP no Jardim Pantanal a abertura de ruas, carros de lixo e os aterros. Para ela, a água foi uma conquista coletiva, pois a comunidade na base do mutirão e em parceria com a Sabesp solucionou essa dificuldade. Relatou que todo o material veio da comunidade. O Movimento se organizava, fazendo reunião por rua e cada rua tinha 2 ou 3 representantes, eles recolhiam de cada morador 52 reais, o que resultou do material necessário, orientado pela Sabesp.

A água foi um grande marco no Jardim Pantanal. A mangueira que levava a água para as casas passava por dentro dos esgotos. A ação iniciou em 1999 e a instalação se completou em 2001. O MCP fazia reunião de rua, prestação de conta, discutia com os moradores quando sobrava dinheiro e o que deveria ser feito com o mesmo. Foi determinado que 10% do que sobrava iria para a construção da sede do MCP, a qual foi construída em mutirão.

Depois da água resolvida na região, a comunidade se organizou para ter iluminação legalizada. Depois da água as pessoas falaram: “Agora temos que ter luz”. Foram realizadas ações coletivas para trocar os postos de madeira por postes de cimento. Foi colocado o primeiro poste de luz na rua de Consuelo, porque o MCP sempre partia da experiência da sede para depois expandir para o bairro e como com a instalação da luz a experiência foi incrível, conforme relata a entrevistada, então todo o bairro queria colocar iluminação em suas ruas.

A inauguração da luz foi na noite de Natal: “foi muito legal, fizemos uma comemoração bem boa”.

Questionada sobre as principais dificuldades que o MCP enfrenta, a entrevistada relatou que é muito difícil a organização e mobilização das pessoas na continuidade das lutas e reivindicações. A maior dificuldade é que as pessoas continuem a luta sem que o MCP esteja a frente. A questão é a formação das pessoas, como conseguir a Formação Política.

Consuelo citou outros movimentos sociais no Jardim Pantanal. Há segundo a entrevistada um rodízio de lideranças no Jardim Pantanal e considerou a influência do Instituto Alana nos movimentos sociais da região e que inclusive participou da fundação de quando o Alana veio atuar no Pantanal. Relembra que o Instituto Alana antes era o Espaço Cultural. Na época haviam também várias associações que atuavam com partidos políticos. Mas o MCP tem como princípio a independência e autonomia dos Partidos Políticos, além do movimento ser de massa e não de cúpula.

Eu não sei se você se lembra, quando eu coloco nas reuniões que não há associação sem povo, a gente precisa de associados. Preservamos a democracia participativa, que é isso, a comunidade participar das discussões e das decisões, senão você nunca vai ter ninguém assumindo nada. Citaria a Associação da Maria do Pantanal (Maria Paes Viana), tinha também a Associação do Nivaldo, Clube de Mas da dona Graça, tem o pessoal mais novo, que é a Arlete, dona Ana, não sei se são do MULP. O MULP é ligado com o Terra Livre. Na época do Ronaldo na questão do MULP. (Consuelo, 2015)

Relembra que participou da criação do Movimento Unificado dos Pantanaís da Zona Leste (União de Vila Nova, Nova Horizonte, Vila da Paz, Chácara Três Meninas, Jardim Romano, Jardim Pantanal). Foi criado em 1995 após a grande enchente. Quando o MUP acaba, outra liderança forma o MULP (Movimento de Unificação e Legalização do Pantanal).

Consuelo, explicou que representantes do Instituto Alana procuraram o MCP. Relata que Fabio era ligado ao Alfredo Villela, conforme explicado, proprietário de grande parte das terras no Jardim Pantanal e um dos principais acionistas do Banco Itaú. O contato se dava para criar o Espaço Alana e pensar na legalização do Pantanal, que sempre foi o maior

objetivo do MCP. A liderança comunitária, Maria Paz Viana, é quem fez o contato entre MCP e Instituto Alana. Isso aconteceu em 1994 e o MCP começou a discutir os problemas do bairro.

Ressaltou que em 1995 ocorreu a grande luta para ir ao Palácio do Governo e o Instituto Alana participou, mas de maneira discreta. Nesse período iniciou a discussão para criar aqui um Espaço Cultural, organizar os jovens em esporte, arte e lazer. Surgiu a fundação do Espaço e foi dado o nome de Espaço Cultural que era só uma casinha, depois vieram as ampliações e o MCP participou deste Espaço. Após isso veio a questão administrativa, o Instituto Alana se formalizou e construiu o galpão, o MUP se encontrava também lá. Então, o Instituto Alana, propõe formalizar e remunerar as pessoas para trabalhar lá.

Nós defendemos o trabalho voluntário porque quando passa a ser remunerado dificulta mais o trabalho, porque o objetivo muda. A briga começou quando as pessoas passaram de voluntárias a remuneradas. Aí a gente ficou bem afastado (Consuelo, 2015).

Relatou que houve uma divisão geográfica no Jardim Pantanal, quando começaram a questão das remoções. Em 1999, 700 famílias da região do cotovelo foram removidas; nisso iniciaram-se diversos boatos sobre a área da APA. O boato consistia em afirmar que as moradias localizadas da parte de baixo da Rua Manima seriam removidas, todavia as moradias localizadas na parte superior a Rua Manima poderiam permanecer. O boato se intensificou com a canalização do córrego, visto que a canalização se deu até a Serra do Apodi, que pertence a parte de cima da rua Manima. Nesse momento parte da comunidade culpa o Instituto Alana, que está também localizado na área privilegiada e atuava para melhorias na região em que está localizado. “É aí começou a ter essa divisão. Tinha uma época que as pessoas aqui debaixo tinham muita bronca do Alana, depois isso foi quebrando.”

Agora não está tão forte, porque as pessoas que estão aqui da parte são novas, digo nova de 2000 pra cá, quando teve a reocupação. A parte do outro lado do córrego: Cidade de Deus. Lá era tudo mato e campo de futebol. Em 2004 foi bem ocupado. Aí esse pessoal começa a ter mais contato com o Alana. Faz uns quatro anos que voltamos a ter contato com o Alana. Isso se deu com o contato do Oswaldo (Consuelo, 2015).

Questionada sobre a expectativa com a Associação (AMOJAP), Consuelo respondeu que é um mistério.

Eu acho que a gente espera que a Associação consiga o objetivo principal de Regularização Fundiária. É o que todo mundo espera é esse passo e as outras

coisas serão consequências e espero que a associação ande com suas próprias pernas e pense com sua própria cabeça, eu imagino assim, mas que ela seja autônoma. Isto não quer dizer que a gente não busque apoio, mas temos que ser independentes. Por que se você dá apoio pra depois pegar de volta não é apoio. Às vezes você cria a coisa e diz que aquilo é meu é nós que vamos comandar e isso é perigoso.(Consuelo, 2015)

Consuelo disse gostar de morar no Jardim Pantanal e que não se imagina morando em outro bairro. “Pra mim aqui ainda vai ser muito bom, a gente vai conseguir a infraestrutura, se a gente não conseguir não valeu a pena todos esses anos de luta.”

Ressaltou que o principal problema do Pantanal é a legalização. Há 21 anos tem esse impasse. Entende a dificuldade de se legalizar a região por se tratar de uma área de APA, todavia não entende porque há regiões em igual situação, mas que conseguiram se regularizar como é o caso da Vila Nova. Consuelo finaliza:

Tudo o que o povo tem hoje foi conquista do povo. Se a gente não lutar não consegue. Aqui tiveram muitas promessas e o povo acreditou. Acho que esfriou a luta quando o PT assume o governo porque aí o povo acreditou que o partido iria resolver todos os problemas, e aí travou tudo porque o PT cooptou as lideranças comunitárias. Lá na subprefeitura o povo vai bem de mansinho. Lá fica um clima bem amigável e não resolve nada. Em outro governo ia todo mundo pra cima, quando você chega lá na subprefeitura eles dizem: Aqui é sua casa.

4.3.3 A Sociedade Amigos do Jardim São Martinho e Vilas Reunidas

No dia 11 de fevereiro de 2015, foi realizada entrevista com outra importante liderança da região: Luiz Carlos Gonçalves da Costa, conhecido como Luizão. Luizão é presidente da Sociedade Amigos do Jardim São Martinho e Vilas Reunidas. Para este trabalho considera-se necessário o ponto de vista da vivência que moradores do bairro tiveram ao longo de tantos anos e que os possibilitaram fazer parte da história do Jardim Pantanal. Luizão, conforme prefere ser chamado, fez parte da fundação da entidade que foi nomeada como Sociedade Amigos do Jardim São Martinho e Vilas Reunidas. A fundação ocorreu em 15 de março de 1986 por um grupo de doze (12) pessoas. Recordou que foi a primeira entidade fundada na região, numa situação de falta de água, luz, asfalto, esgoto e todo tipo de infraestrutura urbana.

A liderança comunitária, Luizão, chegou em São Martinho, bairro que compreende o Jardim Pantanal no ano de 1979. Foi quase um dos primeiros moradores da região, embora

indique que tem gente muito mais antiga no bairro que chegou por volta de 1969. Quando chegou na região não existiam ruas, praticamente, havendo mais chácaras. Tinha a chácara do Japonês e no final da atual rua da associação (Rua Borboleta Amarela) havia um local em que as pessoas tiravam terra pra fazer tijolo e fizeram buracos enormes e para aterrar depois foram muitos e incontáveis caminhões de lixo, de entulho e de terra. Para tapar o buraco colocavam um carro de lixo e um carro de terra.

Explicou que os caminhões vinham de fora do Pantanal. A liderança fez questão de lembrar que o primeiro presidente da sociedade chamava-se Marino Costa Soares e assumiu em 1986 o posto. Um ano depois teve novas eleições e um novo presidente assumiu chamado Jose Augusto Ponte que permaneceu por mais três anos. Luizão conseguiu assumir a presidência da Sociedade em 1990, somente quando promoveu no bairro atividades de lazer e brincadeiras para as crianças, pois relembra que não havia nada de divertido na região. Desde então, nunca mais saiu da presidência. Depois de investir no lazer o foco da sociedade foi o de lutar para melhoria na infraestrutura do bairro, então segundo ele, o que tem de avanços no bairro relacionados a água, esgoto e energia elétrica regularizada foi conquista da Sociedade Amigos do Jardim São Martinho e Vilas Reunidas, sendo que teve muita ajuda na gestão de Paulo Maluf.

Luizão se disse ser admirador dos partidos políticos, todavia não depende de nenhum para atuar. Disse que sua meta é trabalhar para melhorar o bairro pelo social, entende que a entidade sendo séria ela permanece sempre na região. Ressaltou que outra vitória da sociedade foi conseguir uma linha de ônibus que viesse até o bairro. A linha de ônibus liga o bairro ao centro da cidade (Terminal Parque Dom Pedro) e nesta conquista formou amizade na prefeitura na gestão de Erundina, por volta de 1990.

O entrevistado (Luizão) explicou que as Vilas Reunidas que fazem parte do nome da sociedade, englobam a Vila Seabra, o Jardim Maia, a Vila Aimoré e também o Jardim Pantanal. Afirmou que em 1989 o terreno do Jardim Pantanal foi invadido e seu amigo ficou como presidente e Luizão, vice-presidente do Jardim Pantanal, logo depois a Maria do Pantanal fundou a Associação do Morador do Pantanal, a associação se dividia entre a atuação da Rua Manima para baixo que é o Pantanal e da Rua Manima para cima até o córrego da Cachoeira de Itaguassava que é a Vila Seabra, sendo os terrenos da parte de cima particulares.

Luizão, o entrevistado, contou que conseguiu na parte de cima organizar a água até dividir uma parte com o Pantanal, e tinham como meta colocar um registro de água para todo o Pantanal, mas não foi possível e até hoje na parte de baixo, não tem água. Relatou que isso ocorreu porque o Poder Público é omissivo. Luizão não entende porque existem ruas no Jardim

Pantanal que estão pavimentadas e outras não, já que todas estão localizadas nas áreas de mananciais. Para ele alguns partidos ajudaram mais o Jardim Pantanal do que outros. Contou que o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf mandou da Jacú Pêssego, mais ou menos 600 caminhões de terra para aterrar o Jd. Pantanal. Os terrenos foram divididos, sendo dois os moradores da região, Jose Pereira e Nivaldo, que ficaram a frente no processo de aterro que ocorreu no ano de 1992.

O entrevistado acredita que o Jardim Pantanal não está melhor por falta de apoio político. Não entende porque há tantos habitantes numa área de manancial. Inclusive há novas ocupações.

Ressaltou que há falta de vontade política e falta de um bom entrosamento do poder público com a comunidade. Criticou o papel restrito da subprefeitura responsável pela região, ou seja, a subprefeitura de São Miguel Paulista. Considerou que o Jardim Pantanal e imediações necessitam de uma subprefeitura, de um hospital, de um cartório cívico, eleitoral, além de área de lazer e uma ETEC. Justificou que a necessidade de uma subprefeitura se dá, sobretudo pelo número de habitantes. Conforme informa, em São Miguel há uma média de 93 mil habitantes, enquanto no Jardim Helena há 153 mil habitantes.

A liderança comunitária, Luizão, apresentou o Fórum Comunitário do Jardim Helena. O Fórum é composto por várias pessoas, independente do partido em que possam estar associadas. Até porque percebe que a ideia de ser uma reunião partidária na comunidade está desgastada, as pessoas preferem participar sem se implicar necessariamente com um partido político. Ressaltou que são convidadas para participar do fórum pessoas ligadas a diversos partidos políticos com o intuito de se formar um espaço democrático. O Fórum discute os problemas do Jardim Helena e convida também o Poder Público a dar as devidas explicações.

Ressaltou que sente dificuldade em manter a Sociedade Amigos do Jardim São Martinho e Vilas Reunidas, isto porque a participação das pessoas tem diminuído muito a cada ano. Anos atrás tinha apoio da subprefeitura e ofertava cursos profissionalizantes, cursos de alfabetização, cursos de eletricista, encanador, pintura, pois entendia que são cursos que ajudam a pessoa a se inserir no mercado de trabalho ou conseguir alguma renda. Para as mulheres haviam cursos de bordado, cabeleireiro, manicure, isto foi na época do governo Orestes Quércia e do governo de Mário Covas. Atualmente já não consegue mais recursos para oferecer esses cursos.

Luizão relatou que apesar de algumas dificuldades de modo geral se sente favorecido pela região em que mora, porque mesmo tendo diversas áreas ocupadas ao redor, há perto escolas, asfalto, rede elétrica, água canalizada. Porém, percebe que a região do Jardim

Pantanal ainda está muito precária, algo que o deixa triste. Reconhece como um problema o fato de haver muitas crianças e não ter pavimentação e nem cascalho nas ruas. O esgoto corre a céu aberto, na iminência de epidemia de Dengue ou Leptospirose. Não acha que deva ser diferente a situação do Jardim Pantanal comparando com as regiões muito pobres da África e responsabiliza novamente a falta de vontade política para resolver esses problemas, a falta de responsabilidade do governo do Estado e do governo municipal.

Recorda indignado que o CDHU precisa de 100 a 200 mil reais pra fazer uma casa, e de modo geral, as pessoas conseguem construir uma casa de qualidade com 40 mil ou até com 20 mil, na base do mutirão.

Luizão também criticou o Conselho Participativo, pois as pessoas não conseguem participar por não receberem auxílio para o transporte.

Luizão finalizou explicando sobre o trabalho do Instituto Alana na comunidade. Para ele o Instituto já esteve muito ruim por conta de uma liderança que trabalhava lá. Essa pessoa chegou a ser ameaçada pela própria comunidade, mas com a mudança de funcionário sentiu uma melhora na atuação do Alana.

4.3.4 Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo

O Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal - MULP é um ator que influencia a dinâmica local do Jardim Pantanal, portanto faz-se necessária sua apresentação nesta pesquisa. Para tal tarefa, foi realizado contato com uma liderança do movimento que indicou a dissertação defendida em 2012, por Luciano Barboza, trabalho que tinha como objeto de pesquisa o Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) da Zona Leste de São Paulo.

Barboza (2012) apresenta a história do MULP por meio da entrevista feita com Ronaldo Delfino de Sousa que mudou-se para o Jardim Pantanal em 1991. Destaca que:

“[...] A ocupação inicial da região do Jardim Pantanal ocorreu em 1989 na União de Vila Nova, estimulada pelo governador Orestes Quércia que deslocou uma população carente de uma ocupação urbana em Itaim Paulista para este local. Nesse processo não teve organização do movimento de moradia, não era um movimento social organizado, mas houve uma forte influência de lideranças populares ligadas ao Partido dos Trabalhadores, como o líder Paulo Teixeira que era um importante cabo eleitoral de Lula na eleição presidencial de 1989. Após a ocupação urbana, algumas dessas

lideranças formaram diferentes associações de moradores como a Associação dos Moradores do Pantanal e a Associação dos Trabalhadores do Pantanal, esta última era presidida pelo Nivaldo. Apesar disso, a urbanização não chegou ao Jardim Pantanal pelas mãos do Paulo Teixeira, por ser área de proteção ambiental, informação que a população não tinha até aquele momento. O novo deputado estadual Paulo Teixeira não foi contrário à remoção de parte das famílias da região do Jardim Pantanal que ocorreu em 1999. Essa experiência frustrante com o Paulo Teixeira foi importante para formação do MUP (Movimento Unificado do Pantanal) em 1997, que unia as mais diversas associações de moradores da região, e posteriormente para a formação do MULP (Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal) em 2000, que já tinha algumas diretrizes claras como ser contra os oportunistas políticos que se aproveitam dos votos da população em benefício próprio, não trazendo melhorias para a comunidade. [...] (Ronaldo Delfim Sousa, 2011)

Explica Barboza (2012) que o MULP nasceu da ruptura com o MUP (Movimento Unificado do Pantanal ZL), o motivo da ruptura, segundo os fundadores do MULP, seria a acusação de clientelismo político por parte de MUP.

Ressalta Barboza (2012) que a identidade do MULP enfatiza a necessidade de formação política emancipadora e a necessidade da comunidade ser protagonista na luta por seus direitos. Assim para o MULP o coletivo formado pelos moradores estaria acima de figuras como um presidente de uma associação de moradores e por isso o MULP decidiu não ter um presidente. Os líderes do movimento fazem parte de uma coordenação política que toma decisões nas assembleias de forma coletiva. O movimento trabalha com uma estrutura de organização horizontal, que visa garantir a democracia direta, ou seja, através das assembleias. Ao mesmo tempo, estimula a formação de novas lideranças por meio da eleição dos representantes de rua, os quais são indicados pelos moradores de cada uma delas. Continua Barbosa (2012) explicando que esses representantes devem debater nas suas ruas as propostas de solução para os problemas cotidianos. Essas propostas são debatidas em outro fórum de decisões políticas, nas reuniões de representantes que acontecem uma vez por mês.

Acrescenta Barboza (2012) que a prática militante do MULP se propõe a ser exatamente o oposto da prática por eles denominada clientelista. Desta forma, um dos objetivos traçados pelos fundadores do MULP é ser um movimento social que priorize a luta direta reivindicativa, sem ligações diretas com parlamentares. Amparando-se nestes pressupostos, o autor defende que o movimento fez um trabalho de articulação política, conscientização e educação no Jardim Pantanal.

Apresenta Barboza (2012) que o MULP se define como movimento apartidário, o que também não significa uma aversão total aos partidos políticos. Conta que as lideranças locais Ronaldo e Marzeni eram militantes filiados ao Partido dos Trabalhadores no período anterior a fundação do MULP em 2000, mas em 2004, no primeiro mandato presidencial do Lula, ocorreu uma quebra de setores marxistas revolucionários deste partido acusando-o de medidas neoliberais na reforma da previdência (setores dos quais Ronaldo e Marzeni faziam parte), sendo que um ano depois fundou-se o Partido Socialismo e Liberdade.

Ronaldo e Marzeni disputaram as eleições para vereador em 2008 e para deputado federal em 2010, respectivamente, mas não foram eleitos. Acrescenta Barboza (2012) que essas lideranças compõem, ainda, uma tendência interna do PSOL de influência trotskista denominada Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR), a seção brasileira do Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT), organização marxista internacional presente em mais de 40 países. Por outro lado, muitos membros do MULP não filiados ao PSOL também apoiaram a tentativa de reeleição (não concretizada) do deputado estadual Raul Marcelo do PSOL que havia ajudado o MULP no processo de ocupação urbana de abril de 2010.

Para finalizar, segundo pesquisado por Barboza (2012) a grande preocupação com a formação política dos membros do MULP se dá pelo fato de que seus militantes acreditam que este será o método adequado para a assimilação dos valores que formam a identidade do MULP e para isso oferecem, regularmente, cursos de formação política sobre a economia no capitalismo, sobre a necessidade por parte dos trabalhadores de um movimento social para lutar por seus direitos, sobre as possíveis alternativas societárias ao modo de produção capitalista etc..

Embora não tenha sido exposto na pesquisa desenvolvida por Luciano Barboza, é necessário ressaltar nesta pesquisa que o Instituto Alana também apoiava algumas ações do MULP. O Instituto Alana fornecia espaço físico para a realização do cursinho pré-vestibular organizado pelo MULP. Em 2015 com o fechamento de uma das instalações do Instituto Alana o cursinho foi suspenso ao que tudo indica por dificuldades de instalações.

De toda forma, é visível de que de alguma maneira o Instituto Alana participava das ações que eram desenvolvidas no Jardim Pantanal, seja ativamente ou de forma mais tímida.

5. O ESPAÇO URBANO

Outras reflexões em relação ao Jardim Pantanal dizem respeito ao espaço/local ao qual ele está situado. Poderíamos então, já pensar na cidade de São Paulo, especificamente no extremo Leste da cidade, no Distrito do Jardim Helena, se aproximando mais da região diríamos que se trata do bairro concentrado em torno de uma extensão do rio Tietê. Inclusive, o rio Tietê é bem lembrando no nome da rua mais próxima a ele: Rua Tietê. Outros nomes também poderiam nos remeter a um cenário: Rua Borboleta Amarela, Rua Rouxinol, Rua das Gaivotas, Rua Erva do Sereno, Rua Cachoeira de Itaguassava e há também a Rua Karl Marx.

Não foi possível até o momento encontrar exatamente a origem dos nomes de todas as ruas, mas há relatos (de moradores mais antigos) de um Jardim Pantanal mais parecido com uma grande chácara e com o rio Tietê compondo a paisagem da região.

Uma moradora da região¹⁷ (informação verbal) certa vez relatou que ao comprar sua casa no Jardim Pantanal, entendeu que estava comprando um sítio para morar. Relata que de noite e de dia era possível escutar os passarinhos cantando e eram poucas as casas que havia na região.

O cenário mudou rapidamente com as primeiras grandes ocupações no final da década de 80. A partir de então, as várzeas do rio Tietê passaram por um processo de intenso aterro, as casas se multiplicaram e assim surgiu o Jardim pantanal, que até hoje não é considerado um bairro, não havendo CEP nas ruas, saneamento básico, enfim não sendo um bairro legalizado.

O Jardim Pantanal que muito se assemelhava há uma grande chácara, hoje talvez pudéssemos dizer que está urbanizado. Atualmente aproximadamente 29 mil pessoas moram na região. A energia foi regularizada na maior parte do bairro, conforme contam os moradores, fruto da conquista e do empenho dos movimentos sociais da região. Os movimentos sociais da região foram apresentados e discutidos em capítulo anterior.

Mas afinal por que é tão importante ser reconhecido como um bairro pertencente a um espaço urbano?

Segundo Lefebvre (2008) o urbano, mais do que qualquer outro objeto de estudo possui um caráter de totalidade muito complexo. Apenas grupos, classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem encontrar soluções para os problemas urbanos, mesmo grupos divergentes e com estratégias diferentes não modificam a situação. Explica que o direito à cidade deve ser entendido como o “direito à vida urbana, transformada, renovada”.

¹⁷ Informação fornecida por Edinauva no Jardim Pantanal, SP. em 2015.

Para Lefebvre (1999) o urbano reúne tudo, inclusive os determinismos, as matérias e conteúdos heterogêneos, a ordem e a desordem. Assim compreende os conflitos, as comunicações e formas de comunicações preexistentes. O Urbano é “forma que trans-forma, o urbano des-estrutura e re-estrutura seus elementos (p. 156).” Acrescenta que o urbano não é harmonioso, pois também reúne conflitos, além dos conflitos de classes. O urbano pode ser entendido como uma oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos, segregação que produz uma segregação da vida mental e social. O urbano é, pois, lugar dos enfrentamentos e confrontações, espaço das contradições.

A concepção do urbano visa, portanto, a apropriação pelo ser humano de suas condições no tempo, espaço e nos objetos. As relações humanas são mediadas pela compra e venda. O urbanismo serve ao mesmo tempo como máscara do Estado e da ação política e instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia sociológica. “O urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político”. (LEFEBVRE, 1999 p.161).

Arlete Moysés Rodrigues trabalha com a ideia da “cidade como direito”, ao invés do “direito à cidade”, isto para destacar a importância do Espaço. Defendendo que a cidade como direito tem vários significados de conteúdos o que remete à complexidade do processo de urbanização, da produção do espaço, da reprodução ampliada do capital, das desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais.

Ao contrário da cidade ideal, onde o tempo e o espaço são abstrações, a cidade como direito tem como foco a vida real acontecendo no momento presente e num espaço concreto. Nesse contexto reflete os interesses do Estado capitalista e do capital, os problemas são solucionáveis com o uso de novas tecnologias que por sua vez não produzem a cidade ideal, mas provocam transformações na cidade real. (RODRIGUES, 2007 p.02).

A cidade como direito integra o difícil processo de urbanização, com atuação de agentes capitalistas e de várias instâncias do Estado, além de movimentos que ocupam áreas e com isso vão produzindo a cidade real com todas as desigualdades sociais, espaciais, econômicas e socioespaciais. (RODRIGUES, 2007).

A cidade, conforme pontua Rodrigues (2007), é um espaço que nos define e nos dá vida, inclusive considerando todas as desordens e crises. Mas a cidade não consegue apagar as desigualdades socioespaciais, inclusive as intensifica. O estudo do espaço carrega a importância da busca pelo entendimento do espaço urbano e a cidade, sendo o urbano um conceito por qualificar um modo de vida que alcança grande parte da sociedade.

A autora traz também contribuições que muito interessam a este trabalho em relação à reflexão sobre a cidade ideal e a cidade real. Segundo a qual, na cidade ideal, ou seja, o mundo que deveria ser, implica num espaço sem conflitos e problemas, assim as crises urbanas teriam como explicação o crescimento populacional e a desordem na infraestrutura urbana, o que leva a ilegalidade do espaço, e ainda o problema da violência urbana para os que defendem a cidade ideal é causada pela pobreza e pelo espaço que ocupam. Porém não consideram as implicações da globalização econômica, as corporações multinacionais, o tráfico de drogas. Considera que as políticas públicas visam acabar com aqueles que não estão de acordo com a ordem social, tratando-se justamente da população que produz a cidade real.

A cidade ideal e real se mostra distante e de difícil encontro. Para Rodrigues (2007) é impossível criar um mundo ideal na cidade real, isto porque o direito a cidade como bem coletivo que possibilita acesso universal e bens de serviços, se contrapõe a terra, moradia e cidade como mercadoria, a privatização dos equipamentos públicos, enfim uma luta pelo valor de uso da cidade e da propriedade.

O estudo do espaço se faz importante para este trabalho, inclusive entendendo, conforme pontua Rodrigues (2007), de que não é possível a nenhum ser humano viver sem espaço, pois é nele que se concentram as atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, assim o espaço é um elemento da utopia da cidade como direito, do valor de uso sobrepondo-se ao valor de troca.

O Jardim Pantanal parece estar incluído dentro de um contexto de uma cidade real, distante do ideal. Os projetos do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura da Cidade de São Paulo apontam para o investimento de novas tecnologias para solucionar a questão socioambiental posta no Jardim Pantanal.

Os planos e projetos do Poder Público, como por exemplo, o Parque Várzeas do Tietê e o Renova São Paulo, podem ser ilustrados como uma discussão sobre a cidade ideal e a cidade real. Conforme citado anteriormente, para Rodrigues (2007) não é possível ter um mundo ideal na cidade real, e por isso, talvez, o ideal de intervenção desses projetos seja tão difícil de ser aplicado.

Aproximando a discussão para a realidade brasileira, Ermínia Maricato tece importantes contribuições acerca da questão urbana. A autora pontua que as cidades são o principal local da reprodução da força de trabalho, inclusive não sendo uma regra que a melhoria da qualidade de vida se dê com o aumento de salário e melhor distribuição de renda, já que para isso é necessário considerar as políticas públicas urbanas.

Para Maricato (2013) a cidade para além de se configurar como a reprodução da força de trabalho, é também um grande negócio para os capitalistas que lucram com a sua produção. Um grande negócio para o capital é a renda imobiliária ou localização que tem um preço devido aos tributos e está relacionado com a disputa pelos fundos públicos e sua localização no espaço. Há, portanto, grande diferenciação dos que lutam pela cidade por melhores condições de vida daqueles que visam apenas o lucro.

Há constantes protestos nas cidades brasileiras, lembremo-nos dos grandes protestos de junho de 2012, que iniciou com a pauta do MPL – Movimento Passe Livre, protestando contra o aumento das passagens e reivindicando transporte gratuito para a população. Milhares de pessoas tomaram as ruas das cidades brasileiras e isso no mínimo aponta que há problemas urgentes a serem incluídas nas pautas do Poder Público, nas discussões da sociedade. No período das manifestações contra a redução da tarifa do transporte público, outras reivindicações foram levantadas como a saúde, moradia e educação. Poderíamos pensar então, que as manifestações refletem a insatisfação, a infelicidade, e o mal estar do viver na cidade?

Segundo Maricato (2013) a vida nas cidades brasileiras piorou muito nas últimas décadas. Explica que as cidades brasileiras carregam uma herança pesada por pertencerem a um país da periferia do capitalismo. Afirma que a desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da política do favor. Toda essa herança repercute na cidade, esta construída pelos próprios moradores em áreas invadidas, muitas delas ambientalmente frágeis, ou adquiridas de loteadores ilegais. Na construção dos bairros não existe uma participação de profissionais técnicos da área da engenharia, arquitetura, direito e também não há orientação de qualquer legislação urbanística. Trata-se de uma força de trabalho que não pertence ao mercado privado legal, que é, inclusive, altamente especulativo, portanto também é segregado da cidade legal.

As condições de vida no espaço urbano exigem esforços de se viver com baixos salários e com altos custos para acessar serviços básicos. Os esforços dos movimentos sociais, inclusive locais, por melhorias na saúde, transporte, moradia enfrentam dificuldades, na busca pelo acesso às políticas públicas. Acrescenta que nos bairros da cidade informal as melhorias somente chegam com o clientelismo político, ou seja, trocam-se votos por pavimentação de rua, por uma unidade de saúde, iluminação pública.

Maricato (2013) traz importantes informações a respeito da Reforma Urbana, segundo a qual teve sua principal agenda a questão fundiário-imobiliária esquecida. Isto ocorreu

porque os movimentos sociais ligados à causa urbana se acomodaram nos espaços institucionais onde muitas das lideranças foram alocadas, além disso, as prefeituras que não tinham experiência no controle sobre o uso do solo viram a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento.

Trazendo a discussão para a cidade de São Paulo, Maricato (2013) apresenta dados caóticos para a população, que viu o preço dos imóveis aumentarem 153% entre 2009 e 2012, e no Rio de Janeiro um cenário ainda mais intenso com aumento de 184%. Nessa situação a terra urbana ficou a disposição dos interesses do capital imobiliário. Leis foram modificadas pelos urbanistas. Acredita que a disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia teve como consequência a expansão da fronteira urbana para ainda mais longe. O que significa que a população mais pobre foi obrigada a ocupar regiões mais periféricas, incluindo novas ocupações em áreas de proteção ambiental, em Área de Proteção dos Mananciais.

Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras (MARICATO, 2013, p.40).

A respeito do pensamento de Ermínia Maricato é possível identificar o quanto o Jardim Pantanal está inserido num contexto de cidade e de espaço urbano. Conforme mencionado a disputa por terras expulsou mais ainda a população pobre para regiões cada vez mais periféricas. Houve recentemente no Jardim Pantanal novas ocupações que se enquadram nessa situação. A construção do Jardim Pantanal converge com os apontamentos de Maricato quando esta expõe que na construção dos bairros não existe uma participação de profissionais técnicos da área da engenharia, arquitetura, direito e também não há orientação de qualquer legislação urbanística. É possível identificar que as casas são construídas no bairro em sua grande maioria pelos próprios moradores e quando a situação é diferente normalmente a casa é construída por algum vizinho ou parente que domina o ofício.

Maricato (2015) explica que a luta pela Reforma Urbana foi relegada ao esquecimento. Traz a memória de que no período de gestão do ex-presidente Lula (Luiz Inácio da Silva) foi criado o Ministério das Cidades, o Conselho Nacional das Cidades, a Conferência Nacional das Cidades, e nesse momento acreditava-se que a política urbana poderia passar de uma escala local para uma escala de abrangência nacional. Todavia ocorreu o contrário, a partir do momento que o governo federal inicia os investimentos em infraestrutura econômica e urbana,

as cidades começaram a piorar. A autora explica que a coalização política que sustentou o governo do PT (Partido dos Trabalhadores) entregou a questão das cidades, ao setor imobiliário e ao setor da construção civil (empreiteiras de obras públicas) que é composto pela burguesia nacional atrasada. Esse grupo, portanto, assumiu a direção das cidades.

Maricato (2015) ressalta que existe uma grande preocupação em relação ao analfabetismo urbanístico, que significa o desconhecimento de quem realmente está no comando da cidade e para onde vão os recursos dos fundos públicos. Pontua que visualizando a cidade enquanto um mapa é possível identificar onde moram pessoas pobres e ricas, onde chegam os investimentos públicos, onde os serviços públicos são realizados com maior frequência como limpeza das ruas, podas das árvores, por exemplo. De forma que o desenvolvimento da cidade acaba sendo contrário aos interesses da boa mobilidade coletiva e sustentabilidade. Conclui que no Brasil as leis servem apenas para uma parte da cidade, o mercado também é focado para uma parte da cidade e todo o restante permanece sem direito às leis, o configura viver em uma cidade periférica.

Milton Santos (2009) ao analisar a organização das cidades explicou-nos que com diferença de grau e intensidade as cidades brasileiras exibem problemas semelhantes. Elementos de diferenciação se referem ao tamanho, tipo de atividade, região que esta localizada, porém em todas elas há problemas relacionados a emprego, habitação, lazer, água, esgoto, educação e saúde. Quanto maior a cidade mais visível serão os problemas enfrentados e quanto menor a aglomeração menor será a diversidade de sua ecologia social. As cidades maiores apresentam mais diversidade nas atividades econômicas e na estrutura de classes.

As cidades são grandes porque existe especulação e há especulação porque há vazios. A terra urbana, dividida ou não em loteamentos, aparece como possibilidade de lucro futuro, o que converge com a existência de demanda crescente. As terras apropriadas, mesmo não utilizadas são cada vez mais numerosas, desta forma, a especulação se realimenta, estimulando que as extensões incorporadas ao perímetro urbano fiquem cada vez maiores. Há, portanto, um problema estrutural na organização interna das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras (SANTOS, 2009).

Para seguir com a reflexão a respeito do Espaço Urbano, recorreu-se neste trabalho a Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que nos traz sua experiência enquanto relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU de 2008 até maio de 2014. Em relação à insegurança da posse é possível identificar que está é uma questão global. De situações de remoções que ocorrem em Camboja, Jacarta, Haiti, Ilhas Maldivas, Buenos Aires até no Rio de Janeiro fica claro que há

no mundo uma guerra de lugares, inclusive sendo essa (guerra de lugares) o título dada a publicação de Rolnik. Vejamos então, porque sua obra particularmente interessa a essa pesquisa.

Optou-se nesse trabalho por relatar em especial um exemplo de como ocorrem as remoções em um local muito próximo ao nosso. Falaremos sobre o Rio de Janeiro. Rolnik (2015) apresenta o discurso de Altair Guimaraes, presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo, comunidade que tem resistido as constantes ameaças de remoções do Estado. Na ocasião ocorreu o lançamento do dossiê - Megaeventos e direito à moradia. Na fala de Altair ele conta sua história de como passou a maior parte da vida sendo jogado de um lado para o outro. Em 1967, aos 14 anos, vivia na comunidade da ilha dos Caiçaras, às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, foi removido, com moradores de outras favelas no entorno, para o conhecido conjunto Cidade de Deus, celebrizado em filme de grande sucesso de bilheteria. Altair relata:

O que o governador Carlos Lacerda disse para justificar a remoção é que minha comunidade sujava e fazia os peixes morrerem. Hoje a gente vê isso é uma grande mentira, porque os peixes continuam morrendo. Eles queriam era uma limpeza social, colocar pedalinhos, embelezar a cidade. Fiquei dos meus 14 anos até os meus 35 anos ali na Cidade de Deus, que era pra ser uma cidade modelo e na verdade virou um verdadeiro arsenal de guerra. Tu sabe o que é eu, já casado, ter que deitar com as minhas filhas no chão por causa da bala traçante? Até que um dia a gente é surpreendido de novo com a remoção por conta da Linha Amarela (via expressa de ligação do aeroporto do Galeão com a Barra da Tijuca, construída nos anos 1990). Eu tava ali no meio do caminho e tinha de sair de novo.

Rolnik (2015) relata que após a remoção, o morador Altair se instalou na Vila Autódromo, antiga comunidade de pescadores, que desde 1975 transformou-se em bairro autoconstruído quando trabalhadores da obra do autódromo ali também se instalaram. Em 1990 houve a legalização da vila, recebendo do governo estadual a concessão do direito real de uso por 99 anos. Todavia, após seis anos da concessão de uso, a Prefeitura do Rio vem fazendo varias tentativas de remover a comunidade e para isso atribui diversos argumentos que incluem razões ambientais, área de risco, obras dos Jogos Pan-Americanos e mais recentemente os Jogos Olímpicos. A comunidade luta na Justiça e se organiza em protestos para conseguir permanecer no local. Desta forma, Altair enfrenta a terceira remoção da vida e agora pelas Olimpíadas, evento que será sediado em 2016 no Rio de Janeiro.

Segundo Rolnik (2015) há uma crise global de insegurança da posse que atinge a vida de milhões de habitantes em todo o planeta. Em situações diferentes, como por exemplo,

famílias que perdem sua casa por hipotecas, ou que não conseguem permanecer no bairro em função de grande aumento nos preços das mercadorias internacionais. Há também as remoções forçadas seja pela usurpação de terras ou em função de grandes projetos de infraestrutura e renovação urbana, além dos desastres naturais ou conflitos armados.

As remoções forçadas ocorrem em escala global afetando milhares de pessoas. Não há um dado estatístico específico sobre o exato número de pessoas removidas, todavia os comunicados recebidos pela Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada apontam para a enorme dimensão do problema. O aprofundamento da pobreza, a destruição de comunidades, o aumento de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, são alguns dos impactos negativos causados pelas remoções. (ROLNILK, 2015).

Segundo a autora muitas populações são deslocadas por conta de enormes projetos de infraestrutura ou da exploração econômica, como é o caso de expansão das áreas de mineração e o agronegócio. As intervenções urbanísticas com o objetivo de adaptar a cidade para sediar megaeventos têm contribuído para aumentar a insegurança e as remoções forçadas.

Outros fatores apresentados pela autora para justificar as remoções e aumentar os deslocamentos e a insegurança da posse são os conflitos e desastres naturais. Há o número de 26 milhões de pessoas que foram deslocados internamente no final de 2011, devido a conflitos armados, violação aos direitos humanos, já 15 milhões em função dos desastres naturais.

Rolnik (2015) aponta também que são diversas as formas de nomear um território cuja situação de posse seja contestada a qualquer momento por autoridades ou agentes privados. No contexto urbano são chamados de favelas, assentamentos irregulares, assentamentos informais, *slums*. Esses nomes não são por acaso, pois eles buscam determinar uma relação de alteridade em relação a ordem jurídica e urbanística dominante. Afirma que no mundo urbano esses espaços representam espaços marcados pela precariedade e imprecisões em relação a posse.

Rolnik (2015) esclarece que a insegurança da posse é uma questão de economia política, tratam-se de leis, tomadas de decisões relacionadas ao uso da moradia e da terra e que são atravessadas pelas estruturas de poder da sociedade. Desta forma, a gestão do solo, e as estratégias de planejamento urbano implicam nas possibilidades ou não de acesso a terra urbanizada para a população de baixa renda. São nestes mecanismos que se encontram processos de inclusão e também de exclusão na cidade.

A autora acrescenta que os programas de reforma na administração fundiária contribuem para grandes impactos nos conflitos de terra, seja para resolvê-los ou mesmo para intensificá-los.

Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas, especialmente – mas não exclusivamente – nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberação dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob constante ameaça de espoliação de seus ativos territoriais. (ROLNIK p. 152).

Para Rolnik (2015) as autoridades centrais e locais, as agências humanitárias e de desenvolvimento são as principais responsáveis por assegurar que as políticas fundiária e habitacional respeitem o direito à moradia adequada. A autora alerta que todas podem servir para evitar violações aos direitos humanos, mas se estiverem ligadas a investidores, instituições financeiras (nacionais e internacionais), podem servir para acentuar ainda mais as ações de remoções forçadas e usurpações de terra.

A autora explica também que as políticas de planejamento, administração e gestão de terras tem poderoso impacto na segurança ou insegurança da posse. Destaque há sobre a propriedade privada individual, a qual possui hegemonia sobre todas as outras formas de posse nos programas de reforma e administração fundiária em todo o mundo. Há o foco na concessão de títulos de propriedade privada individual, porém grande parte desses projetos tem se mostrado incapazes de reconhecer e garantir todas as formas de posse e garantir, sobretudo, a proteção dos mais pobres.

A situação do Jardim Pantanal não parece ser diferente da situação explanada pela autora. Há no Jardim Pantanal o destaque da insegurança pela posse o que fomenta a militância dos movimentos sociais da região e, além disso, abre espaço para a existência de um seguimento de trabalho empresarial como é o caso da Terra Nova Regularizações Fundiárias. Esta empresa somente é possível existir porque há um vazio de amparo legal para pessoas que vivem em situação de irregularidade de posse.

É possível identificar que a condição dos moradores do Jardim Pantanal muito se assemelha a outras regiões do mundo em similar contexto, pois há um aumento na pressão do mercado para se apropriarem de locais ocupados por comunidades de baixa renda, e com isso

as comunidades ficam reféns dessa pressão constante e de sofrerem novamente com remoções.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão desse trabalho aponta primeiramente para a necessidade de continuidade do entendimento de como se darão os próximos acontecimentos no Jardim Pantanal. Será que finalmente o Plano de Manejo será aprovado no Conselho do Meio Ambiente? Quais seriam de fato as alterações realizadas na região? Como ocorrerá a implantação do Parque Várzeas Tietê? Quantas remoções ocorrerão? Seria possível que o Jardim Pantanal se tornasse um exemplo de possibilidade de uma reurbanização que considerasse as necessidades socioambientais? Ao contrário de qualquer intervenção, nesse momento, há relatos verbais dos moradores do Jardim Pantanal de que diariamente diversos caminhões chegam carregados de terra e cada vez mais as moradias se aproximam do rio Tietê.

Mesmo com alguns questionamentos em aberto, foi possível identificar na pesquisa realizada que o Jardim Pantanal apesar de ser conhecido, de modo geral, como um local difícil de viver, perigoso e com altos índices de vulnerabilidade social, possui também diversas potências e fatores positivos que fazem com que os diversos atores, ainda que com interesses diferentes, permaneçam envolvidos na dinâmica deste espaço.

O fato do Jardim Pantanal estar localizado nas várzeas do rio Tietê traz as consequências já conhecidas, como as enchentes, os prejuízos financeiros dos moradores, inclusive até diversos problemas de saúde. Traz também à insegurança jurídica da posse, a incerteza da aprovação de projetos urbanísticos, a dúvida sobre a aprovação do Plano de Manejo das Várzeas do rio Tietê, que se aprovado, finalmente equilibraria a situação dos moradores e a preservação do rio.

Por outro lado, a possibilidade de que a região possa vir a ser regularizada, de que o parque Várzea Tietê seja implantado, e ainda que a prefeitura cumpra com a aplicação do Projeto Renova São Paulo, traz a constante ideia de que a qualquer momento a história do Jardim Pantanal seja transformada em algo muito melhor. Toda essa potencialidade parece também implicar no estímulo que novas ocupações aconteçam e, em uma várzea já bastante ocupada, traz maior risco de ocupações, visto que a terra que ainda está disponível aproxima-se cada vez mais do rio.

Os planos e projetos do Governo do Estado de São Paulo e da Prefeitura da cidade de São Paulo parecem trazer ao Jardim Pantanal por um lado temor, e por outro lado,

expectativa. O temor estaria mais focado nas remoções dos moradores do Jardim Pantanal, já que todas as intervenções em maior ou menor quantidade prevêm remoções. Para a população, considerando-se todo o histórico de remoções já ocorridas no próprio Pantanal (e mesmo considerando remoções em outras regiões), há a constante preocupação se as remoções serão violentas e o quanto de prejuízo material e imaterial poderá trazer as famílias. É possível também identificar, por outro lado, que há expectativa em que as intervenções do Poder Público possam finalmente assegurar que a moradia na região seja regular e adequada, o que possibilitaria qualidade de vida para os moradores.

O Jardim Pantanal parece ter se incluído na dinâmica urbana. Do que se esperava há anos que as moradias seriam provisórias, a dinâmica local demonstra o contrário. É possível encontrar diversos sobrados e algumas casas de até mais de dois andares, num processo que aponta para a verticalização do bairro.

Foi possível identificar no decorrer da pesquisa que as relações entre os moradores do Jardim Pantanal são heterogêneas, sendo que, são seus objetivos em comum, a busca da regularização fundiária e por melhorias na infraestrutura da região, que os tornam uma comunidade. Não se trata da ideia de comunidade idealizada, onde não há conflitos, por exemplo, mas sim uma comunidade possível. Essa comunidade possível seria uma comunidade que possui objetivos em comum, uma ideia de um bem comum.

No decorrer da pesquisa foram apresentados os principais atores identificados na dinâmica do Jardim Pantanal. Verificou-se em relação ao ator Instituto Alana que sua atuação no Jardim Pantanal, consistiu principalmente de um desejo de ação social dos proprietários de parte significativa dos terrenos da região, tratam-se dos herdeiros Ana Lucia Villela e Alfredo Villela. A expectativa inicial dos proprietários era reurbanizar o Jardim Pantanal, transformando a realidade local, que há vinte anos já era composta de diversas vulnerabilidades sociais. Houve a tentativa de realizar a doação dos terrenos para o Governo do Estado de São Paulo. A contrapartida seria a utilização de parte dos terrenos para a implantação de parques e áreas de lazer, buscando a recuperação e preservação ambiental da região. Outra contrapartida era do governo assumir todo o compromisso na remoção e reassentamento das famílias.

A doação dos terrenos para o Governo do Estado de São Paulo, ainda não ocorreu. O foco de regularização fundiária pelo Instituto Alana, na década de 90 foi deixada de lado por alguns anos, mas agora foi retomada.

A atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal demonstrou seguir a visão do autor Ricardo Abramovay, no que se refere à responsabilidade socioambiental corporativa, que

entende ser a resposta a um conjunto difuso de pressões que ampliam os riscos empresariais e obrigam as companhias a transformar os vínculos que terão como base para realizarem seus negócios, além disso, a responsabilidade socioambiental corporativa não está vinculada a ideia de ser um ato apenas do setor privado ou mesmo uma tática oportunista para lavar a imagem da empresa.

Embora os donos do Instituto Alana sejam os principais acionistas do Banco Itaú, é possível perceber um constante cuidado com a imagem das diferentes instituições. O Banco Itaú aparece mais identificado com ações voltadas a cultura e lazer, como é o caso do Itaú Cultural, o projeto “Leia para uma criança” ou mesmo as bicicletas para locar disponível pelas cidades do país. O Instituto Alana também possui seu espaço próprio, inclusive diferente juridicamente para realizar as ações que considera importante, seja na área de regularização fundiária do Jardim Pantanal, ora com investimentos em pesquisa na área da Síndrome de *Down*, ou em ações de *Advocacy*.

Em relação à responsabilidade socioambiental, o Instituto Alana parece apostar nesta ideia e seguir investindo no que acredita ser uma relação empresarial ética e com compromisso social.

Outra importante ação do ator Instituto Alana se deu em parceria com a empresa Terra Nova- Regularizações Fundiárias.

A Terra Nova Regularizações Fundiárias é uma empresa social especializada em mediar conflitos de terra de áreas urbanas particulares ocupadas irregularmente. Atua em outros Estados e em outros bairros em São Paulo e municípios próximos.

A parceria entre Instituto Alana com a Terra Nova demonstrou uma nova tentativa do Instituto Alana em regularizar os terrenos, já que as outras tentativas não obtiveram sucesso. O Instituto Alana ao vincular sua imagem à Terra Nova demonstrou apostar na metodologia proposta pela empresa, que consistiu em fomentar uma associação de moradores no bairro que tivesse como principal foco a regularização fundiária do Jardim Pantanal.

A fundação da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pantanal (AMOJAP) causou intensos debates no Jardim Pantanal, pois tratava-se de uma proposta nunca antes conhecida pelos moradores. Havia constantes dúvidas em relação a qual seria o real interesse do Instituto Alana e da Terra Nova e se de alguma forma a população local se prejudicaria com essa parceria.

Importante ressaltar que as ações da Terra Nova Regularizações Fundiárias no Jardim Pantanal estão vinculadas a aprovação do Plano de Manejo Várzeas do rio Tietê, sendo neste momento a sua maior possibilidade de intervenção por meio da AMOJAP.

Após fundada a associação, os integrantes da AMOJAP tem assumido todas as ações de articulação comunitária da região, as quais antes eram assumidas pelos técnicos do Instituto Alana. O que significa que o objetivo de proporcionar mais autonomia à comunidade, desta forma, foi atingido, porém o Instituto Alana ainda segue como um importante interlocutor na região, já que conforme divulgam os poucos funcionários que permaneceram na sede da comunidade, o Instituto compartilha o espaço físico com a AMOJAP e também fornece, quando solicitado, ajuda técnica.

A Terra Nova segue buscando outros territórios para intervenção como é o caso em Ferraz de Vasconcelos e Perus. A própria atuação da Terra Nova aponta que há em São Paulo uma questão fundiária mal resolvida, onde os terrenos não legalizados e ocupados se tornam também um negócio lucrativo para as empresas e investidores.

Em relação à ideia de desenvolvimento local do Instituto Alana na comunidade do Jardim Pantanal, é possível identificar que provavelmente em locais de muita vulnerabilidade social, mesmo quando há ações para o desenvolvimento da região, essas ações parecem insuficientes e os resultados de difícil mensuração, talvez por isso o Instituto Alana, desistiu de fomentar o desenvolvimento local via projetos de educação e cultura para crianças e adolescentes, e decidiu investir em uma intervenção do ponto de vista mais estrutural, como é o caso da regularização fundiária.

O Jardim Pantanal parece se localizar num espaço urbano “intermediário”, entre o seu passado composto de verde, lagoas, rio e casas, num local mais parecido com sítios, e o seu presente, onde as ruas foram asfaltadas e aumentaram significativamente o número de comércios e serviços.

O Jardim Pantanal não escapa de um movimento global, conforme nos apontou a autora Raquel Rolnik, de remoções, conflitos por espaço e terra. Entretanto, desde as primeiras ocupações os moradores resistem a estas forças, pois, apesar de todas as dificuldades, elegeram esse local não somente para morar, mas sim para viver.

Nesta pesquisa foram apresentados os movimentos sociais identificados no Jardim Pantanal e sua atuação, que demonstrou possuírem grande potencial de transformação. Atualmente a juventude da região segue com novas propostas de intervenção local.

É possível identificar que mesmo com todo o esforço dos movimentos sociais da região, das tentativas do Instituto Alana de regularizar o Jardim Pantanal, das intervenções da Empresa Terra Nova regularizações fundiárias, com sua metodologia específica, é necessário considerar o contexto mais amplo em que o Jardim Pantanal está inserido. Contexto que não

favorece a população que vive em situação de alta vulnerabilidade social, como é o caso dos moradores do Jardim Pantanal.

Por fim, parece que a história do Jardim Pantanal é toda marcada por momentos de desalento: enchentes, precariedade na infraestrutura, promessas políticas não cumpridas, violência e dificuldades parecem fazer parte do cotidiano dos moradores. Por outro lado, a organização comunitária, a ação dos movimentos sociais, o empenho das instituições e projetos sociais que visam intervenções no Jardim Pantanal parecem manter viva a esperança de que uma nova história pode ser construída naquele espaço e novos desfechos podem se concretizar positivamente para o território em questão, e para os seus moradores, compondo-se, quem sabe, uma história diferente no espaço urbano.

7. REFERÊNCIAS¹⁸

ADACHI,V, BALARIN,R. Jornal Valor Econômico. 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias/valor-economico-mostra-quem-sao-os-discretos-herdeiros-do-itaui-a9db>. Acesso em 15 jun.2016

ABRAMOVAY, R. Muito Além da economia verde, São Paulo: editora Abril,2012

ALVARENGA, A. T. et al . Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade In: PHILIPPI Jr., A, e SILVA NETO, A. J. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. São Paulo: Editora Manole, 2011.

BARBOSA, L.S. A identidade do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal da Zona Leste - SP: esperança e desalento na luta contra o deslocamento populacional. 2012. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DECRETO Nº 42.780, DE 5 JANEIRO DE 1998. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/170258/decreto-42780-98>> Acesso em: 26 out. 2014.

DAEE – PORTAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Parque Várzeas do Tietê. Disponível em: http://www.dae.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=565:parque-varzeas-do-tiete-o-maior-parque-linear-do-mundo&catid=48:noticias&Itemid=53>. Acesso em: 26 out. 2014.

DICIONÁRIO AURELIO. Disponível em: <http://dicionariodoaurelio.com/comunidade>>. Acesso em: 05 mar.2016

DOIS E MEIO. Disponível em http://www.doisemeio.com/setor_conceito.asp>. Acesso em 25 mar. 2016

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de Campo. Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro . 139 Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, 2002
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005>. Acesso em: 03 jun. 2016.

EMPRESA TERRA NOVA REGULARIZAÇÕES FUNDIÁRIAS, material interno, 2013.

¹⁸ De acordo com as Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT). Universidade de São Paulo, (2009).

EMPRESA TERRA NOVA REGULARIZAÇÕES FUNDIÁRIAS. Disponível em: <<http://grupoterranova.com.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

EON, Fábio. O que é responsabilidade social? Revista ResponsabilidadeSocial.com. 2015. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/o-que-e-responsabilidade-social/>>. Acesso em 04 jun. 2016.

FREITAS, M. MORIN, E. NICOLESCU, B. Comunicado Final do Simpósio. Ciência e as fronteiras do conhecimento: o prólogo de nosso passado cultural. UNESCO, Veneza, Mar. 1986.

FERNANDES B. M. Entrando nos territórios do Território. UNESP. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigosdomes/3artigosdomes_2008.pdf> Acesso em 05 de mar. 2016.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Revisão Participativa do Plano Diretor. Devolutiva e Discussões Pública da Minuta do Projeto de Lei. 2013. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/unidades-de-conservacao/apas/apas-areas-de-protecao-ambiental-legislacao-pertinente/>> Acesso em: 17 out. 2014.

GUARESCHI, P. Relações comunitárias – Relações de dominação. In M. H. F. Campos (Eds.), Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia (3. ed., pp. 81-99). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais e luta pela moradia. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. Universidade Estadual de Campinas. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acessado em 02 jul. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. APA Várzea do Rio Tietê. Proposta de Zoneamento Ambiental para APA Várzea do Rio Tietê. 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa Várzeas do Tietê, São Paulo, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretária do Meio Ambiente. Fundação Florestal. Área de Proteção Ambiental Várzea do Rio Tietê. Processo de Elaboração do Plano de Manejo, 2013.

INSTITUTO ALANA. Disponível em: <<http://alana.org.br/project/espaco-alana/>> Acesso em: 14 jan. 2015.

ISTO É DINHEIRO. A REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/644/imprime161942.htm>>. Acesso em 25 mar. 2016 .

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. 5ª edição: São Paulo: Centauro, 2008.

_____ A Revolução Urbana. UFMG: Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes – Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Carta maior. 2013. Disponível em: <<https://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreecasmantestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2015.

MARICATO, E. Para entender a Crise Urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MOCELLIM A. D. A comunidade: Da Sociologia Clássica à Sociologia Contemporânea. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

NICOLESCU, B. O Manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: TRIOM, 1999.

OLIVEIRA, I. C. E. Estatuto da cidade para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/estatuto_cidade_compreender.pdf> Acesso em: 21 abr. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? Pólis. 40p. Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, São Paulo. 2001.

RODRIGUES, A. M . A cidade como direito. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XI, núm. 245 (33), Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. 2007

ROLNIK, R.; KLINK , J. Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano - Por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos Estudos. CEBRAP 89, pp. 89-109 março 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf> Acesso em: 23 abr. 2015.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: COMO APLICAR A LEI FEDERAL Nº 11.977/2009. Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013.

RENOVA SÃO PAULO – Concurso de Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Prefeitura de São Paulo. São Paulo, 2011.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. O Brasil Território e sociedade no início do século XXI. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAINER, C. B. As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que pode o poder local? 2001. Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ.

Disponível em: <<file:///C:/Users/Francisca%2001/Downloads/2147-4251-1-SM.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2016

YIN, K. R. Estudo de Caso - planejamento e métodos. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2014.

YUNUS NEGÓCIOS SOCIAIS BRASIL. Disponível

em:<<http://www.yunusnegociossociais.com/#!/muhammad-yunus/cgqf>> Acesso em 25 mar. 2016.

ANEXO A – Visão área do Jardim Pantanal



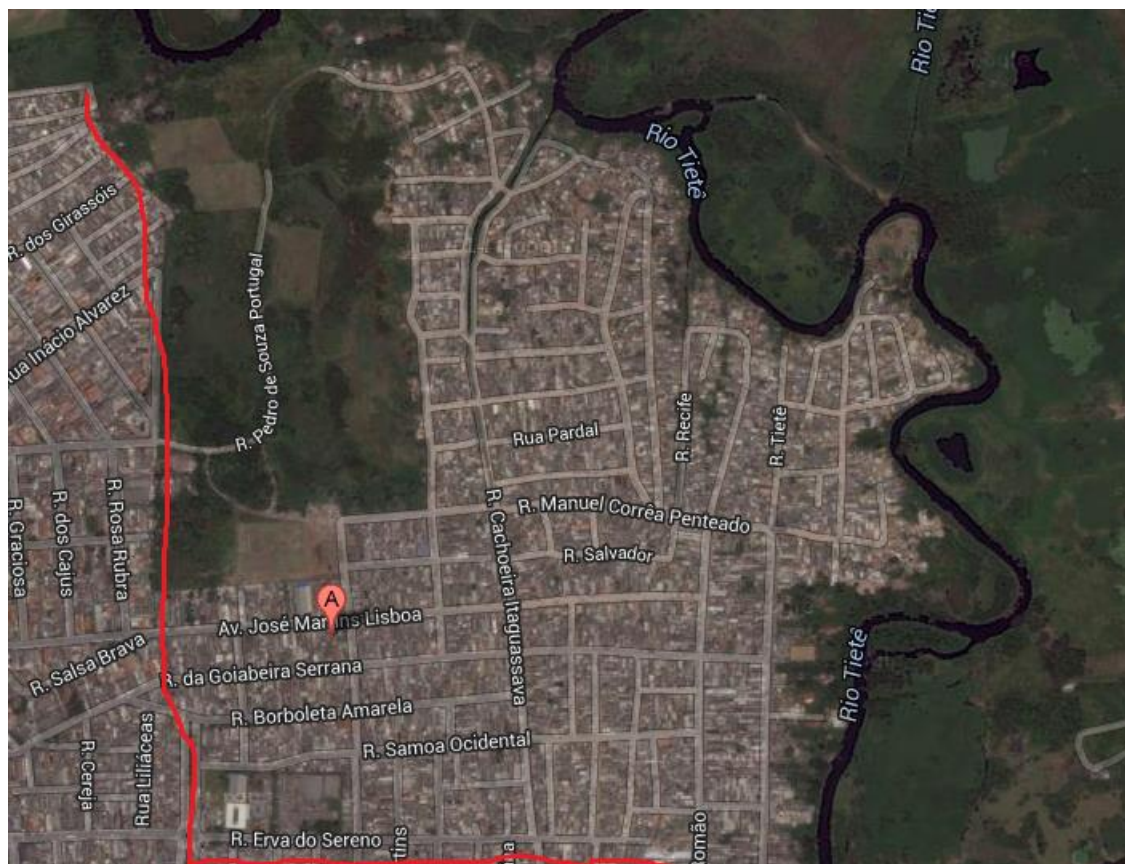
Visão aérea do Jardim Pantanal alagado. Fonte: Barbosa (2012). Fonte: <http://fotos.estadao.com.br/enchentes-em-sp-vista-aerea-do-jardim-pantanal-na-manha-de-hoje-11.galeria.3835.128920,..0.htm?pPosicaoFoto=19>. Acesso em: 15 jul. 2011.

ANEXO B – Ana Lucia Villela em capa de revista



Ana Lucia Villela, presidente do Instituto Alana, na figura apresenta-se sentada, em capa de revista.

Fonte: <http://www.arapyau.org.br/blog/tag/raps/> Acesso em: 04 ago.2016

ANEXO C – Mapa do Jardim Pantanal.

Mapa do Jardim Pantanal. Fonte: Google Maps.